



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

FAUSTINO SOARES

**A EXPERIÊNCIA HISTÓRICA E RESISTÊNCIA NO PROCESSO DE
INDEPENDÊNCIA DE TIMOR LESTE (1974-2002)**

Belém

2025

FAUSTINO SOARES

**A EXPERIÊNCIA HISTÓRICA E RESISTÊNCIA NO PROCESSO DE
INDEPENDÊNCIA DE TIMOR LESTE (1974-2002)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para obtenção de título de mestre em História Social da Amazônia, sob a orientação da Prof. Dr FRANCIVALDO ALVES NUNES

Belém

2025

FAUSTINO SOARES

**A EXPERIÊNCIA HISTÓRICA E RESISTÊNCIA NO PROCESSO DE
INDEPENDÊNCIA DE TIMOR LESTE (1974-2002)**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará como requisito parcia à qualificação do Curso de Mestrado, sob a orientação da Prof. Dr FRANCIVALDO ALVES NUNES

Data de aprovação: ___/___/___

Conceito: _____

Banca Ezaminadora:

Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes
(Presidente/Orientador)

Profa. Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes
(Avaliadora Interna)

Prof. Dr. Elias Diniz Sacramento
(Avaliador Externo)

Prof. Januário Soares
(Avaliador Externo)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S676e SOARES, FAUSTINO.
A EXPERIÊNCIA HISTÓRICA E RESISTÊNCIA NO
PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DE TIMOR LESTE
(1974-2002) / FAUSTINO SOARES. — 2025.
140 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em História, Belém, 2025.

1. Experiência Histórica. 2. Resistência. 3. Independência.
4. Timor Leste. I. Título.

CDD 990

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação foi um percurso desafiador e enriquecedor, que não teria sido possível sem o apoio de diversas pessoas e instituições.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH) do governo de Timor Leste pelo suporte financeiro, por meio da bolsa de estudos, que possibilitou a dedicação necessária para a realização desta pesquisa.

Agradeço, primeiramente, à Universidade Federal do Pará (UFPA) e ao Programa de Pós-Graduação em História, pelo espaço de formação, aprendizado e crescimento intelectual.

Expresso minha profunda gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes, por sua orientação atenta, paciência e valiosas contribuições ao longo desta jornada acadêmica. Seu conhecimento e dedicação foram fundamentais para a construção deste trabalho.

Aos meus familiares, cujo apoio incondicional, incentivo e compreensão me deram forças para seguir adiante nos momentos de dificuldade. Em especial, agradeço aos meus filhos, Fávio Soares, Fabricia Boavida Soares e Febriana Mira Boavida Soares, e à minha esposa, Benvinda Freitas Boavida, por cada gesto afetuoso, cada sorriso, por suportarem minhas ausências e os contratempos, e por estarem sempre ao meu lado nesta jornada, mesmo com a grande distância que nos separa. Aos meus pais, Sebastião Soares e Zélia Soares, e aos meus irmãos, Francisco Soares, Juvileta Soares, Joséfino Soares, Abílio dos Reis e Igídio Soares, que sempre nutriram o sonho de me ver formado. Sem o apoio de vocês, teria sido extremamente difícil prosseguir. Minha mais profunda gratidão.

Aos colegas e amigos do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará (UFPA) que compartilharam comigo debates, ideias e palavras de encorajamento ao longo do curso. A convivência com vocês tornou esta trajetória mais rica e significativa.

Aos professores do programa, cujos ensinamentos foram essenciais para a minha formação acadêmica e intelectual. Agradeço também à equipe administrativa, sempre prestativa e disposta a ajudar.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a experiência histórica e as estratégias de resistência no processo de independência de Timor Leste, no período de 1974 a 2002. Procuramos examinar os fatores históricos que contribuíram para a ocupação do país e sua posterior luta pela libertação nacional, analisando como a experiência histórica influenciou os sentidos atribuídos aos eventos de resistência ao longo desse processo. Além disso, busca compreender o papel dos marcadores sociais e políticos na formulação das estratégias e táticas adotadas pelos movimentos de resistência. O estudo utiliza uma metodologia qualitativa com enfoque em fontes documentais, com foco na análise detalhada de fontes primárias e secundárias, a fim de proporcionar uma compreensão aprofundada dos acontecimentos e processos históricos. O estudo abrange desde o início até o fim da dominação colonial portuguesa, passando pela ocupação indonésia e a proclamação da restauração da independência de Timor Leste como Estado soberano, em 20 de maio de 2002, reconhecido oficialmente pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Palavras-Chave: Experiência Histórica, Resistência, Independência, Timor Leste.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the interaction between historical experience and resistance strategy in the process of East Timor's independence, from 1974 to 2002. The research seeks to examine the historical factors that contributed to the country's occupation and its subsequent struggle for national liberation, analyzing how historical experience shaped the meanings attributed to events of resistance throughout this period. Furthermore, it aims to understand the role of social and political markers in the formulation of strategies and tactics adopted by resistance movements. Adopting a qualitative, documentary-based approach, the study focuses on a detailed analysis of primary and secondary sources, in order to provide a comprehensive understanding of the historical events and processes involved. The research spans from the beginning and end of Portuguese colonial domination, through the Indonesian occupation, to the proclamation of the restoration of East Timor's independence as a sovereign state on May 20, 2002, officially recognized by the United Nations (UN).

Keywords: Historical Experience, Resistance, Independence, East Timor.

LISTA DE SIGLAS

AMRT	: Arquivo & Museu da Resistência Timorese
APODETE	: Associação Popular Democrática Timorese
ASDT	: Associação Social Democrática de Timor Leste
CAVR	: Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação
CCF	: Comitê Central da Fretilin
CEE	: Comunidade Econômica Europeia
CEFOPOL	: Centros de Formação Política
CICV	: Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CEL/FC	: Comitê Executivo da Luta/Frente Clandestina
CNC	: Conselho Nacional Consultivo
CNRM	: Conselho Nacional de Resistência Maubere
CNRT	: Conselho Nacional de Resistência Timorese
CPLP	: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRRN	: Conselho da Resistência Revolucionária Nacional
DESTLIG	: Destacamento de Ligação Nacional
DFSE	: Delegação da FRETILIN em Serviço no Exterior
DSMPPTL	: Dewan Solidaritas Mahasiswa, Pemuda Pemudi Timor Leste
EUA	: Estados Unidos da America
FA	: Frente Armada
FALINTIL	: Força Armada da Libertação Nacional de Timor Leste
FAO	: Food and Agriculture Organization
FC	: Frente Clandestina
FD	: Frente Diplomática
FRELIMO	: Frente de Libertação de Moçambique
FRETILIN	: Frente Revolucionária de Timor Leste Independente
IMPETTU	: Ikatan Mahasiswa, Pemuda, dan Pelajar Timor Timur
INTERFET	: Forças Internacionais para Timor Leste
INTERFET	: International Force for East Timor
KPS	: Komisi Perdamaian dan Stabilitas
MCI	: Ministro da Coordenação Interterritorial
MFA	: Movimento das Forças Armadas
ONU	: Organizações Nações Unidas
OPJT	: Organização Popular Juventude de Timor Leste

OPMT	: Organização Popular Mulher de Timor Leste
OPS	: Organização Popular de Segurança
OTAN	: Organização do Tratado do Atlântico Norte
PALP	: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIDE	: Polícia Internacional e de Defesa do Estado
RDTL	: República Democrática de Timor Leste
SSHP	: Serviço de Saúde e Higiene Popular
TBO	: Tenaga Bantuan Operasi
UDT	: União Democrática de Timorese
UNAMET	: United Nations Mission in East Timor
UNDP	: United Nations Development Programme
UNHRC	: United Nations Human Rights Council
UNICEF	: United Nations Children's Fund
UNTAET	: United Nations Transitional Administration in East Timor
UNTL	: Universiade Nacional Timor Lorosa'e
URSS	: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WHO	: World Health Organization

ÍNDICE DE FIGURA

Mapa 1- Timor Leste na região do Sudeste Asiático.	1
Mapa 2-Timor Leste.....	2
Imagem 1 – Entrevista de Pedro Cabral “Maquino” realizada por Igídio Soares.....	8
Imagem 2- Entrevista de Carlos Tadeu Soares realizada por Igídio Soares	8
Imagem 3 – Entrevista de Casmirio Evaristo Belo, realizada por Faustino Soares	10
Imagem 4 – Entrevista de Sebastião Soares, realizada por Igídio Soares.....	11
Imagem 5- Entrevista Carolina Soares, realizada por Benzamin Ximenes Cabral.....	12
Imagem 6- Timorenses submetidos a trabalho forçado pelos colonizadores portugueses.....	21
Imagem 7- Grupo armado da UDT que fez o golpe militar em agosto de 1975	43
Imagem 8-Grupo armado da FRETILIN contra golpe da UDT em agosto de 1975.....	43
Imagem 9- Cerimónia da proclamação unilateral da independência da RDTL em frente ao Palácio do Governador.	47
Imagem 10-Documento de assinatura dos líderes integracionistas à Declaração de Balibo	49
Imagem 11- Invasão indonésia em 7 de dezembro de 1975	51
Imagem 12- As populações que fugiram para as áreas montanhosas nas bases de apoio.....	52
Mapa 3-Setór Ponta Leste Período Maio 1976- Julho 1977	55
Mapa 4- Setór Centro Leste Período Maio 1976- Julho 1977.....	55
Mapa 5-Setór Centro Norte Período Maio 1976- Julho 1977	55
Mapa 6- Setór Centro Sul Período Maio 1976- Julho 1977	56
Mapa 7-Setór Fronteira Norte Período Maio 1976- Julho 1977	56
Mapa 8-Setór Fronteira Sul Período Maio 1976- Julho 1977	56
Imagem 13- Manifestação dos jovens clandestinos na missa em Tasi Tolu, Díli, em 1989.....	96
Imagem 14-Manifestação em frente ao Hotel Turismo, em Dili, durante a visita do embaixador dos EUA, John Monjo.....	96
Imagem 15- Manifestação em 12 de novembro de 1991, no Cemitério de Santa Cruz, em Dili..	97
Imagem 16- Captura Xanana Gusmão numa casa em Lahane, Díli.....	98
Imagem 17– Manifestação de estudantes timorenses em frente ao Ministério das Relações Exteriores da Indonésia, em Jacarta	98
Imagem 18- Consulta popular em 30 de agosto de 1999	105
Imagem 20 – Secretário-Geral da ONU, acompanhado pelo presidente da RDTL, Xanana Gusmão, discursa na cerimônia de restauração da independência de Timor Leste, em 20 de maio de 2002.....	115

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I : COLONIALISMO E EXPLORAÇÃO.....	20
1.1. Colonização, dominação portuguesa e exploração.....	20
1.2. Revolução dos Cravos e suas implicações no Timor Leste.....	25
1.3. Os movimentos sociais e as ideologias políticas de resistência	28
1.4. Capacidade de mobilização da resistência.....	35
CAPÍTULO II: EXPERIÊNCIA E CAPACIDADE DA RESISTÊNCIA DA RDTL DURANTE A OCUPAÇÃO MILITAR INDONÉSIA.....	50
2.1. A capacidade e a estratégia de resistência do governo da RDTL, juntamente com a FRETILIN e as FALINTIL na base de apoio.	50
2.2. O Período das Campanhas de Cerco e Aniquilamento pelas Forças Militares Indonésias. 62	
2.3. Período de silêncio e busca de estratégias para se adaptar à nova situação em 1979-1980 66	
2.4. O reestendimento da luta armada em todo o território do país após a Primeira Conferência Nacional de Maubai, em 1981	70
2.5. Internacionalização da causa timorense e surgimento dos movimentos clandestinos durante o isolamento de Timor Leste.....	74
2.6. A internacionalização da causa timorense durante o período de abertura do território de Timor Leste	82
2.7. A capacidade da guerrilha urbana contra o invasor.....	91
CAPÍTULO III: “ÚLTIMA” RESISTÊNCIA E A CONQUISTA DE UMA NAÇÃO SOBERANA E INDEPENDENTE.....	102
3.1. Legitimidade política da resistência	102
3.2. As implicações sociais e legais dos invasores	106
3.3. O árduo caminho de Timor Leste após o referendo	111
3.4. Legitimação internacional da independência	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
BIBLIOGRAFIA.....	124

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo analisar a experiência histórica e as ações de resistência no processo de Independência de Timor Leste, com a delimitação do período entre 1974 e 2002. Este marco inicial está associado a lembrança de meu pai Sebastião Soares, minha mãe Zélia Soares, e de toda a minha família que eram analfabetos e viviam em condições de extrema pobreza, porque durante o período colonial português não tiveram a oportunidade de acessar a educação, sendo marginalizados na sociedade. Isso significava não ter acesso a oportunidades de trabalho no setor público e privado com salários dignos, sendo forçados a prestar serviços obrigatórios para o rei de colonial Moisés Gusmão, como carregar seu cavalo e trabalhar em suas terras e campos de arroz, além de pagar impostos ao outro rei Tadeu Soares, no local de Abo Lir, no posto administrativo Quelicai, município de Baucau. Entre os membros da minha família, só meu tio (irmão próprio do meu pai), Paulo Tadeu Soares, como o código de resistência “Manu-kiak”, frequentou a escola entre 1970 e 1974, quando completou a quarta classe. Ele não conseguiu continuar seus estudos devido ao golpe militar da “União Democrática Timorense (UDT)”¹ em 11 de agosto de 1975, contra a Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN), e que mergulhou o Timor Leste em um período de sangrenta ocupação pela Indonésia como observaremos ao longo desta dissertação.

Mapa 1- Timor Leste na região do Sudeste Asiático.



Fonte: Google.com

¹ A União Democrática de Timorense (UDT) foi formada em 11 de maio de 1974, como o primeiro partido político em Timor Leste após a Revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal (https://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_Democr%C3%A1tica_Timorense)

Mapa 2-Timor Leste



Fonte: Google.com

Do ponto de vista do contexto histórico e espacial, segundo Mauríci Waldman (2003) define que a ilha de Timor Leste, localizada no limite do Sudeste Asiático e próxima da Oceania, recebeu sua denominação do malaio, que significa “Oriente”. Com uma extensão de cerca de 30.000 km², Timor faz parte do Arquipélago de Sonda, que integra a Insulíndia, uma área geograficamente situada entre a Malásia e a Austrália. A ilha possui um formato alongado, sendo frequentemente associada ao contorno de um crocodilo, um dos símbolos nacionais. Sua localização geográfica a posiciona entre o Oceano Índico ao sul e leste (Mar de Timor) e o Mar de Banda ao norte, transformando-a em uma zona de transição, com uma rica mistura de influências culturais asiáticas e oceânicas.

Timor Leste foi colonizado por Portugal a partir do século XVI, com a chegada de missionários e comerciantes portugueses. Aos poucos, os portugueses estabeleceram seu domínio sobre a parte leste da ilha, enfrentando tanto a resistência das populações locais quanto disputas territoriais com os holandeses, que ocuparam a parte oeste. Ao longo dos séculos, a colonização portuguesa foi marcada pela exploração econômica, imposição cultural e repressão política. Esse domínio perdurou até a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, em Portugal, que simbolizou o retorno da democracia no país e abriu caminho para os processos de descolonização, incluindo a autodeterminação de Timor Leste. Segundo Pureza, José Manuel (2001) destaca que a revolução democrática em Portugal, em 1974, gerou uma transformação radical em sua estratégia. O país não apenas acolheu a doutrina das Nações Unidas, mas também adotou a ideologia do serviço público internacional como elemento central de sua nova identidade no panorama global. A forte conexão entre o anti-colonialismo e a resistência ao fascismo em Portugal justifica a facilidade com a qual essa alteração foi integrada ao novo regime democrático. No que se refere a Timor Leste, Portugal sancionou em julho de 1975 a Lei

7/75, que estabelecia um programa de descolonização, com a possibilidade de independência, integração ou associação a um terceiro Estado, de acordo com a legalidade da ONU.

Segundo Apoema Keu (2020) anota que poucas semanas após o 25 de Abril, surgiram três principais partidos: a União Democrática Timorense (UDT), que propunha uma independência gradual mantendo laços com Portugal; a Frente Revolução Timor Leste Independente (FRETILN), que defendia a independência total do território; e a “Associação Popular Democrática Timorense (APODETI)”², que advogava pela anexação do território à Indonésia.

O Bianca Obetine Magnus (2023) destaca que a ASDT/FRETILIN consolidou-se em 1974 com a união de dois grupos principais. Um deles, formado pelos fundadores da ASDT, incluía indivíduos que tiveram contato com movimentos anticoloniais africanos no final dos anos 1960 e início dos 1970, difundindo ideias anticoloniais ainda de forma incipiente. Inicialmente, as lideranças da ASDT adotavam um discurso moderado, influenciado pela social-democracia sueca e alemã. Com a transformação da ASDT em FRETILIN, surgiu uma ala mais radical, alinhada ao “marxismo maoísta”³, que reforçou o discurso anticolonial e impulsionou programas de educação, ampliando a influência da Frente no interior. Essa radicalização preocupou a Indonésia. Ao final de 1974, a Frente consolidava-se como um movimento de libertação que defendia a independência total de Portugal, refletindo tanto influências social-democratas ocidentais quanto revolucionárias, inspiradas no maoísmo e nos movimentos de libertação africanos. Com o avanço do processo, a ala radical ganhou mais espaço dentro da Frente.

De acordo com as diferentes visões dos movimentos políticos timorenses no processo de descolonização em Timor Leste, ao final surgiu uma guerra civil entre o partido FRETILIN, que defendia a independência total e imediata, e a UDT, que desejava a confederação com Portugal. De acordo com Prestes Laura (2012), a iminência da guerra civil em Timor Leste suscitou um dos períodos mais convulsos de sua história, resultando em uma considerável emigração tanto de cidadãos nacionais quanto estrangeiros. A desordem econômica e administrativa subsequente piorou ainda mais as condições no país. Em resposta a essa situação, em 28 de novembro, a FRETILIN anunciou unilateralmente a independência República Democrática de Timor Leste (RDTL), um ato que não foi aceito nem por Portugal, nem pela ONU, e também pela Indonésia, em razão da exclusão de outros partidos políticos no processo. De acordo com o autor, essa declaração de independência foi a causa da invasão de Timor Leste pela Indonésia em 7 de

² A Associação Popular Democrática Timorense (APODETI) foi um partido político em Timor Leste estabelecido em 1974, que favorecia a integração com a Indonésia (https://pt.wikipedia.org/wiki/Associa%C3%A7%C3%A3o_Popular_Democr%C3%A1tica_Timorense)

³ Segundo Mao Tsé-Tung (1967), o marxismo-maoísta é uma corrente do marxismo baseada nas ideias de Karl Marx, adaptadas à realidade chinesa.

dezembro de 1975. Os fatores que fundamentam essa invasão estão relacionados a questões geopolíticas, englobando a preocupação da Indonésia com a influência comunista na área do sudeste asiático, especialmente pela proximidade de Timor com a China comunista.

Frédéric Durand; Stéphane Dovert (2016) destacam que a invasão de Timor Português pela Indonésia, realizada em 7 de dezembro de 1975, é um componente de um processo complicado. Entre abril de 1974 e julho de 1976, a documentação e a mídia da Indonésia sugerem que o exército sob o comando do General Suharto atuou de maneira ativa para assegurar a anexação da região. Apesar de afirmar que não possuía intenções expansionistas, o exército empregou várias táticas, que incluíam propaganda, desinformação, operações militares e sequestros, para atingir suas metas.

Desde primeiro início da invasão Indonésia, foi rapidamente condenada pela comunidade internacional, mas a Indonésia conseguiu assumir o controle de grande parte de Timor Leste. Segundo autor Rui Graça Feijó (2022) destaca que, a Portugal denunciou-se sobre a invasão da Indonésia como uma violação dos princípios da Carta de ONU e dos direitos humanos do povo timorense. No entanto, durante quase um século o governo português estava defender o direito autodeterminação do povo timorenses em várias frentes, incluindo a Assembleia Geral e Conselho de Segurança da ONU, a Comissão de Direitos Humanos, o Tribunal Internacional de Justiça e na diplomacia com a Indonésia.

A estratégia militar da invasão da Indonésia foi concebida como uma operação militar que abarcou combates intensos, incluindo bombardeios aéreos, ataques de bombardeio e incursões terrestres. Em 7 de Dezembro de 1975, com o aval dos Estados Unidos da América, a Indonésia desencadeou a fase militar da Operasi Komodo (Crocodilo Gigante), destinada a anexar Timor português. Designada Operasi Seroja (Lotus), envolveu a invasão de Timor Oriental por terra, mar e ar, iniciando assim uma ocupação violenta (Figueiredo, 2015. p. 279).

No início da invasão indonésia, a FRETILIN começou a resistir com guerrilha nas montanhas, adotando a afirmação “Pátria ou morte, venceremos”. Essa declaração justifica a recusa à invasão indonésia em Timor Leste⁴. A Frente escolhe essa estratégia de combate devido à geografia da região, que possui diversas montanhas, favorecendo os guerrilheiros na batalha contra os invasores inimigos. O contexto da guerra que se iniciou com a invasão de Timor Leste, de acordo com Che Guevara Ernesto (1926-1967) afirma que.

O primeiro que se deve estabelecer é quem são os combatentes em uma guerra de guerrilhas. De um lado, temos o núcleo opressor e seu agente, o exército profissional, bem armado e disciplinado que em muitos casos, pode contar com apoio estrangeiro e o de pequenos núcleos burocráticas, funcionários a serviço desse núcleo oprimido. Do

⁴ Comunicado do Timor Solidaritats Komite", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL. 1976, Disponível HTTP: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06457.009>

outro a população da nação por região de que se trata é importante destacar que a luta guerrilheira é uma luta de massas, é uma luta do povo: a guerrilha como núcleo armado é a vanguarda combatente do povo, sua grande força provém da massa da população.

Segundo Mao Tse-Tung (1961) destaca que a guerra de guerrilha possui características distintas e objetivos únicos para si mesma. É uma estratégia que uma nação carente de armamento e recursos militares pode usar contra uma nação invasora mais forte. Quando o agressor faz incursões significativas no núcleo da nação menos poderosa e assume o controle de suas terras de forma dura e tirânica, fica claro que o terreno, o clima e os fatores sociais geralmente apresentam obstáculos ao seu avanço e podem ser alavancados efetivamente por aqueles que resistem a ele. Na guerra de guerrilha, utilizamos esses benefícios com o objetivo de resistir e superar o inimigo.

Embora a operação Lotus (em indonésio: “*Operasi Seroja*”⁵) tenha causado cerca de 180 mil vítimas em quase três anos, foi considerada um sucesso pelas forças indonésias. Dois fatores principais contribuíram para essa avaliação: em primeiro lugar, as tropas das Indonésias conseguiram esmagar e derrotar as FALINTIL e FRETILIN, especialmente com a morte de seu líder Nicolau Lobato; em segundo lugar, com o lançamento da operação em 17 de julho de 1976, Timor Leste foi oficialmente incorporado à Indonésia como a 27ª província. Em início 1980 o membro “comitê central da FRETILIN (CCF)”⁶ Xanana Gusmão foi substituindo Nicolau Lobato para reorganizar a resistência que adotou uma nova estratégia, se caracterizando como um opositor silencioso, discreto, político e astuto. Em todos os confrontos, ele não expôs completamente sua identidade como líder da Frente, mas sim como um emblema da luta nacional pela liberdade de Timor Leste. Segundo António Paulo Duarte (2013) destaca que a estratégia originou-se da necessidade de aprimorar competências para gerir a manipulação do aniquilamento, com o objetivo de vencer as oposições dos adversários. Baseada em dois fundamentos, no caso, a antecipação das ações do inimigo e a criação de ferramentas para melhorar o enfrentamento, ela se consolidou como um saber apto a compreender e antecipar os processos do combate violento, assegurando uma vitória eficiente.

Em 15 de maio de 1976, as autoridades do Estado da República Democrática de Timor Leste (RDTL) e os membros do CCF realizaram a primeira conferência nacional em Soibada, município de Manatuto, com o objetivo de reorganizar as populações e forças militares da FALINTIL que ainda resistiam nas montanhas devido à invasão indonésia.

⁵ A Operação Seroja foi uma operação militar realizada pela Indonésia em 1975. Naquele período, Timor-Leste era uma pequena região que ainda não havia conquistado sua independência. Entretanto, surgiu um movimento de resistência liderado pela Fretilin, que lutava pela separação em relação ao domínio indonésio (<https://www.localstartupfest.id/faq/apa-itu-operasi-seroja/>)

⁶ O Comitê Central da FRETILIN era o órgão máximo de direção política e estratégica do movimento, responsável por coordenar a luta pela independência de Timor Leste durante a ocupação indonésia.

Atrocidades contra civis timorenses foram amplamente registradas durante a ocupação indonésia, com inúmeras mortes, espancamentos fatais e casos de violência sexual contra mulheres. Embora o governo indonésio tenha promovido alguns desenvolvimentos em Timor Leste, atos de militarismo continuaram a ser praticados na terra de Lorosa'e. As tropas militares da Indonésia realizaram ataques a áreas montanhosas e perseguições a civis, mesmo àqueles que não eram membros da FRETILIN. Muitos civis, desconhecendo o perigo, fugiram para essas áreas e acabaram morrendo de fome ou sendo executados. Outros buscaram refúgio nas cidades, onde, sob constante vigilância das tropas militares da Indonésio, enfrentaram condições igualmente precárias, marcadas por fome e abandono, sem qualquer auxílio internacional. Além disso, não era incomum que membros das tropas militares da Indonésia cometessem violações flagrantes, muitas vezes diante dos próprios timorenses⁷.

Os autores Pedro Carlos Bacelar de Vasconcelos, Andreia Sofia Pinto Oliveira, et al (2011) afirmam que a resistência timorense contra o inimigo, que foi primeiramente liderada pela FRETILIN, resultou no surgimento de formas mais inclusivas de participação política, expressas pela formação gradual do Conselho Nacional de Resistência Maubere (CNRM) em 1987 e do Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT) em 1998. Esses conselhos foram essenciais para organizar e comandar a resistência contra forças adversas em Timor Leste, simbolizando um ponto importante na evolução da luta política e na procura pela autonomia do país. Segundo Mário Baptista “Bersama” (2014) destaca que a evolução da resistência timorense desenrolou-se em três frentes de luta, respetivamente, Frente Armada (FA) (as FALINTIL que lutavam nas montanhas); Frente Clandestina (FC) (os timorenses nacionalistas que estavam na ocultação); e Frente Diplomática (FD) (timorenses nacionalistas dispersos na diáspora). Cada frente realizava a sua missão específica e procurava unir os seus esforços para o objetivo comum - autodeterminação e independência nacional de Timor Leste. Para além destas três frentes, a Igreja Católica de Timor Leste também desempenhava o seu papel, ajudando a promover a coesão patriótica dos timorenses.

O autor Vicente Paulino (2022), destaca que a década de 1990 observou um aumento notável nas negociações entre Portugal e a Indonésia acerca de Timor Leste. Um desses marcos foi o acordo de 5 de maio de 1999, realizado sob a supervisão da ONU, que definiu as modalidades para uma consulta popular em Timor Leste. Durante essa consulta, os timorenses tiveram a chance de decidir sobre o estatuto de autonomia especial sugerido pelo governo indonésio, cuja rejeição levaria à sua independência de Timor Leste. Entretanto, em 30 de agosto de 1999, o referendo ocorreu, e a escolha pela independência foi a mais votada. O autor Miguel

⁷ Documento do roteiro de videografia do autor Agus Purwanto https://www.youtube.com/watch?v=fijlpRNb_Mw

Vale de Almeida (1999) salienta que o referendo foi observado pela ONU e fundamentado em um pacto entre Portugal e Indonésia. A votação tratava da aceitação ou rejeição da proposta de autonomia especial dentro da Indonésia, com a possível rejeição indicando a via para a independência.

O processo da legitimação internacional da independência de Timor Leste enfrentava muitas experiências do regime do Indonésio que justificava a invasão e ocupação em Timor Leste, além de isso, a estratégia resistência de timorenses que mais persistente e determinante. “É possível ver como foi o caminho trilhado por Timor Leste ao longo da sua história, as dificuldades, os desafios e os problemas pelos quais passou e quais foram os fatores que apoiaram esse processo de independência até à sua decisão na Consulta Popular e na Restauração da Independência, no dia 20 de maio de 2002” (Sousa, 2018, P.154).

O processo histórico narrado é vivenciado pela minha família e por mim, como apontei anteriormente. De acordo com a entrevista de Pedro Cabral “MAQUINO”, realizada em Abo Lir, aos pés do monte Matebian, no dia 25 de fevereiro de 2025, destaca-se que no mês de junho de 1974, o Paulo Tadeu Soares “Manu-Kiak”, juntamente com seu camarada (termo usado para aliado político) Pedro Cabral “Maquino” e o João Cabral Koto-Moruk, receberam o cartão de militante da “Associação Social Democrática de Timor Leste (ASDT)”⁸ na sede do Comitê Central, em Santa Cruz, Dili Timor Leste, na residência do Presidente do Partido, Francisco Xavier do Amaral. Quando, em 11 de setembro de 1974, a ASDT se transformou na Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN), ele passou a atuar como ativista do partido. Em outubro de 1974, o Manu-Kiak, juntamente com seus camaradas, participou de uma manifestação contra a visita do Ministro da Coordenação Interterritorial de Portugal, Senhor Almeida Santos, no Jardim Monumento Infantil Dom Henrique, localizado no Palácio do Governo de Timor Português, em Dili. Em 11 de agosto de 1975, quando a UDT lançou um golpe, Manu-Kiak estava junto com seus camaradas na sede do CCF, em Santa Cruz, Dili, e não foi capturado pelas forças da UDT, mesmo após a destruição da sede. Depois no dia 20 de agosto de 1975, a FRETILIN lançou um contragolpe e no final de setembro do mesmo ano, conseguiu vencer essa guerra civil. Entretanto, Manu-Kiak, juntamente com João Cabral “Koto-Moruk”, retornaram à base no Posto Administrativo de Quelicai, Município de Baucau.

⁸ A Associação Democrática de Timor Leste (ASDT) foi um dos primeiros partidos políticos formados em Timor Leste após a Revolução de 25 de Abril de 1974, em Portugal. Em 11 de setembro de 1974, a ASDT se transformou na Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN), adotando uma postura mais clara de resistência à ocupação colonial e de luta pela independência de Timor Leste (https://en.wikipedia.org/wiki/Timorese_Social_Democratic_Association)

Imagem 1 – Entrevista de Pedro Cabral “Maquino” realizada por Igídio Soares



Pedro Cabral “Maquino” é um ex-combatente armado da luta pela libertação nacional de Timor Leste

Em entrevista realizada em Abo Lir, aos pés do monte Matebian, no dia 25 de fevereiro de 2025, Carlos Tadeu Soares afirma que, em início de setembro de 1975 até a invasão da Indonésia, Paulo Tadeu Soares Manu-Kiak trabalhou com seus colegas enfermeiros Sedeligio, Maria Maia e outros, no Centro de Saúde de Quelicai, sob a orientação do serviço do Comitê Central da FRETILIN. O objetivo era fornecer assistência médica à população e produzir medicamentos a partir de matérias-primas tradicionais, garantindo a sustentabilidade do atendimento médico. Ele possuía conhecimento na área de produção de medicamentos, porque em 1973, frequentou um curso de saúde popular com seus professores Marcelo Caitano e Paulo da Silva, em Darabi, Quelicai, durante um ano. Além disso, ele possuía um livro sobre o manual de produção de medicamentos em saúde popular, que o orientava.

Imagem 2- Entrevista de Carlos Tadeu Soares realizada por Igídio Soares



Carlos Tadeu Cabral é um antigo combatente da frente clandestina na luta pela libertação nacional de Timor Leste.

Em entrevista concedida pelo professor Januario Soares, via WhatsApp, no dia 22 de fevereiro de 2025, afirma que no início de março de 1976, a FRETILIN estabeleceu uma base de resistência em Monte Matebian, na área do Posto Administrativo de Quelicai, como a Base de Apoio Orgão III de Matebian. Essa base de apoio foi liderada pelo Comissário Político do CCF, Vicente Manuel dos Reis (Bie Kie Sahe), até o mês de junho de 1977. Após a morte de Sahe, o Comissário Político Juvenal Maria de Fátima Inácio (Sera Key) assumiu a liderança e a manteve até o desmantelamento da base de apoio, em novembro de 1978. A base de apoio resistência no Monte Matebian abrigava diversas zonas de resistência que organizaram as populações civis e militares para lutar contra a ocupação militar indonésia. Entre essas zonas, destacava-se uma localizada em um lugar chamado Saucolu Durlari, na área de Quelicai, conhecida como Zona de 15 de Agosto. Esta zona foi liderada por figuras importantes do Comitê Central da FRETILIN (CCF) e “Força Armada da Libertação Nacional de Timor Leste (FALINTIL)”⁹, como Kay Rala Xanana Gusmão, Francisco Guterres “Lu Olo”, Serakey, Lino Olo Casa, David Alex “Daitula”, Kilik Uaigae, Adelino Umu Sege, Adelino Sarmiento “Olo Gari” e o Comandante Tadeu Laikana. O processo de mobilização popular na base de apoio no Monte Matebian foi liderado pelos dirigentes do Comitê Central da FRETILIN, que alertaram a população e incentivaram cada um a se deslocar conscientemente para as zonas libertadas pela FALINTIL. Para as populações mais distantes, como em local de Venilale, Ossu, Uatulari, Uatucarbau, Iliomar, Lospalos, Luro, Moro, Tutuala e Laga, a mobilização foi realizada por secretários regionais e sub-regionais, com o apoio da Organização Popular Mulher de Timor Leste (OPMT), da Organização Popular Juventude de Timor Leste (OPJT), da Organização Popular de Segurança (OPS) e das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste (FALINTIL).

Segundo entrevista concedida por Casmirio Evaristo Belo em Belém, Pará, Brasil, no dia 27 de fevereiro de 2025, destaca que a condição de saúde das populações na base de apoio de Monte Matebian, durante os três anos de resistência, de 1976 a 1978, foi assegurada pelos ativistas do Serviço de Saúde e Higiene Popular (SSHP), como os enfermeiros revolucionários, que promoviam cuidados de saúde para tratar tanto as populações civis quanto as militares que resistiam à ocupação indonésia. Além das atividades do Serviço de Saúde e Higiene Popular, a seção de Educação promove a educação popular para as populações, com foco na alfabetização e na conscientização política contra o colonialismo e o imperialismo. Também, a seção de Agricultura promove atividades agrícolas em três categorias: privada, cooperativa e comunal. O resultado da agricultura privada é sustentar as famílias individuais; a agricultura cooperativa visa

⁹ A FALINTIL foi criada pela FRETILIN em 20 de agosto de 1975 como o braço armado da resistência timorense. (https://pt.wikipedia.org/wiki/For%C3%A7as_Armadas_de_Liberta%C3%A7%C3%A3o_Nacional_de_Timor-Leste)

sustentar o grupo e outros grupos evacuados que não têm alimentos; e a agricultura comunal atende às necessidades da comunidade como um todo.

Imagem 3 – Entrevista de Casmirio Evaristo Belo, realizada por Faustino Soares



Casmirio Evaristo Belo é membro da FRETILIN e, com o apoio das FALINTIL, resistiu na base de apoio no monte Matebian, no período de 1976 a 1978. Atualmente, continua seus estudos no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Educação (PPGED) da UFPA, na turma de 2023.

Entertanto, o Paulo Tadeu Soares “Manu-Kiak”, foi um dos membros ativistas do Serviço de Saúde Popular (SSHP), junto com seus camaradas Apolinário, Afonso, Vítór e Sidelízio, que prepararam medicamentos para tratar doenças, curativos de feridas, aliviar sintomas ou prevenir condições de saúde das populações e militares na zona de base de apoio da resistência (Entrevista de Carlos Tadeu Soares).

De acordo com entrevista de Sebastião Soares, realizada em Abo Lir, aos pés do monte Matebian, no dia 25 de fevereiro de 2025, afirma-se que, no período de 1976 até 1978, o Manu-Kiak e seus camaradas produziram medicamentos populares com matérias-primas tradicionais em minha Casa de Sagrada Ossolari, na Aldeia Centro de Abo Lir, no Posto Administrativo de Quelicai. Depois, a produção foi transferida para o local de Melari devido à opressão do inimigo indonésio. O último local de produção de medicamentos foi na zona de 15 de Agosto, em Saucolu Durlari. O mecanismo de atendimento médico do Manu-Kiak consistia em visitas diárias às comunidades que precisavam de tratamento, mesmo diante das dificuldades causadas pela ocupação militar da Indonésia, com tiroteios dos exércitos terrestre, aéreo e naval. Durante este período de resistência, meu pai Sebastião Soares foi responsável por uma equipa da Secção de Agricultura da Zona 15 de Agosto que prestava serviços na cooperativa agrícola localizada em Uasupa, com o objetivo de sustentar a alimentação dos líderes do Comitê Central da

FRETILIN e das FALINTIL que combatiam na linha de frente. Durante a opressão militar da Indonésia na base de apoio no Monte Matebian, muitas resistências timorenses, tanto civis quanto militares, foram mortas. Entre as minhas famílias, só meu irmão mais velho Nawamau foi morto em combate no local de Gariuai, Monte Matebian no dia 24 de outubro de 1978. Ele era membro da Força Armada da Libertação Nacional de Timor Leste (FALINTIL).

Imagem 4 – Entrevista de Sebastião Soares, realizada por Igidio Soares



Na estratégia de cerco e aniquilamento dos invasores, em agosto de 1978, o Comitê Central da FRETILIN analisou que o Estado de Timor Leste não tinha condições militares para garantir a segurança das populações civis nas bases de resistência em Monte Matebian. Portanto, no dia 20 de outubro de 1978, o Comissário Político da FRETILIN, Juvenal Maria de Fátima Inácio (Sera Key), emitiu uma ordem permitindo que as populações civis se deslocassem para a vila, em um processo de rendição condicional, o que significava que não era uma rendição total, porque as FALINTIL continuariam a lutar nas montanhas contra a ocupação militar indonésia. A ordem dizia que as populações poderiam ir para vila fisicamente, mas seu coração, seus pensamentos e princípios deveriam continuar a apoiar as FALINTIL nas montanhas (Entrevista de Januario Soares).

Entretanto, no dia 20 de novembro de 1978, minha família seguiu essa ordem, e a maioria desceu para a Vila de Quelicai. Meu tio Paulo Tadeu Soares “Manu-kiak” decidiu continuar a resistir, juntamente com seus camaradas das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste (FALINTIL) nas montanhas. Durante o período de resistência na base de apoio no monte Matebian, ele prestou serviços de saúde e higiene popular (SSHP). Mas, após o desmantelamento da base, ele se uniu aos combatentes armados seguindo o princípio “morte ou vida, é

independência” e “luta é mais duro e prorrogada, mas a vitória é a questão de tempo” (Entrevista de Pedro Cabral “Maquino”).

Durante o período de rendição condicional na vila, no início do mês de dezembro de 1978 até 1982, as populações de Quelicai, no campo de concentração, viviam em condições muito graves devido à falta de alimentação, higiene e saúde. Por outro lado, os inimigos da invasão não permitiam que as populações saíssem livremente para buscar alimentos fora do campo de concentração. Entretanto, minha avó Agostinha Soares, minha irmã Falmira Soares e Adelaide Soares morreram devido à falta de alimentação no campo de concentração, nos locais de Maudiribu e Lawaliu. No início de 1979, minha família como pai Sebastião Soares, minha tia Cristina Soares e Carolina Soares, cumpriram a ordem do Comitê Central da FRETILIN em Monte Matebian, que dizia para continuar apoiando as FALINTIL que resistiam nas montanhas pela independência de Timor Leste, então levaram as roupas para ajudar seu irmão Paulo Tadeu Soares “Manu-kiak” em Lelalai. No entanto, os espiões da invasão detectaram o apoio da minha família às FALINTIL nas montanhas, no fim a força militar da Indonésia em Quelicai Vila intimidou meu pai Sebastião Soares, colocando uma cadeira em seus pés antes de interrogá-lo. Minha tia Cristina Soares também foi intimidada com choques elétricos e depois detida por dois dias em um local militar de indonésio. A situação de intimidação e perseguição à minha família no campo de concentração continuou até que meu tio Manu-kiak morreu na linha de fogo, em 2 de novembro de 1980 (Entrevista Carolina Soares, em Becora, Dili no dia 26 de Fevereiro de 2025).

Imagem 5- Entrevista Carolina Soares, realizada por Benzamin Ximenes Cabral



De 1986 a 1987, o comando KOPASSUS e a SAKA do exército indonésio aplicaram uma estratégia que resultou na mudança das populações dos campos de concentração para diversos Sucos e Aldeias. As populações dos sucos (unidade administrativas pública) de Abo, Bualale, Laisorulai de Cima, Laisorulai de Baixo, Maluro e Lelalali, localizados no Posto Administrativo de Quelicai, Município de Baucau, que estavam concentradas em Serikai Dara Mutu, Lawaliu e Nebere, foram transferidas para os centros de Laisorulai, Maluro, Daemena, Makaloso, Eubu'u, Darabatabere, Samaisi, Bu'ubere e Cailoibere, ainda dentro do mesmo Posto Administrativo de Quelicai. O objetivo principal dessa estratégia de invasão da Indonésia era ocupar locais estratégicos, próximos às áreas de combate entre os guerrilheiros da FALINTIL e os invasores, na região entre Uatulari, Quelicai, Ossu e Venilale. Entretanto, eu e minha família ficamos no Centro de Laisorulai durante um ano. Em 1988, mudamos para o local de Uaimatale no meu próprio Suco de Abo, onde ficamos até 1989 (Entrevista de Carlos Tadeu Soares).

Nesse período, os invasores não conseguiram aniquilar todos os guerrilheiros da FALINTIL. Assim, em 1990, fomos obrigados a nos mudar para a minha aldeia, o Centro de Abo Lir, localizado no Monte Matebian, devido à pressão do exército e da autoridade local do governo indonésio, visto que, esse lugar era mais estratégico para a guerrilha das FALINTIL. Apesar da estratégia militar da Indonésia de controlar as populações, no início de 1990, minha família continuou a apoiar logisticamente os guerrilheiros da FALINTIL por meio da rede de “caixas clandestinas”¹⁰, como a Caixa Ailaletek, responsável por Sebastião Sarmiento e Agostinho Soares; a Caixa Garuda, responsável por Manuel Soares “Sakiak” e Paulo Pinto; e a Caixa Segenei, responsável por Tomas Soares e Hermigildo Soares. Durante a resistência clandestina, a minha aldeia, o Centro de Abo Lir, também foi um dos alvos de ataque pelos inimigos indonésios. No entanto, após o anúncio do resultado do referendo, em 11 de setembro de 1999, os militares indonésios atacaram militarmente a minha aldeia, incendiando nossas casas e matando a tiros o meu tio Pedro Soares “Ologari” em Durlari, próximo à sua residência, quando ele se revoltou contra o exército indonésio com armas brancas. Durante essa ocupação militar, conseguimos salvar nossas vidas porque, na noite de 10 de setembro de 1999, eu e minha família nos escondemos em um abrigo na caverna localizada em Morisi-ra'amutu, a salvo do risco de ataque. No dia seguinte, continuamos escondidos todas as noites no abrigo localizado em Laka-isi, onde permanecemos durante um mês devido ao trauma causado pela opressão militar e pela propaganda dos integracionistas, que afirmavam que os exércitos da Indonésia continuariam a aniquilar e eliminar todos os independentistas no território de Timor Leste, por

¹⁰ Caixas clandestinas são locais secretos usados para guardar armas, munições ou outros materiais na luta pela independência.

não aceitarem o resultado do referendo de 30 de agosto de 1999. Além de traumática, a situação era muito difícil, com alimentos como arroz e milho escassos e roupas em quantidade limitada.

Esta reflexão é motivada pela minha vivência ao longo do tempo após a independência de Timor Leste, período em que ainda persiste o desafio no desenvolvimento da historiografia sobre as causas e os efeitos da história colonial e da resistência pela independência de Timor Leste. Isso se deve ao fato de que, recentemente, a universidade pública como Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL) e as instituições de ensino superior privadas ainda não oferecem o curso de História, mesmo que a disciplina de História tenha sido parte do currículo no ensino básico e secundário. A experiência histórica e a resistência timorense no processo de independência de Timor Leste sempre me preocuparam desde 1997, quando estava no ensino pré-primário na escola católica Abo Lir, localizada no Posto Administrativo de Quelicai, Município de Baucau. Isso porque a última base de apoio da resistência timorense contra a ocupação indonésia, entre 1976 e 1978, no Monte Matebian, estava situada na minha aldeia centro de Abo Lir, onde sofremos diretamente com as consequências do processo de resistência e invasão em Timor Leste, e que procuramos recuperar alguns eventos apresentados anteriormente que conjuga experiência pessoal e familiar e as ações de resistência e luta pela independência.

Meu pai Sebastião Soares, por exemplo, sempre me contou a história sobre o espírito de patriotismo e nacionalismo do meu tio Paulo Tadeu Soares “Manu-Kiak”, que esteve na linha de frente do movimento da FRETILIN, e do meu irmão Nawamau, que fez parte das FALINTIL. Mesmo tendo vivido uma infância mais marginalizada, no interior e nas regiões mais remotas do Monte Matebian, fui profundamente inspirado pela experiência histórica e pela resistência de minha família, contra o colonialismo português e a invasão da Indonésia.

Após restauração da independência de Timor Leste, em 2010 eu li o livro do Frédéric Durand com o título “*História de Timor Leste: da pré-história à atualidade*”¹¹ e outro livro de Januário Soares sobre “*Klandestin dalam perjuangan kemerdekaan Timor Leste*” (Clandestinidade na luta pela independência de Timor Leste)¹². Esses livros estão ligados aos acontecimentos da minha família sobre a experiência histórica e a resistência pela independência, que começou com a pré-história de timorense, colonialismo até no processo de descolonização em 1974 até 1975, continuou com a resistência contra a invasão até 1999, e depois com o governo de transição até a proclamação da independência, reconhecida internacionalmente no dia 20 de maio de 2002.

¹¹ Durand, F. *História de Timor Leste: da pré-história à atualidade*. Lisboa: Lidel Edições Técnicas, 2009

¹² Soares, J. *Klandestin dalam perjuangan kemerdekaan Timor Leste*. Jawa Tengah, Indonésia: Universitas Kristen Satya Wacana, 2010

A experiência histórica e resistência da minha própria família é uma história individual que se insere no contexto do colonialismo, da ocupação estrangeira e da resistência timorense. Durante o colonialismo português e a ocupação indonésia, a vivência dos timorenses foi profundamente marcada pela violência, repressão e violações dos direitos humanos. No entanto, essas condições não resultaram apenas em sofrimento, mas também catalisaram um processo de conscientização política e mobilização coletiva na luta pela independência de Timor Leste. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2019) afirma que as experiências de injustiça e opressão geradas pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado são, em sua essência, experiências que afetam o corpo. No entanto, essas manifestações podem abranger aspectos físicos, mentais, emocionais, espirituais ou religiosos. Tais experiências são geralmente mais intensas quando envolvem resistência e luta contra as injustiças e opressões. Em sociedades tão desiguais e injustas como as nossas, quanto maior a opressão, mais desafiador é para os grupos oprimidos expressarem seu sofrimento e as emoções que acompanham essas vivências de maneira que desperte solidariedade ativa.

As experiências de exploração, escravização e violação dos direitos humanos durante o período colonial português e a ocupação indonésia foram fundamentais para motivar as diferenças de marcadores sociais, como raça e etnia, entre os timorenses na luta pela independência. O sofrimento imposto pelas potências coloniais fortaleceu o desejo de liberdade e justiça, levando ao surgimento de movimentos de resistência. Um dos principais marcos dessa luta foi a formação da Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN) que adotou uma estratégia histórica de mobilização popular e resistência armada. “A FRETILIN desempenha um papel central ao unificar todas as forças nacionalistas e anticolonialistas em torno de um objetivo comum: a libertação do povo timorense do jugo colonial. Se propõe a liderar a população no caminho do progresso, da paz e da liberdade, rejeitando firmemente qualquer forma de colonialismo e neocolonialismo, com a meta de conquistar a verdadeira independência, liberdade e prosperidade para Timor Leste. Essa visão transcende a esfera política, abrangendo a busca por uma prosperidade autêntica e a plena autonomia do povo”¹³. Segundo Felipe Luiz (2020) destaca que a estratégia histórica é mais apropriado do que estratégia sem sujeito, pois não se refere a uma abordagem teológica ou teleológica, mas sim a uma série de lutas que culminam em um resultado específico, ou seja, a movimentos táticos que geram um resultado estratégico.

Entretanto, o foco desta pesquisa é a análise dos eventos históricos relacionados à

¹³ Fretilin-Frente Revolucionária de Timor Leste Independente, "Fretilin/Manual e Programa Políticos", Fretilin-Frente Revolucionária de Timor Leste Independente, Lisboa, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Barbedo de Magalhães.(1974)/ <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05005.002>

exploração colonial e à resistência timorense contra o colonialismo até o período final entre 1974 e 1975. Em seguida, o estudo abordará a experiência histórica no contexto da invasão indonésia e a trajetória dos timorenses independentistas, destacando a resistência promovida pela FRETILIN, pela FALINTIL e por outras organizações de luta entre 1975 e 1999. Por fim, a pesquisa analisará os eventos históricos ligados ao governo de transição da ONU, de 2000 até a restauração da independência de Timor Leste, em 20 de maio de 2002.

O objetivo geral, portanto, é analisar a interação entre experiência histórica e estratégia da resistência no processo de independência de Timor Leste (1974-2002). Além disso, a pesquisa pretende examinar os fatores históricos que contribuíram para a ocupação de Timor Leste e sua luta pela independência, investigando como a experiência histórica influenciou os sentidos atribuídos aos eventos de resistência nesse processo. Também busca analisar o papel dos marcadores sociais e políticos na formulação das estratégias e táticas da resistência, bem como compreender a complexidade da relação entre experiência histórica e estratégia na luta pela independência de Timor Leste.

Nos estudos sobre experiência histórica e estratégia da resistência no processo de independência de Timor Leste, citando alguns autores proeminentes que oferecem perspectivas distintas, encontram-se Domingos Francisco de Jesus de Sousa e Mário Baptista “Bersama”. Primeiramente, Domingos Francisco de Jesus de Sousa (2018) oferece uma análise o período de 1975 a 2002, considerando antecedentes que influenciaram a decisão final sobre a independência de Timor Leste. O estudo aborda as consequências do 25 de Abril de 1974, incluindo a fundação dos partidos políticos, a guerra civil, a invasão indonésia, a resistência armada e diplomática, e a adaptação estratégica do movimento independentista. Destaca-se a internacionalização do conflito e o papel crucial da juventude timorense, formada em universidades indonésias, que desafiou expectativas e se tornou um pilar na luta pela independência.

Por outro lado, Mário Baptista “Bersama” (2024) traz uma análise o papel das FALINTIL na resistência à ocupação indonésia e no processo de restauração da independência. Durante 24 anos, as FALINTIL lideraram a luta armada, procurando unificar o povo timorense em torno da libertação nacional. No pós-independência, mantiveram-se acantonadas para evitar interferências políticas e apoiaram missões da ONU. Sua trajetória, desde a guerrilha até a integração nas Forças Armadas de Defesa de Timor Leste, demonstra sua importância tanto na conquista da independência quanto na estabilização e consolidação do Estado.

Minha análise se diferenciará de outras abordagens ao integrar a interação entre experiência histórica e estratégia da resistência no processo de independência de Timor Leste (1974-2002). O estudo examina os fatores históricos que levaram à ocupação e à luta pela

independência, investigando como a experiência histórica moldou os sentidos atribuídos aos eventos de resistência. Além disso, explora o papel dos marcadores sociais e políticos na formulação das estratégias e táticas, buscando compreender a complexidade da relação entre experiência e estratégia na luta pela independência.

Segundo Tania Regina de Luca (2023) destaca que a metodologia envolve esclarecer como o pesquisador pretende utilizar os recursos disponíveis para alcançar seus objetivos. Isso exige a apresentação e a análise das fontes, além de explicitar a abordagem adotada, o que remete a um conjunto de conceitos específicos do campo escolhido. Novamente, a historiografia se revela como um elemento fundamental, e aqui o foco não está em citar todos os autores que abordaram o tema, mas aqueles que, de maneira semelhante, refletiram sobre o uso de documentos da mesma natureza e destacaram os mesmos aspectos da realidade que se pretende investigar.

Entretanto, esta pesquisa será de natureza histórica e qualitativa, com uma abordagem documental, focando na análise detalhada de fontes primárias e secundárias, que permitirão uma compreensão aprofundada dos eventos e processos históricos em questão. As fontes primárias consistirão em documentos oficiais, como decretos, relatórios, além de cartas, diários, transcrições de entrevistas e outros registros de primeira mão, que oferecem um olhar direto sobre os fatos. Já as fontes secundárias serão compostas por livros, artigos acadêmicos, entrevistas publicadas e teses, que fornecerão uma interpretação mais abrangente e analítica sobre o tema.

Para garantir a qualidade e abrangência da pesquisa, serão utilizadas diversas bases de dados especializadas, como o Arquivo & Museu da Resistência Timorense (AMRT), que contém registros e documentos essenciais sobre a história recente de Timor Leste. Além disso, serão explorados recursos online, como o portal do Centro Chega (<https://centrochega.gov.tl>), que disponibiliza materiais relacionados à memória histórica do país, e vídeos informativos sobre o contexto de Timor Leste, como os episódios da série "Operasi Seroja – Sejarah Timor Leste" (<https://www.youtube.com/watch?v=xJUhwCS4GhE>) e "Humanitarian Tragedy in Timor Leste | History of Timor Leste" (https://www.youtube.com/watch?v=fijlpRNb_Mw), que discutem aspectos históricos e humanitários relevantes no contexto discursivo da invasão. Além disso, a pesquisa se apoiará no Portal de Periódicos, para acessar artigos acadêmicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado disponíveis no Google Acadêmico, bem como nos livros de referência pertinentes ao tema, que fornecerão o embasamento teórico necessário para sustentar a análise. Essas fontes permitirão uma investigação ampla e rigorosa, possibilitando a construção de uma compreensão crítica e bem fundamentada sobre o tema da pesquisa.

A dissertação está dividida em três capítulos: O Capítulo I: **Colonialismo e Exploração**, em que buscamos compreender os conceitos de experiência, estratégia e marcadores sociais e políticos no contexto da resistência timorense, analisando as divisões políticas ocorridas em Timor Leste, em 1974 e 1975. A investigação revela a complexidade da luta pela independência, destacando as disputas ideológicas e os diferentes projetos políticos em confronto. Neste capítulo tem com subtítulos: **1.1. Colonização, dominação portuguesa e exploração, 1.2. Revolução dos Cravos e suas implicações no Timor Leste, 1.3. Os movimentos sociais e as ideologias políticas de resistência, 1.4. Capacidade de mobilização da resistência.**

No capítulo II: **Experiência e Capacidade De Resistencia Na Ocupação Indonésia**, com sub títulos: **2.1. A capacidade e a estratégia de resistência do governo da RDTL, juntamente com a FRETILIN e as FALINTIL na base de apoio. 2.2. O Período das Campanhas de Cerco e Aniquilamento pelas Forças Militares Indonésias. 2.3. Período de silêncio e busca de estratégias para se adaptar à nova situação em 1979-1980. 2.4. O reestendimento da luta armada em todo o território do país após a Primeira Conferência Nacional de Maubai, em 1981. 2.5. Internacionalização da causa timorense e surgimento dos movimentos clandestinos durante o isolamento de Timor Leste. 2.6. A internacionalização da causa timorense durante o período de abertura do território de Timor Leste. 2.7. A capacidade da guerrilha urbana contra o invasor.** Será analisada a estratégia de resistência timorense contra a ocupação indonésia, entre 1975 e 1999, um período marcado por desafios e heroísmo que moldou profundamente a identidade nacional. Serão examinadas as táticas empregadas pelos guerrilheiros, a organização da luta clandestina e o papel da população na sustentação da resistência. Além disso, será abordado o impacto da repressão indonésia e a forma como a resistência timorense conseguiu mobilizar apoio internacional, culminando no referendo de 1999 e na restauração da independência.

No Capítulo III: **A “Última” Resistência e a Conquista De Uma Nação Soberana e Independente**, com sub-títulos: **3.1. Legitimidade Política Da Resistência, 3.2. As implicações Sociais e Legais dos Invasores, 3.3. O Árduo Caminho de Timor Leste Após o Referendo, 3.4. Legitimação Internacional da Independência.** analisaremos a resistência timorense entre 1999 e 20 de maio de 2002, um período crucial na luta pela soberania de Timor Leste, marcada por uma complexa interação entre experiência, estratégia, tática e políticos.

A experiência da brutalidade enfrentada ao longo da ocupação indonésia (1975-1999) geraram um profundo aprendizado e uma memória coletiva que estimularam o desejo de liberdade, fortalecendo a unidade e a determinação do povo timorense em sua busca pela autodeterminação. Sob a liderança de Kayrala Xanana Gusmão, adotou estratégias diplomáticas

e mobilização popular, evidenciando a importância da diplomacia internacional e das manifestações civis. As táticas utilizadas foram adaptativas, com uma transição de resistência armada para ações não-violentas, como manifestação e campanhas de conscientização, além do uso de mídias sociais para mobilizar a opinião pública. A política de Timor Leste foi guiada pela busca incessante pela independência e pela construção de um Estado soberano. Internamente, isso envolveu a construção de uma unidade nacional e a implementação de reformas para preparar o país para a independência.

CAPÍTULO I : COLONIALISMO E EXPLORAÇÃO

Este capítulo investiga os processos de exploração humana no contexto do colonialismo português em Timor Leste, com base na experiência histórica e com foco na resistência dos nacionalistas timorenses contra o domínio colonial até o final do período, em 1975. Além disso, analisa as divisões políticas internas no território, destacando as atuações e os posicionamentos da FRETILIN, da UDT e da APODETI. Enquanto a FRETILIN defendia uma independência total e imediata por meio de uma postura revolucionária, a UDT adotava uma abordagem mais conservadora e gradual, influenciada pelas elites locais e pelas estruturas coloniais portuguesas. Por sua vez, a APODETI promovia a integração de Timor Leste à Indonésia. O capítulo também explora as disputas entre esses grupos, os conflitos ideológicos, as revoluções políticas e os desafios enfrentados no processo de ascensão da democracia no contexto timorense.

1.1. Colonização, dominação portuguesa e exploração

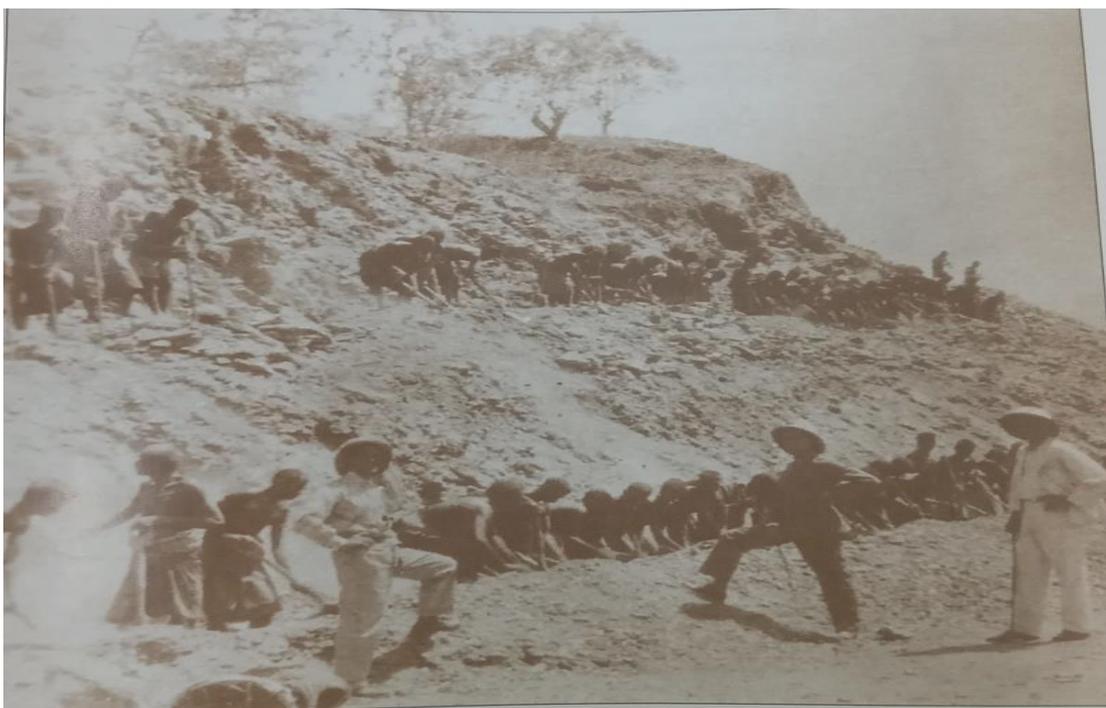
A chegada dos portugueses em Timor Leste data do início do século XVI, quando, após a tomada de Malaca, em 1511, começam a intervir ativamente no comércio da ilha, especialmente de cravo e noz-moscada, sob os quais declararam monopólio régio. O sândalo também atraía mercadores de diversas partes e seu comércio era livre. A presença de missionários em Timor é registrada a partir de 1556. Todavia, foi somente em meados do século XVII que começaram a se instalar na ilha, quando foi fundado um convento dominicano em 1633 (Graziano, 2014). Portugal estabeleceu um monopólio sobre o comércio de cravo e noz-moscada em Timor Leste, visando controlar rotas comerciais lucrativas. O sândalo, por sua vez, atraía mercadores internacionais e seu comércio era mais flexível. Além disso, a presença de missionários católicos tinha um caráter político colonial, buscando expandir a influência religiosa e cultural de Portugal na ilha região de Timor Leste.

Os autores Hélio José Santos Maia e Urânia Auxiliadora Santos Maia de Oliveira (2020) destacam que, no contexto do modelo colonial português, apesar da imposição de valores eurocêntricos sobre os colonizados, também ocorreu uma assimilação e difusão, por parte dos portugueses, de valores culturais das colônias, especialmente no que se refere aos bens materiais. Isso se deve ao fato de que o processo mercantil levava à Europa produtos manufaturados e matérias-primas provenientes da África e da Ásia, destinados ao consumo europeu. Muitos desses elementos foram incorporados aos hábitos e costumes portugueses, adaptados para o uso nos trópicos coloniais, onde exerciam poder, enquanto outros foram destinados ao uso na Europa.

Entretanto, o colonialismo português em Timor Leste configurou-se como uma experiência de exploração, refletida na resistência organizada por homens e mulheres de

diferentes origens sociais, incluindo explorados e marginalizados. Segundo Edward Palmer Thompson (1981) destaca que homens e mulheres retornam como sujeitos, não como indivíduos livres, mas como pessoas que vivenciam suas condições e relações produtivas como necessidades, interesses e antagonismos. Essa experiência é processada em sua consciência e cultura de formas complexas e relativamente autônomas, influenciando, por meio das estruturas de classe, sua própria realidade. O processo de colonização em Timor Leste começou no tempo de governador português Affonso de Castro que implementou medidas autoritárias, dividindo o território em doze municípios e expandindo a cultura do café por meio de trabalho forçado. Diante da crise financeira e da queda nos recursos de madeira de sândalo, os timorenses resistiram ao aumento da “*finta*”¹⁴ e à introdução do serviço obrigatório, que os forçava a cultivar café e entregar 20% da colheita à autoridade portuguesa, ou ceder 10% de sua colheita de arroz. Esse regime gerou revoltas, culminando no assassinato do governador Alfredo de Lacerda e Maia em 1887 (Durand, 2009, p. 77-78).

Imagem 6- Timorenses submetidos a trabalho forçado pelos colonizadores portugueses



Fonte: No livro de Frédéric Durand

De acordo com Maurício Waldman (2003) destaca que os portugueses não encontraram um território desabitado, mas uma sociedade timorense organizada em diversas unidades políticas chamadas *Sucos*, com líderes tradicionais, os *Liurais* ou *Régulos*. Esses povos

¹⁴ A *finta* era um imposto pessoal obrigatório cobrado pelas autoridades coloniais portuguesas aos habitantes nativos, especialmente em colônias como Timor Leste. Sua cobrança consistia na exigência de um valor em dinheiro, produtos ou trabalho, representando um mecanismo de controle econômico e social imposto pelo sistema colonial.

resistiram ao colonialismo, promovendo várias insurreições, como no local de Kamenasse-Kailako (1719/1726), Luka (1775/1882) e Manu-Fahi (1895/1912), que levaram Portugal a realizar “campanhas de pacificação” entre 1884 e 1912. O Timor Português permaneceu sob domínio colonial até 1975, quando a Revolução dos Cravos em Portugal provocou a retirada do império, e a autonomia tornou-se um objetivo para os nacionalistas locais. Conforme João Yerab Moura Carneiro e Carlos Artur Gallo (2023) destacam que a colonização Portuguesa em Timor Leste diferentemente do Brasil, não foi acompanhada de muitos investimentos voltados para a questão da infraestrutura do país, onde durante todos anos de colonização Timor Leste foi deixado de lado quanto ao desenvolvimento desta colônia em específico.

A estrutura colonial em Timor Leste foi marcada por uma organização hierárquica e exploratória. “A partir de 1702, Portugal começou a exercer maior controle sobre a administração política e militar da colônia, implementando mecanismos para consolidar sua dominação. Nesse contexto, os liurais líderes tradicionais timorenses receberam patentes de oficiais do exército português, integrando-se à estrutura colonial como forma de cooptação e manutenção da ordem. Além disso, foram organizadas tropas locais conhecidas como companhias de moradores, formadas por timorenses recrutados para auxiliar na defesa e no controle do território sob domínio português. Essa estratégia reforçava a hierarquia colonial, ao mesmo tempo em que utilizava lideranças locais para garantir a submissão da população e a exploração dos recursos do território”¹⁵.

Segundo Lincoln Ferreira Secco (2003) afirma que a grande burguesia liberal em Portugal fez parte de um processo político marcado por indecisões e retrocessos em relação às suas tarefas históricas. A burguesia comercial e média só encontrava apoio nas camadas populares urbanas, em um país que era, e sempre fora, essencialmente rural. O liberalismo português sofreu seu primeiro grande revés com o golpe (ou golpes, para ser mais preciso) de 1823, conhecido como Vilafrancada, quando o infante Dom Miguel e o rei Dom João VI, que havia retornado do Brasil, se opuseram diversas vezes aos objetivos liberais das Cortes. Entretanto, em Timor Leste, no ano de 1910, o sistema colonial transformou a *finta* em imposto por capitação, e a multiplicação das exigências de homens para os serviços públicos e as plantações de café aumentou consideravelmente a pressão sobre a população. Além disso, o início dos recenseamentos demográficos, das culturas e dos animais causava receio de novos constrangimentos (Durand, 2009, p. 90). O sistema colonial em Timor Leste caracterizou-se pela intensa exploração da população local, colocada a serviço dos interesses do colonialismo

¹⁵ O autor Aguilar cita o trabalho de Thomaz, 1994

português. Conforme aponta Engels (1884), a introdução da propriedade privada resultou na formação de classes sociais, gerando a exploração do homem pelo homem e consolidando desigualdades sociais, com o Estado atuando como instrumento de dominação. Nesse contexto, a colonização portuguesa em Timor Leste implantou a propriedade privada, reconfigurou as relações sociais, instituiu uma estrutura de classes e aprofundou a opressão das camadas subalternas em benefício do poder colonial.

Durante esse período, os timorenses, marginalizados e submetidos ao trabalho forçado e à exploração econômica, não foram meros espectadores de sua própria condição. Ao contrário, desenvolveram diversas formas de resistência, cujos impactos se refletiram profundamente na dinâmica social, evidenciando uma luta constante pela preservação de sua identidade e autonomia. Karl Marx (1849) destaca que sempre houve uma oposição constante entre opressores e oprimidos, como entre livres e escravos, patrícios e plebeus, senhores e servos. Essa luta, ora oculta, ora explícita, resultou, a cada etapa, em transformações revolucionárias ou no aniquilamento de ambas as classes. Na história colonial de Timor Leste, em 1912 “Dom Boaventura de Manufahi”¹⁶ liderou um levante contra as autoridades coloniais portuguesas, com o objetivo de proteger as terras e a autonomia do seu povo. A rebelião foi motivada pela insatisfação com as imposições e abusos do sistema colonial, que incluíam trabalhos forçados e o controle de terras.

A revolta de Dom Boaventura não resultou em vitória imediata, visto que os reinos timorenses ficaram gravemente enfraquecidos. Ao mesmo tempo, a demonstração de força dos portugueses, que se mostrou muito forte, levou os timorenses ao abandono na luta e à aceitação da presença colonial (Durand, 2009, p.92). Os colonizadores dividiram os reinos timorenses por meio da política colonial de *Divide et Impera*, utilizando estratégias para manter alianças com certos reinos, dividindo para reinar e instaurando uma administração militar e judicial. Apoiaram-se nos direitos tradicionais, mas impuseram a autoridade e a lei portuguesas acima destes, com o objetivo de manter o controle sobre os territórios e populações, evitando a formação de alianças que pudessem ameaçar seu domínio. Segundo Antonio Gramsci (1891-1937) destaca que a classe dominante emprega estratégias de fragmentação, dividindo grupos sociais e impedindo a construção de uma consciência coletiva. Dessa forma, dificulta a organização das classes subordinadas e a contestação da ordem vigente. Além disso, ele argumenta que a dominação não se sustenta apenas pela força do Estado, mas também pela

¹⁶ Dom Boaventura de Manufahi foi um líder tradicional de Manufahi, uma região do sul de Timor Leste, e se destacou por sua resistência ativa à colonização portuguesa (<https://manufahi.blogspot.com/2008/10/d-boaventura-de-manufahi-uma-pequena.html>)

construção de consensos ideológicos.

A partir do século XVIII, os governadores portugueses concentram os seus esforços para impor o seu direito a “confirmar” a indicação dos “Liurais”¹⁷, através de um sistema de patentes. Com a tradição patriarcal e domínio masculino na administração portuguesa, verificou-se a diminuição do papel da mulher na gestão dos reinos. Quando uma mulher era nomeada “coronel-rainha”, o governador pedia que fosse designado um regente. Além disso, no século XIX os governadores portugueses também obrigaram os chefes locais a tornar-se administradores e cobradores de impostos ou taxas ao serviço da administração colonial, mesmo que uma forte autonomia se mantivesse na administração local (Durand, 2009, p.97-98).

O sistema colonial português era uma monarquia associada a um sistema patriarcal, no qual as mulheres eram consideradas inferiores na sociedade e frequentemente enfrentavam discriminação nos aspectos social e político. Para Ramón Grosfoguel (2008) destaca que o patriarcado europeu, juntamente com as concepções europeias sobre sexualidade, epistemologia e espiritualidade, foi disseminado globalmente por meio da expansão colonial. Esse processo consolidou tais concepções como padrões hegemônicos, utilizados para racializar, categorizar e patologizar as populações ao redor do mundo, estabelecendo uma hierarquia de raças consideradas superiores e inferiores.

Durante o período colonial português em Timor Leste, não houve investimento significativo na formação de recursos humanos por meio da educação, muito menos na preparação de quadros timorenses para garantir o bem-estar da população em todas as áreas essenciais¹⁸. Em 1958, o governo colonial estabeleceu apenas quatro escolas primárias em Timor Leste, número que aumentou para trinta e um em 1962. No entanto, essa quantidade de escolas não foi suficiente para atender todas as crianças do território, e apenas um terço delas conseguiu frequentar a escola primária. Além disso, em 1960, havia apenas doze médicos e oitenta e oito enfermeiros distribuídos entre três hospitais e cinquenta e um postos médicos (Durand, 2009, p. 111). A política colonial portuguesa restringiu a educação em Timor Leste para manter o controle da população. O ensino beneficiava uma pequena elite ligada ao regime, enquanto a maioria, especialmente nas áreas rurais, permanecia analfabeta e sem acesso ao conhecimento necessário para resistir ao domínio colonial. Segundo João Paulo Borges Coelho (2002), a educação colonial portuguesa nas colônias africanas e asiáticas foi caracterizada por um sistema excludente, que visava a manutenção do domínio metropolitano ao restringir o acesso dos

¹⁷ **Liurai** é o título tradicional dado aos **chefes supremos** ou **reis locais** dos diferentes reinos em Timor Leste antes e durante o período colonial (<https://www.significadosdepalavras.com/liurai>)

¹⁸ Entrevista a João Carrascalão no programa radiofónico Tuba Rai Metin", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - USAid, 2002. Disponível HTTP : <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08023.113>

colonizados à instrução, reservando a escolarização avançada para os colonos e elites locais cooptadas. Em contrapartida, segundo Bendito dos Santos Freitas (2015) destaca que os missionários, com influência restrita ao campo religioso e cultural, fundaram colégios em Díli e Soibada para formar professores e catequistas, fortalecendo sua equipe. Esses colégios tiveram grande impacto, formando educadores que atuaram em escolas missionárias por todo o território. Além disso, na primeira metade do século XX, foi criado um seminário para a formação de sacerdotes. Já na década de 1960, a educação nesses centros ampliou-se, incluindo disciplinas científicas e humanísticas além da formação religiosa.

Em 1973, o ditador Salazar, por meio da polícia política, proibiu o jornal *Seara*, que publicava notícias pela Diocese de Díli desde 1948. As autoridades coloniais consideraram que o boletim poderia ameaçar a ordem colonial, devido à revelava de futuros nacionalistas timorenses como Francisco Xavier do Amaral, Nicolau Lobato, Xanana Gusmão, José Ramos Horta, Marí Alkatiri e Mário Carrascalão. Em contrapartida, entre 1960 e 1974, Portugal desenvolveu alguns esforços para melhorar a situação em Timor, mas esses foram limitados. Em meados da década de 1960, os portugueses começaram a importar do Instituto Filipino de Los Baños sementes de arroz de alto rendimento (Durand, 2009, p.133). Os nacionalistas timorenses mencionados acima frequentaram a educação no período colonial e já estavam influenciados pelas experiências de resistência contra os colonizadores na época de Dom Boaventura de Manufahi, além disso, eles acompanharam o processo de resistência dos africanos contra o colonialismo português em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

1.2. Revolução dos Cravos e suas implicações no Timor Leste

Segundo Francisco Carlos Palomanes Martinho (2017) destaca que o golpe de Estado de 25 de abril de 1974 derrubou uma das ditaduras mais longas da história do Ocidente. Iniciado em 28 de março de 1926 como um regime militar, o Estado Novo se manteve por muitos anos, com o relativo atraso econômico e cultural de Portugal, o que fez com que sua queda, sob o governo de Marcello Caetano, gerasse surpresa e grande interesse na opinião pública internacional. Para Lincoln Secco (2013) argumenta que a Revolução dos Cravos é difícil de definir devido às suas características únicas. Ela surgiu no contexto da segunda onda de descolonização, que os europeus chamam de revoluções coloniais ou anticoloniais. O movimento dos capitães foi impulsionado pela incapacidade do exército português de manter a guerra contra os guerrilheiros em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. A Revolução Portuguesa não se originou em Portugal, mas nas lutas dos povos da África Portuguesa e no desgaste do exército português nesses conflitos.

Segundo os autores Raquel Varela, António Simões Do Paço, Joana Alcântara (2014) destacam no dia 25 de abril de 1974, o “Movimento das Forças Armada (MFA)”¹⁹ deu um golpe que derrubou a ditadura portuguesa. Apesar dos apelos para que a população permanecesse em casa, milhares de cidadãos saíram às ruas, cercando o Governo no Quartel do Carmo, em Lisboa. A partir daí, as prisões políticas foram abertas, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) foi desmantelada, a censura foi abolida e a sede do jornal a época foi atacada. Entre abril de 1974 e 1975, o país passou por profundas transformações, como o aumento do salário mínimo, o controle da inflação, melhorias nas condições de trabalho e a conquista de direitos trabalhistas. Além disso, garantiu-se o direito à autodeterminação para os povos africanos, resultando na independência de várias ex-colônias portuguesas.

A Revolução dos Cravos impulsionou mudanças em Portugal que aumentaram a migração de países periféricos para o país, devido aos seus vínculos coloniais e posição estratégica. O Fábio Chang de Almeida (2015) destaca que após a Revolução dos Cravos, a imigração dos países periféricos para os países centrais aumentou significativamente. Apesar de Portugal não ser uma das nações mais ricas da Europa, sua posição central no sistema formado com suas ex-colônias como Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, contribuiu para o crescimento do fluxo migratório desses países.

O autor Rui Graça Feijó (2022) enfatiza que no início de maio de 1974, a Revolução dos Cravos também começou a impactar o Timor Português. Seguindo instruções de Lisboa, o governador, coronel Fernando Alves Aldeia, reconduzido pela Junta de Salvação Nacional, anunciou a liberdade para a criação de associações políticas. Ao mesmo tempo, o major Arnao Metello, representante do MFA no território, enfatizou que a descolonização era uma obrigação oficial e não uma mera opinião, garantindo que Portugal e seu exército respeitariam a vontade expressa pelo povo de Timor. O efeito dessa revolução em Portugal e a subsequente descolonização impuseram uma reconfiguração nas relações coloniais portuguesas, oferecendo uma oportunidade para os timorenses decidirem o futuro de seu país.

Timor Leste foi governado como uma colônia ultramarina portuguesa por muitos anos. No entanto, quando o regime salazarista caiu em Portugal, isso teve um impacto direto no processo de descolonização, especialmente nos países africanos. A descolonização passou a ser um dos principais objetivos do Movimento das Forças Armadas (MFA), que derrubou a ditadura em 1974. “Os objetivos fundamentais do MFA se resumiram aos chamados três “D”:

¹⁹ O **Movimento das Forças Armadas (MFA)**, também conhecido como **Movimento dos Capitães**, foi um movimento militar responsável pela Revolução do 25 de Abril de 1974 em Portugal, que pôs fim aos 41 anos de ditadura do Estado Novo. A principal motivação deste grupo de militares era a oposição ao regime e à Guerra Colonial Portuguesa (https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_das_For%C3%A7as_Armadas).

Descolonização, Desenvolvimento e Democracia” (Secco, 2013, p.373). Esses objetivos do movimento, que visavam a liberdade e a autodeterminação dos povos, também influenciaram a situação em Timor Leste, acelerando o processo de transição para a independência.

Segundo Aurora Santos e Zélia Pereira (2022) destacam que Timor como as outras colônias portuguesas, foi classificado como “território não autónomo” pela resolução 1542 (XV) de 15 de dezembro de 1960. Localizada no sudeste asiático e fazendo fronteira com a província indonésia de Timor Ocidental, a colônia de Timor recebia pouca atenção nos relatórios anuais do Comité de Descolonização, um órgão criado pela ONU no final de 1961 para monitorar a situação dos territórios não autónomos. Entretanto, “após a Revolução dos Cravos em 1974, Portugal reconheceu o processo de descolonização de Timor Leste, estabelecendo uma cooperação multissetorial. Isso incluiu a promoção da língua portuguesa como oficial em Timor Leste e o recurso às Nações Unidas para apoiar o processo de descolonização, visando a independência nacional do povo timorense”²⁰. O Miguel Galvão Teles (1999), mais salienta que a Resolução 1514, de 14 de Dezembro de 1960, conhecida como Declaração sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais, reconhece o direito dos povos coloniais à autodeterminação, incluindo o direito à independência. Além disso, a Resolução 2625, de 24 de Outubro de 1970, intitulada Declaração relativa aos princípios do direito internacional respeitantes às relações amigáveis e à cooperação entre os Estados de harmonia com a Carta das Nações Unidas, detalha ainda mais esse direito, afirmando que se aplica a todos os estados e reconhecendo o estatuto separado dos territórios não-autônomos.

O autor Francisco Carlos Palomanes Martinho (2017) destaca que, o golpe de estado resultou na queda de uma das ditaduras mais persistentes na história do Ocidente. Iniciada em 28 de março de 1926 como um regime militar, sua longa permanência, juntamente com o desenvolvimento econômico e cultural relativamente lento de Portugal, tornou a queda do Estado Novo, especialmente durante o governo de Marcello Caetano, uma surpresa e objeto de grande interesse para a opinião pública internacional. No entanto, para Bianca Obetine Magnus (2023) afirma que a Revolução dos Cravos marcou o reconhecimento por parte de Portugal do direito à independência de suas colônias ultramarinas, permitindo assim a formação de partidos políticos em Timor. ”No dia 11 de maio de 1974, timorenses como Francisco Lopes da Cruz, Manuel Carrascalão, Mário Carrascalão, João Carrascalão e Domingos Oliveira fundaram a União Democrática Timorense (UDT), o primeiro partido político de Timor após o 25 de Abril,

²⁰ Comunicado de imprensa referindo que a Indonésia reforça tropas em Timor Leste, segundo mensagem transmitida pelo Comando operacional da FRETILIN, pela voz de Nicolau Lobato e registada pela Telecom Austrália”, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Ramos-Horta. (1976). Disponível HTTP: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05000.064>

marcando sua entrada na cena política timorense²¹. Em seguida, no dia 20 de maio de 1974, outros timorenses fundaram a Associação Social-Democrata Timorense (ASDT). Em 11 de setembro de 1974, a ASDT foi renomeada, passando a chamar-se Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN)²². Francisco Xavier do Amaral como presidente, Nicolau dos Reis Lobato foi vice-presidente, Alarico Fernandes tornou-se o primeiro secretário-geral, Justino Mota atuou como segundo secretário, Mari Alkatiri foi nomeado secretário de assuntos políticos, e José Ramos-Horta assumiu a secretaria para as relações externas. Por fim, outros timorenses criaram a Associação Popular Democrática Timorense (APODETI), fundada em 27 de maio de 1974, sob a liderança de Arnaldo dos Reis Araújo²³.

Esses três grandes partidos políticos, UDT, FRETILIN e APODETE, exerceram uma grande influência na sociedade timorense ao definir o futuro político de Timor Leste, especialmente por meio dos princípios de autodeterminação durante o processo de descolonização no período de transição colonial entre 1974 e 1975. Cada partido representava diferentes visões sobre o caminho a seguir para alcançar a independência, influenciadas pelas mudanças no sistema político em Portugal após a Revolução dos Cravos. Segundo José Manuel Pureza (2001) destaca que o caso de Timor Leste, Portugal promulgou em julho de 1975 a Lei 7/75, que estabelecia um programa de descolonização para o território. Este processo seria realizado por meio de uma consulta popular, mantendo, conforme a legalidade estabelecida pela ONU, três alternativas em aberto: independência, integração e a confederação de livre vontade, a um terceiro país.

1.3. Os movimentos sociais e as ideologias políticas de resistência

O processo de descolonização em Timor Leste, após a Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974, envolveu a formação de movimentos sociais pelos timorenses, definidos por diferentes ideologias políticas, com o objetivo de decidir o destino do país e libertar o povo, buscando uma sociedade mais justa e próspera. Conforme Maria da Glória Gohn, Breno Bringel (2012) afirmam que primeiro, é fundamental mapear as condições estruturais, abrangendo a explicação inicial das causas, suas consequências e influências sobre os movimentos. Essa análise deve se concentrar na realidade objetiva, levando em conta a desigualdade social, discriminações, repressão e exploração. Além disso, é importante considerar as ações

²¹ União Democrática Timorense "Manual Político da União Democrática Timorense", União Democrática Timorense, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Barbedo de Magalhães. (1974), Disponível HTTP: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05005.003#!5>

²² https://pt.wikipedia.org/wiki/Frente_Revolucion%C3%A1ria_de_Timor-Leste_Independente, acesso no dia 14 de fevereiro de 2025.

²³ https://pt.wikipedia.org/wiki/Associa%C3%A7%C3%A3o_Popular_Democr%C3%A1tica_Timorense, acesso no dia 14 de fevereiro de 2025.

estratégicas, as ideologias envolvidas e as oportunidades de conscientização e organização dos grupos e movimentos.

No entanto, em 1974, existiam três grandes partidos políticos que discutiam o futuro de Timor Leste. Segundo Fátima Monteiro (2002), a Revolução de 25 de Abril de 1974 desencadeou um processo de descolonização em Portugal, incluindo Timor. No contexto pós-colonial, diversas forças políticas emergiram no território, cada uma com uma visão distinta sobre o futuro da ilha. A União Democrática Timorese (UDT), liderada por Mário Carrascalão, propunha uma federação com Portugal como etapa intermediária para a independência. A ASDT, inicialmente sob a direção de Xavier do Amaral, também defendia a autodeterminação, mas de maneira mais gradual. No entanto, inspirada pela luta armada em Moçambique, a ASDT transformou-se na Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN), adotando uma postura mais radical e buscando a independência por meio da luta armada. Em contraposição, a Associação Popular Democrática de Timor (APODETI), liderada por Arnaldo dos Reis Araújo, de menor expressão, defendia a integração de Timor à Indonésia. A fundação desses partidos reflete a rápida resposta dos timorenses à nova liberdade e sua determinação em participar ativamente na construção de um novo sistema político.

União Democrática Timorese (UDT) é um movimento político que defendia uma autonomia progressiva, com manutenção de vínculos com a metrópole lusitana. O nome originalmente proposto para o grupo foi “União Luso-Timorese” (Cunha, 2001, p.15). Entretanto, a UDT, como um movimento de caráter conservador, continuou a defender a colonialidade portuguesa por meio da manutenção de vínculos com Portugal, acreditando que isso garantiria a estabilidade política e o desenvolvimento social do território, além de preservar os privilégios da elite colonial, que mantinha uma posição mais elevada na sociedade. Segundo Helga Gahyva (2017) destaca que um bom estadista não é aquele que cria, mas o que aperfeiçoa, ou seja, aquele que busca equilibrar a preservação com a adaptação, reconhecendo que a razão individual tem pouca força diante do vasto acúmulo das experiências das gerações anteriores. O estadista perspicaz, portanto, dá mais importância ao espaço de experiência do que ao horizonte de expectativas, baseando seu governo na compreensão das circunstâncias e no programa que valoriza os preconceitos. No contexto da visão político da União Democrática Timorese (UDT), relacionado à experiência histórica de “João Carrascalão”²⁴ durante o período colonial:

Ele desejava continuar seus estudos na área de Direito em Macau, mas as autoridades coloniais não permitiram, pois esse curso poderia capacitar os timorenses a defender os direitos dos cidadãos no mundo e impulsionar a luta pela independência, por meio de uma revolta contra o colonialismo. Assim, ele optou por escolher o curso de fotografia. Depois da Revolução dos Cravos em Portugal, Carrascalão retornou a Timor Leste. Os

²⁴ João Carrascalão foi Presidente do Comité da Relação Exterior da UDT

timorenses, querendo lutar pela independência, se viam confrontados com a realidade de que os recursos humanos ainda eram insuficientes. Em particular, Timor Leste não tinha quadros superiores nem engenheiros para garantir uma independência total e imediata. Por isso, a UDT optou por uma estratégia política que visava a confederação com o país colonizador, Portugal, e a luta pela independência de forma gradual (Entrevista a João Carrascalão, 2002).

Os líderes da UDT analisaram que a situação social e econômica de Timor Leste, após a Revolução dos Cravos em Portugal, era difícil para garantir a independência imediata. Essa situação poderia resultar em um neocolonialismo em Timor Leste, por isso optaram pela confederação com o país colonial de Portugal. Visto que a experiência histórica do período colonial foi um fator determinante para a decisão sobre o estatuto de Timor Leste nesse período. Segundo os autores Anderson Roik, Danuta Estryfika Cantoia Luiz, José Henrique de Faria (2020) destacam que os indivíduos concretos, inseridos em relações sociais específicas e em contextos históricos determinados, são os responsáveis pela realização das práticas sociais. Esses sujeitos, ao enfrentarem as limitações e pressões impostas pela estrutura social, reagem de diferentes maneiras. Dessa forma, a experiência, enquanto aquilo que é vivido por eles de forma individual ou coletiva está relacionada aos eventos, às ações e aos significados que lhes são atribuídos.

O objetivo principal do programa de ação da UDT consiste em construir uma sociedade onde desapareça a exploração do homem e pelo homem e possa fluir, em plenitude, a liberdade, o trabalho, a paz e a justiça. Informava que “a nossa luta é pela construção em Timor-Dili de uma sociedade onde o destino de cada timorense seja o de todos, uma sociedade onde o povo timorense ocupa a posição de supermacia, em que esse mesmo povo não seja um simples meio ou uma coisa manejada pelos outros” (Manual Político da UDT, 1974, p.7). Entretanto, desse programa político da UDT também apresenta uma visão contra a exploração colonial e propõe a luta para construir uma sociedade timorense com um futuro mais promissor, mas por meio da política de confederação com o colonialismo português. Segundo Pedro Emanuel Mendes (2021) destaca que a principal posição da UDT era manter o controle sobre importantes posições na administração pública e os interesses políticos e econômicos associados a elas. Por isso, a UDT defendia a continuidade da ligação com Portugal, acreditando que essa seria a melhor forma de proteger esses interesses.

De acordo com a opção política da UDT, que continuava a apoiar a confederação com o colonialismo português, o governador português tinha interesses contrários à opção política dos timorenses que buscavam a independência total. Portanto, entre 19 e 21 de outubro de 1974, ocorreu a primeira visita a Timor Leste pelo Ministro da Coordenação Interterritorial (MCI) António de Almeida Santos, durante a qual a delegação portuguesa fez uma declaração que “em

relação a Timor é um pouco ridículo estarmos a falar em termos de plebiscito uma vez que [...] as opções não são muitas. A independência total é inviável por razões de carácter financeiro; a ligação à Indonésia torna-se inviável por causa do desinteresse da Indonésia; e fica uma última alternativa, a ligação connosco. Estarmos a fazer um plebiscito para definir essa relação parece-me pouco realista” (Feijó, 2002, apud Santos 2006-II, 293).

A visão política colonialista do ministro português António de Almeida Santos revelou a tendência de estabelecer um sistema neocolonialista no futuro de Timor Leste, através do processo de descolonização, em razão da opção política da UDT. No entanto, os nacionalistas timorenses como quadros e membros do movimento FRETILIN, liderado por “Abílio Araújo”²⁵, realizaram uma manifestação contra o ministro português no Jardim Monumento Infantil Dom Henrique, próximo ao Palácio do Governo, em Dili, Timor Leste (entrevista Pedro Maquino, 2025). Segundo Rui Graça Feijó (2002) afirma que as palavras do ministro português uniram as forças timorenses na crítica ao próprio ministro, acusado de neocolonialismo e de tentar obstruir a soberania timorense. A visita a Timor tinha como objetivo esclarecer essas declarações e definir os termos para o processo de autodeterminação, conforme a Lei 7/74, sendo mais uma missão de afirmação do que de negociação, embora houvesse encontros com os principais movimentos políticos locais.

Em 20 de maio de 1974, os nacionalistas timorenses fundaram a Associação Social Democrata Timorense (ASDT), que, em 11 de setembro de 1974, foi transformada na Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN), motivada pela experiência histórica de um sistema colonial em Timor Leste que praticava discriminação, nepotismo e exploração da população local. Conforme a memória de “Francisco Xavier do Amaral”²⁶, destaca-se:

Em 1959, Francisco Xavier do Amaral acompanhou uma revolta timorense contra o colonialismo na região de Viqueque, nos postos administrativos de Uatulari, Uatucarbau e Baguia, que resultou na morte de entre 500 e 1000 pessoas e no exílio forçado de 75 indivíduos para Moçambique e Angola. Entre os prisioneiros timorenses estavam José Manuel Duarte, José Luís Faria e outros, que eram amigos íntimos de Xavier e foram presos. Esses prisioneiros não receberam julgamento justo, conforme as leis dos tribunais coloniais portugueses, sendo detidos de forma arbitrária. Em 1966, Xavier do Amaral não foi ordenado padre na Igreja Católica em um seminário em Hong Kong, pois naquela época se opunha ao sistema colonial que oprimia os timorenses e praticava atos racistas. De 1971 a 1972, ele observou diretamente as condições das populações no município de Aileu, no posto administrativo de Remexio, onde eram forçados a trabalhar nas estradas com equipamentos tradicionais. Também, sua família, no posto administrativo de Turiscai, no município de Same, tinha que realizar trabalho

²⁵ Abílio Araújo, um dos mais destacados membros da resistência timorense, viveu radicado em Lisboa por mais de duas décadas. Foi um dos fundadores da ASDT e, posteriormente, da FRETILIN, desempenhando um papel relevante na luta pela independência de Timor-Leste (<https://livrosultramarguerracolonial.blogspot.com/2015/11/timor-autobiografia-de-abilio-araujo.html>).

²⁶ Francisco Xavier do Amaral foi o primeiro Presidente da República Democrática de Timor Leste, Proclamador da Independência Nacional, primeiro Presidente da Fretilin e Fundador e Presidente da ASDT (https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Xavier_do_Amaral)

obrigatório na estrada de Subão, no município de Manatuto, onde muitas pessoas morreram devido a doenças. Em outra situação extrema, em Turiscai, as autoridades coloniais impuseram uma cobrança de impostos sobre as mulheres que já possuíam seios. Essas situações de opressão colonial em Timor Leste causaram grande indignação em Xavier do Amaral. No final de 1974, com a Revolução dos Cravos em Portugal, Francisco Xavier do Amaral, José Ramos Horta, Mari Alkatiri e outros nacionalistas timorenses fundaram a ASDT/FRETILIN, lutando pela independência imediata e total de Timor Leste (Entrevista Xavier do Amaral no programa radiofónico Tuba Rai Metin, 2002).

A experiência histórica de Francisco Xavier do Amaral sobre o sistema colonial em Timor Leste motivou uma determinação que o levou a escolher a opção política da independência para o povo timorense, por meio do movimento político da FRETILIN. “A experiência fomos levados a reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, leis, instituições e ideologias” (Thompson, 1978, p.188-189).

Portanto, “a Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN) é uma frente ampla que reúne todos os nacionalistas timorenses com o objetivo principal de libertar o nosso povo. Só através da unificação do nosso povo é que conseguiremos superar o divisionalismo que persiste em Timor Leste, legado do período colonial”²⁷. A FRETILIN aparece neste discurso com uma frente ampla porque reúne todos os nacionalistas timorenses que se opõem ao divisionismo, durante o período colonial português, baseado na experiência histórica do “dividir para reinar”. Ela busca criar a unidade dos timorenses para defender a independência nacional, inspirada pelo espírito revolucionário necessário para libertar o povo, promovendo a modificação e transformação das velhas estruturas do colonialismo português em Timor Leste. Isso significa que aqueles que se opõem à política colonialista e imperialista em Timor Leste são frentistas revolucionários que defendem a independência por meio de uma revolução, como o único caminho para libertar a pátria e o povo. Segundo José Estácio Romão e Moacir Gadotti (2012) afirmam que por revolução, entende-se uma transformação estrutural de uma realidade ou concepção, marcada por características específicas que a distinguem de uma reforma. Diferentemente de mudanças pontuais ou conjunturais, a revolução implica a substituição dos fundamentos de uma sociedade ou do pensamento que a sustenta, promovendo uma alteração profunda e duradoura.

Entretanto,, a FRETILIN propõe-se levar o povo de Timor Leste a enveredar pelo caminho do progresso, da paz e da liberdade. Repudia qualquer forma de colonialismo e neocolonialismo a fim de que o Povo Timor possa vir a ser “verdadeiramente independente, livre

²⁷ Entrevista Nicolau dos Reis Lobato na RTP <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-nicolau-dos-reis-lobato/>

e próspero” (Manual e Programa Políticos FRETILIN, 1974. p.3). A FRETILIN, em seu programa, rejeita qualquer forma de colonialismo e neocolonialismo porque, durante o período colonial, muitas práticas de exploração humana foram impostas aos timorenses, que viveram em uma situação de miséria e enfrentaram graves períodos de fome. Segundo Frantz Fanon (1961) destaca que a exploração colonial, acompanhada pela miséria e pela fome crônica, empurrava cada vez mais os colonizados para uma luta aberta e organizada. Gradualmente e de forma quase imperceptível, a necessidade de um confronto decisivo passou a ser sentida pela maioria da população. Tensões antes inexistentes começaram a surgir e se multiplicar.

Todavia, a Frente Revolucionário de Timor Leste Independente (FRETILIN), em seu programa, se apresenta como um movimento de vanguarda que encarna as aspirações mais profundas do povo de Timor Leste de se libertar do colonialismo político, econômico e cultural, e de toda qualquer forma de dominação e exploração do homem pelo homem (Manual e Programa Políticos FRETILIN, 1974. p. 27). Isto significa que adota uma ideologia influenciada por pensadores marxistas, como Lenin que defendia um partido revolucionário deveria ser a vanguarda do proletariado, orientando-o para a revolução e promovendo princípios anti-colonialistas e anti-imperialistas. Neste aspecto, a Frente não luta apenas pela independência política, mas também pela libertação nos aspectos social e econômico. Danilo Ferreira da Fonseca (2015) destaca que o marxismo se demonstrou como uma rica base teórica e prática para a problematização e superação da dominação colonial e também para a instituição de uma nova sociedade livre não só da dominação colonial, mas também de uma dominação capitalista que sustentava a exploração de tais sociedades, sendo proposto assim, não apenas uma simples independência da política, mas também social e produtiva, como vem se observando nos princípios defendidos pela FRETILIN.

Em 7 de Abril de 1975, vice Presidente FRETILIN, Nicolau dos Reis Lobato afirma que a causa da independência nacional do povo Timor Leste tem objetivo supremo a condição necessária para sua libertação da opressão colonialista e da exploração do homem pelo homem. Isso se justificaria, pois desejo pela independência nacional é fundamental para libertá-lo da opressão colonialista e da exploração humana ocorridas durante o período de colonização portuguesa em Timor Leste²⁸. Segundo Amílcar Cabral (2011) afirma que o princípio da libertação nacional está baseado no direito inalienável que todo povo possui de ter sua própria história, independentemente das normas adotadas no direito internacional. Assim, o propósito da libertação nacional é a recuperação desse direito que foi tomado pelo domínio imperialista, o que

²⁸ Relatório de Nicolau dos Reis Lobato estabelecendo retroespectiva histórica de Timor Leste”, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Ramos-Horta. (1975), Disponível HTTP: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05000.217#>

significa, em essência, a emancipação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais.

Em 1974 no Timor é fundada a Associação Popular Democrática Timorense (APODETI), que defende a integração do Timor a Indonésia. No dia 9 de agosto, Arnaldo Araújo, da APODETI, visita o Jacarta (a capital da Indonésia) para conversações com o governo indonésio. Alegadamente, os seus objetivos relacionam-se ao auxílio indonésio para a elaboração do programa de seu partido o que não deixa de ser elucidativo sobre quem, desde o início, conduz este movimento. Em setembro, começam as primeiras confrontações entre a APODETI e a FRETILIN (Mendes,2021,p. 259).

O 25 de abril de 1974 abriu uma nova perspectiva para o povo de Timor Leste. Nesse contexto, começaram a surgir movimentações no sentido de organizar o povo para a independência. No parlamento da Indonésia, pela voz do seu vice-presidente, John Naro, pela primeira vez o território de Timor Leste foi reivindicado como parte integrante da República da Indonésia, devido à sua localização geográfica. Duas semanas depois, a Associação Popular Democrática Timorense (APODETI) surgiu em Timor Leste com o lema “SABANG MERAUKE”²⁹ (regiões da Indonésia situadas no extremo oeste e leste), sendo imediatamente contestada pela FRETILIN (Cadernos Descolonização de Timor Leste: UDT e APODETI, 1975, p.1). O objetivo político da APODETI era a integração de Timor Leste à Indonésia, justificando essa escolha com base no sistema social indonésio, que, segundo o partido, respeitava a liberdade religiosa e assegurava direitos iguais aos seguidores de diferentes religiões. Além disso, argumentava que a Indonésia concedia autonomia às suas províncias e promovia um sistema de ajuda mútua, no qual as regiões mais ricas auxiliavam as mais pobres, permitindo que todas participassem do desenvolvimento nacional³⁰. Entretanto, segundo Aurora Almada e Santos e Zélia Pereira (2022) destacam que no final de junho de 1975, Portugal convocou uma reunião em Macau com representantes da UDT e da APODETI para discutir o processo de descolonização de Timor. A FRETILIN recusou-se a participar das conversações, por não concordar com a inclusão dos defensores da integração de Timor à Indonésia no diálogo.

De acordo com a situação política interna de Timor Leste que diferencia as posições da UDT continuava a confederação com Portugal, e da APODETE, que defendia a integração com a Indonésia, entretanto “o Presidente da República, Francisco Costa Gomes, em seu Despacho da

²⁹ Sabang Merauke é uma expressão da língua indonésia que simboliza a unidade e a extensão territorial do país, referindo-se ao território da Indonésia “de Sabang (no extremo oeste) a Merauke (no extremo leste)”. Representa a ideia de que, apesar da diversidade cultural, religiosa e étnica, a Indonésia é uma só nação (<https://www.kompas.id/baca/riset/2020/08/16/mengapa-wilayah-indonesia-dari-sabang-sampai-merauke/>).

³⁰ Linhas de orientação para contactos com a delegação das Nações Unidas”, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL, <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06438.001>

Lei 7/75, de 17 de julho de 1975, promulgado em 11 de julho de 1975, afirma que descolonizar não significa deixar de colonizar, mas preparar o território e suas gentes para a autodeterminação. Visto do ponto de vista dos descolonizados, trata-se de um longo processo de construção e reivindicação, muitas vezes marcado por sangue e lágrimas”³¹. Esse decreto referente à descolonização em Timor Leste destaca que não se trata apenas de substituir um domínio colonial por outro, mas sim de capacitar o território e sua população para a autodeterminação. Para aqueles que vivenciam a descolonização, essa jornada implica um árduo caminho de construção e luta por direitos, muitas vezes caracterizado por conflitos e sacrifícios, que ocasionalmente são simbolizados pelo derramamento de sangue e lágrimas.”De acordo com a lei constitucional n° 5/75, de 14 de Março, artigo 1º o estado português reafirma o direito do povo de Timor à autodeterminação com todas as suas consequências, incluindo a aceitação da sua independência e a derrogação da parte correspondente ao artigo 1º da Constituição política de 193, nos precisos termos da lei Constitucional da República Portuguesa n° 7/74, de 27 de julho, de acordo com as resoluções pertinentes da Organização nas Nações Unidas, e uma escrupulosa salvaguarda do princípio do respeito pela vontade do povo de Timor”³².

1.4. Capacidade de mobilização da resistência

Movimentos sociais podem ser definidos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural ao viabilizar formas distintas de organizar parte da sociedade para expressar suas demandas. Segundo esta definição, os movimentos sociais apresentam como características básicas: a posse de uma identidade e de um opositor, a articulação e fundamentação em um projeto de vida e de sociedade, a contribuição histórica ao organizar e conscientizar a sociedade, a prática da mobilização e pressão e, apresenta certa continuidade e permanência (Amorim, 2016.p. 127, apud Gohn, 2011). Segundo Ernst Jünger; Vicente Sampaio (2002) afirmam que muitas vezes, a mobilização social é associada a atos públicos como manifestações, passeatas e reuniões em praças. No entanto, isso não define o que é mobilização. A verdadeira mobilização acontece quando um grupo, comunidade ou sociedade se organiza e age com um propósito compartilhado, trabalhando constantemente para alcançar objetivos que foram coletivamente decididos e almejados.

No contexto de Timor Leste, em 1974, iniciou-se a resistência timorense contra o colonialismo português, por meio da mobilização política dos nacionalistas, que formaram uma

³¹ Sem Título, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Konis Santana. (1975), Disponível HTTP: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06241.188>.

³² "Lei 7/75 do Conselho da Revolução; insere disposições relativas à descolonização de Timor", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Barbedo de Magalhães. (1975), Disponível HTTP: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07708.016>

frente para defender a independência imediata e total. Entretanto, “em 11 de setembro de 1974, os líderes do movimento de libertação da Associação Social Democrata Timorense (ASDT), como Francisco Xavier do Amaral, Nicolau Lobato, Marí Alkatiri, José Ramos Horta e outros, transformaram essa associação na Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN), com o objetivo de mobilizar e unificar todos os timorenses, para evitar que os colonialistas e imperialistas continuassem a dividir para reinar. Então, os estudantes timorenses que haviam estudado em Portugal, como Abílio Araújo, António Carvalinho Malear, Venancio Gomes da Silva, Vicente Manuel Reis e Guilhermina Araújo, retornaram a Timor Leste e se envolveram com a FRETILIN, que era influenciada pela ideologia socialista e comunista, em parte devido à boa relação com o partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em Moçambique. Entre eles, Vicente Manuel Reis “Sahe” e António Carvalinho Malear foram as figuras mais influenciadas pelo socialismo e comunismo, porque possuíam experiência com o envolvimento no Partido Comunista em Portugal. Embora o presidente da FRETILIN, Francisco Xavier do Amaral, mantivesse princípios social-democratas, ele sempre trabalhou para mobilizar e unificar os nacionalistas timorenses, com diferentes ideologias políticas, na luta pela libertação do povo, contra qualquer dominação de estrangeira” (Entrevista a Xavier Amaral no programa radiofónico Tuba Rai Metin. 2002). Essa mobilização popular da FRETILIN foi uma estratégia política que se transformou em um movimento social mais forte e firme nas bases, com as populações locais que foram discriminadas e exploradas pelo colonialismo português, com o objetivo de combater o colonialismo e o imperialismo, em oposição à UDT e à APODETE. Segundo Sidney Tarrow (1998) destaca que a mobilização social é vista como um processo em que os movimentos sociais precisam adaptar suas formas de ação às condições e contextos específicos. Tarrow define que os “repertórios de ação coletiva”, ou seja, as formas e táticas utilizadas pelos movimentos para mobilizar os participantes e gerar impacto, como greves, manifestações, ocupações e campanhas de boicote.

A UDT não aceitou a ideologia da FRETILIN, que promovia o movimento comunista em Timor Leste para desacreditar a cultura colonial como a religião católica. De acordo a observação direta de João Carrascalão sobre o movimento da Frente, que adotou a ideologia comunista após a transformação da ASDT na FRETILIN em 11 de setembro de 1974, revela que todas as noites das 10h00 até meia-noite, o membro do Comitê Central da FRETILIN (CCF), António Carvalinho Malear (um dos estudantes timorenses envolvidos no movimento comunista em Portugal), realizava uma formação política sobre ideologia socialista e comunista para os quadros e militantes, em uma casa localizada em Colmera, Dili. Em algum momento, membros da Frente, liderados por Hamis Bassarewa, assaltaram a igreja católica de Motael, Dili,

porque consideravam que a doutrina da Igreja Católica era uma cultura colonial. Naquela época, havia cerca de 200 mil cristãos timorenses em um total de aproximadamente 800 mil habitantes em Timor Leste, isso significa que os cristãos católicos ainda eram uma minoria. Além disso, o movimento da Frente sempre atacou a UDT em locais na direção de Maubesi, Aileu, Dili, e em outros locais em Remexio e Lequidoe, por motivo de a UDT se confederar com o país colonial Portugal (Entrevista a João Carrascalão no programa radiofónico Tuba Rai Metin, 2002). A ação violenta dos membros da Frente naquele momento demonstra insatisfação com o sistema colonial em Timor Leste, que ao longo do tempo praticou muita exploração do homem pelo homem e discriminação contra a população local, e estavam lutando pela independência imediata e total. Segundo Frantz Fanon (1961) destaca que a violência é uma resposta legítima e necessária à violência estrutural do colonialismo. A luta de libertação dos colonizados deve ser baseada na violência revolucionária, pois apenas através dela é possível destruir as estruturas coloniais e restaurar a dignidade e a autonomia dos povos oprimidos. A violência, nesse sentido, é vista não apenas como uma tática política, mas como um processo de reapropriação da subjetividade e da identidade.

A Frente não aceitou uma confederação com Portugal nem a integração com a Indonésia, porque acreditava que “a independência era o único caminho para o progresso real e o desenvolvimento do povo timorense, como registramos anteriormente. Nenhum povo pode realizar suas aspirações e defender seus direitos e interesses se não for o senhor de seu próprio destino. O tipo de independência que FRETILIN defende é o que esta defende como verdadeira independência para o povo do Timor Leste. Para alcançar essa independência através luta contra colonialismo consiste em substituir o poder político estrangeiro (português) por um outro exercido pelo povo de Timor, com a consequente modificação das atuais estruturas político administrativas e modificar, transformar, revolucionar as estruturas sócio-econômicas de tipo colonial vigentes em Timor Leste. Além disso, prevenção ativa do neo-colonialismo como uma atuação neo-colonial será aquela em que o povo não estará livre para gerir o seu destino, embora seja um estado independente” (Manual e Programa Políticos FRETILIN, 1974. p.6-7). Isso significa que a luta da Frente é pelos nacionalistas, para libertar o povo timorense da dominação estrangeira e possibilitar a construção de uma sociedade digna e justa. Segundo Amílcar Cabral (1983) destaca que luta é em nome do povo, pois seu objetivo final é atender às aspirações, sonhos e desejos do povo: viver com dignidad alcançar a paz para construir o progresso e proporcionar felicidade para as futuras gerações. De acordo com o programa político da FRETILIN destaca valores fundamentais como a defesa do povo, lutando em nome de suas aspirações; a dignidade humana, com respeito aos direitos do povo timorense; a paz como base

para o progresso; a justiça social, promovendo igualdade e inclusão; e o compromisso com o futuro, visando um país justo e sustentável para as próximas gerações.

Desde 1974, os líderes da FRETILIN estabeleceram três centros de mobilização popular como base da resistência pela independência:

O presidente da FRETILIN, Francisco Xavier do Amaral, liderou o Centro Piloto número 1, localizado no Suco Aiserimou, Posto Administrativo de Aileu, Município de Aileu. O membro do Comitê Central da FRETILIN, Vicente Reis Sahe liderou a base do Centro Piloto número 2, situado no Suco Bucoli, Posto Administrativo de Baucau, Município de Baucau. O vice-presidente da FRETILIN, Nicolau dos Reis Lobato liderou a base do Centro Piloto número 3, localizado no Suco Fahilebu, Posto Administrativo de Bazartete, Município de Liquiça. As atividades realizadas nesses centros de mobilização fazendo uma cooperativa de agricultura comunitária que produzia os alimentos. Além da produção agrícola popular, os quadros da Frente destacados nesses centros de mobilização ofereciam formação política aos jovens sobre os princípios da resistência pela independência de Timor Leste e ensinavam alfabetização para as crianças e adultos (Zélia, 2023, p.25). Segundo Cláudia Lamarca (2003) destaca que a FRETILIN exigia do governo português a independência imediata. Além disso, os membros do Comitê Central e os quadros políticos do partido deixavam Díli, a capital de Timor Leste, e se deslocavam para as áreas rurais, onde ensinavam a ler e escrever em tétum, estabeleciam cooperativas agrícolas, organizavam sindicatos e promoviam a cultura local.

Os líderes da Frente mobilizam e organizam as populações locais para produzirem alimentos, porque Timor Leste tem um grande potencial agrícola que sustenta a independência no aspecto socioeconômico. As populações, majoritariamente camponesas durante o período colonial português, sempre dependeram da agricultura para sua subsistência. Mesmo que Timor Leste tivesse esse potencial produtivo, as populações em todo o território viveram em extrema fome e com nutrição cronicamente inadequada devido à política colonial voltada para a exploração das populações timorenses. A implementação dessas atividades cooperativas agrícolas baseou-se no manual político e nos programas da FRETILIN que dizia que “consiste em praticar uma agricultura de diversificação (produção variada) destinada a melhorar a alimentação do Povo e lutar contra a fome. Pelo contrário no regime colonial, a agricultura não está ao serviço do povo pois é manifesta a proteção da agricultura lucrativa destinada a exportação o que só se consegue através da especialização da produção” (Manual e Programa Políticos FRETILIN, 1974. p.14). Entretanto, a FRETILIN promove a agricultura familiar como uma alternativa para resolver a questão da fome e combater a má nutrição enfrentada pelas populações locais. Segundo Murilo Didonet de Moraes e Nilton Aparecido Marques de Oliveira (2017) destacam que a agricultura familiar pode desempenhar um papel central na produção de

alimentos orgânicos, atuando como protagonista em seu próprio desenvolvimento e oferecendo uma alternativa para a busca pela sustentabilidade em suas várias dimensões.

O movimento da Frente promovia a alfabetização e a educação política de conscientização por meio do método de esclarecimento público para as populações locais, a fim de formar o conhecimento crítico e empoderar os timorenses a compreenderem e resistirem ao colonialismo. Essa educação focava na participação comunitária e na valorização da cultura local, fortalecendo a identidade nacional e a coesão social. O objetivo principal da educação política de conscientização era fortalecer o espírito de nacionalismo e patriotismo das populações timorenses para garantir a continuidade da luta de resistência, que se mostrava duradoura e indeterminada. Segundo Samuel Penteado Urban (2017) afirma que a partir da atuação da FRETILIN, teve início um processo de Educação Popular fortemente influenciado pelas ideias de Paulo Freire. Esse método educacional, associado à conscientização política, fundamentou-se no conhecimento prático do dia a dia dos educandos e em um ensino que se adaptava às necessidades específicas da luta pela independência. Segundo Danilo Geraldo Silva (2018) afirma que apesar de ter sido interrompido pelo golpe de 1964 em Brasil, Paulo Freire conseguiu demonstrar parte do seu potencial transformador ao promover uma educação voltada para a conscientização, a liberdade, a tomada de decisões e a responsabilidade social e política. Seu movimento de educação popular representava uma ameaça concreta para os governantes da chamada democracia “parcial”, que excluía os analfabetos do direito ao voto. Ao ampliar o eleitorado, reduzia-se a possibilidade de manipulação política, já que as massas, ao adquirirem consciência crítica, deixariam de sustentar um regime que as mantinha subordinadas.

A FRETILIN promove um sistema educacional que busca a libertação do povo, incentivando a participação ativa dos timorenses na construção do destino da nação, em contraste com o ensino colonial que restringia essa participação. De acordo com Paulo Freire (1921), a educação crítica é uma força revolucionária voltada para o futuro, dotada de um caráter profético e carregada de esperança, que reflete a natureza histórica do ser humano. Essa perspectiva reconhece que os indivíduos são capazes de se superar, progredir e olhar adiante, onde a estagnação é vista como uma ameaça significativa. Para a educação crítica, olhar para o passado deve ser um meio de entender melhor quem somos, possibilitando a construção de um futuro mais sábio.

³³Em outubro de 1974, o Ministro da Coordenação Interterritorial de Portugal visitou Timor Leste, e 10.000 timorenses se reuniram em Díli para saudá-lo e aclamar a bandeira

³³ Relatório de Nicolau dos Reis Lobato estabelecendo retrospetiva histórica de Timor-Leste", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Ramos-Horta. (1975). Disponível HTTP: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05000.217>

portuguesa. Esse foi um cenário montado ao estilo colonial-fascista pela União Democrática Timorense (UDT). No entanto, a FRETILIN não participou; sua força, ao que se observa, estava no povo maubere, que desceu das montanhas e tomou as ruas da cidade. Indiferentes às ameaças, enfrentaram as forças coloniais fascistas e os ultra-reacionários da UDT, que permaneciam dentro de seus carros por não ousarem caminhar a pé, enquanto entoavam o hino da revolução do Povo “Maubere”³⁴, “Foho Ramelau”³⁵. Em uma manifestação indescritível de nacionalismo, anticolonialismo e anti-imperialismo, os mauberes agitando os galhardetes (pequenas bandeiras) brancos da FRETILIN e erguendo cartazes, bradavam palavras de ordem, desafiando os mitos e slogans colonialistas e abafando as vozes estridentes dos reacionários colonial-fascistas, defensores dos imperialistas portugueses. Mais uma vez, afirmaram sua vontade de se libertar e vencer. Foi em Díli e em Aileu, durante a passagem do Ministro por essas localidades, que o povo demonstrou de forma inequívoca sua escolha pela independência nacional. A ação de protesto dos membros da Frente contra a autoridade colonial portuguesa foi uma luta pela soberania e contra a subjugação imperialista. Os manifestantes da FRETILIN utilizaram o hino revolucionário, os galhardetes e palavras de ordem no âmbito do protesto para a construção de um sentido coletivo de resistência, autonomia e reconstrução da identidade timorense em prol da independência nacional.

Essa ação representa uma revolta popular timorense contra o fascismo e o sistema salazarista em Timor Leste. Segundo Rafael Rosa Hagemeyer (2008) destaca que inicialmente, o hino teve a função de unir as forças antifascistas sob a bandeira da revolução. No entanto, com o desenrolar da guerra, ele foi deixado de lado, assim como a estratégia de internacionalizar o conflito. O Rafael Lopes de Sousa (2023) salienta que basta ouvir as três primeiras notas da Internacional para que sua melodia seja imediatamente reconhecida e suas palavras iniciais venham à mente. Chega-se inclusive a dizer que a força desse hino é tamanha que parece estar impressa na memória profunda de todos, despertando sentimentos que podem variar de alegria e afinidade a desprezo e repulsa, dependendo da ideologia de quem o escuta.

A FRETILIN como uma frente ampla, teve a capacidade de reunir todos os timorenses na luta pela independência nacional, promovendo a unidade e o engajamento popular em torno dessa causa, “então em 20 de janeiro de 1975, a FRETILIN e a UDT acordaram constituir uma coligação fundamentada nos seguintes pontos principais: a independência total para o povo de Timor Leste (ou Timor-Díli, designação adotada pela UDT); o repúdio à APODETI por defender

³⁴ O termo "Maubere" tem sua origem na língua tétum, a língua principal falada em Timor Leste. Ele significa "povo valente" ou "povo nobre" (https://www.significadosdepalavras.com/maubere#google_vignette)

³⁵ Foho Ramelau é o nome do ponto mais alto de Timor Leste, também conhecido como Monte Ramelau. Além de sua importância geográfica, Foho Ramelau também é o título do hino da revolução do povo Maubere, tornando-se um símbolo central da resistência timorense contra a ocupação estrangeira.

ideias integracionistas e neocolonialistas, contrárias aos interesses do povo timorense e à Carta das Nações Unidas; a rejeição da integração em qualquer potência estrangeira, especialmente na Indonésia, com o compromisso de, após a independência, promover relações de boa vizinhança e cooperação com todos os países; o repúdio ao colonialismo, neocolonialismo e imperialismo; a introdução de novas estruturas políticas, econômicas, culturais e sociais verdadeiramente democráticas, substituindo as estruturas coloniais antigas para a reconstrução e desenvolvimento do país; o reconhecimento de Portugal como único interlocutor válido no processo de descolonização, com a celebração de acordos de cooperação em todos os níveis para benefício dos povos de Timor Leste e de Portugal; a adoção da língua portuguesa como língua oficial de Timor Leste; o recurso à ONU para acompanhar Portugal no processo de descolonização; e a formação de um governo de transição por meio de negociações em Lisboa entre o governo português, a FRETILIN e a UDT”³⁶.

Estabelecer essa coligação é uma estratégia política da FRETILIN para orientar e mobilizar a União Democrática Timorense (UDT) na defesa da opção política pela independência nacional. Além disso, busca-se influenciar o governo português a apoiar essa mesma escolha para o povo de Timor Leste, considerando que os líderes da UDT possuem influência sobre os colonizadores. Por outro lado, busca-se eliminar a força da existência do partido APODETI, que defende a integração com a Indonésia (Entrevista a Xavier Amaral no programa radiofônico Tuba Rai Metin, 2002). Segundo António Paulo Duarte (2013) destaca que a política desempenha um papel fundamental na formulação da estratégia, assim como ocorre na guerra. A estratégia surge da necessidade de a política influenciar as ações do adversário que também é um ator político por meio da mobilização e combinação de recursos conceituais e materiais. Esses recursos, desenvolvidos pelo conhecimento moderno e contemporâneo, são utilizados para conduzir ações de enfrentamento e manipulação da destruição mútua. Assim, a estratégia se constitui como um saber conceitual, semelhante a outros, com o propósito de condicionar e controlar o inimigo.

O objetivo da coligação para a UDT era contrário ao da FRETILIN, porque através da estratégia de coligação, a UDT poderia eliminar o movimento comunista em Timor Leste que era promovido pelos quadros da Frente, e continuar a manter a confederação com Portugal. A UDT defendia que Timor Leste poderia alcançar a independência gradualmente, porque durante o período colonial, o governo português não formou recursos humanos suficientes, como quadros políticos e administrativos para assegurar a independência nacional. No fim, o movimento da

³⁶ Comunicado conjunto da FRETILIN e da UDT”, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Ramos-Horta. (1975). <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05000.261>

Frente continuava a dominar entre as populações locais em várias regiões de Timor Leste, tornando-se cada vez mais influente. Diante disso, entre os meses de maio e junho de 1975, o presidente da UDT, Francisco Lopes da Cruz, negociou com Suharto presidente da República da Indonésia, a integração de Timor Leste à Indonésia. Isso ocorreu porque a UDT não aceitava que a independência nacional fosse liderada por um movimento comunista em Timor Leste (Entrevista a João Carrascalão no programa radiofónico Tuba Rai Metin, 2002).

Além disso, “durante uma descolocação aos Estados Unidos da América, em julho de 1975, o general Suharto como presidente da Indonésia também solicitou a apoio do presidente norte-americano, Gerald Ford, e obteve-o facilmente argumentando que a FRETILIN era um partido comunista que punha em risco a estabilidade da região. Os americanos acabavam de perder a guerra do Vietname, em abril de 1975 e temiam uma expansão do comunismo na Ásia. Por fim, os serviços secretos indonésios decidiram destruir a coligação da UDT com a FRETILIN. Em maio de 1975 convidaram os dirigentes da UDT a deslocar-se a Indonésia para os avisar que jamais aceitariam a formação de um governo independente incluindo membros da Frente” (Durand, 2009, p.118).

Essa situação conseguiu romper a coligação entre a FRETILIN e a UDT, então “as tensões política entre os partidos timorenses nascentes levaram a uma grande permutação da metáfora mestre-escravo. Na noite de 10 de agosto de 1975 membros da UDT sob a liderança de João Carrascalão procuraram prender membro da Polícia que apoiavam a FRETILIN e no dia seguinte deram um golpe” (Kammen, 2003. p. 79). Esse golpe demonstrou a capacidade de mobilização da UDT, que organizou seus membros e também contou com o apoio do colonialismo português contra o movimento da Frente, que defendia a independência imediata e total. Segundo entrevista de Mau Putu no programa radiofónico Tuba Rai Metin (2002), destaca que:

Entre o final de julho e 7 de agosto, três dirigentes da UDT como Francisco Lopes da Cruz, João Carrascalão e Domingos de Oliveira viajaram a Jakarta-indonésia, onde se encontraram com o general Murtopo, que lhes teria prometido o apoio da Indonésia a um Timor Oriental independente, caso houvesse um movimento contra a FRETILIN, além de afirmar que não toleraria comunistas no governo. No retorno desses dirigentes, a UDT organizou, já no dia 8 de agosto, manifestações anticomunistas, exigindo, entre outras coisas, a expulsão de cinco oficiais portugueses acusados de apoiar a Frente. Diante da falta de resposta por parte do governador, a UDT iniciou um golpe de Militar na noite de 10 para 11 de agosto, tomando as armas do comissariado da polícia em Díli, aprisionando membros da FRETILIN e bloqueando todos os serviços da função pública. Entre os dias 16 e 18, a ofensiva do golpe militar da UDT em Díli se intensificou, resultando na captura e prisão de membros da Frente no local de Palpaço, em Capital Díli. Entre os detidos estavam estudantes e jovens independentistas, incluindo figuras como membro CCF Vicente Reis Sahe e Xanana Gusmão. Também houve a morte do prisioneiro Siqueira, conhecido como “Malae Mutin”, e do enfermeiro António Espírito Santo. Em Díli e em outras regiões municipais, diversas pessoas ligadas à Frente foram assassinadas. Durante o período do golpe, a população foi intensamente perseguida, e os

líderes e membros do CCF foram forçados a se retirar para o interior, refugiando-se em um local de Balibar e Aileu.

Imagem 7- Grupo armado da UDT que fez o golpe militar em agosto de 1975



Fonte: Arquivo da Resistência Timorense (AMRT)

Imagem 8-Grupo armado da FRETILIN contra golpe da UDT em agosto de 1975



Fonte: Arquivo & Museu da Resistência Timorense (AMRT)

O golpe militar dos líderes e membros do movimento da UDT foi uma ação contrária ao princípio da independência de Timor Leste, defendido pela FRETILIN. Além disso, a ação do golpe revelou a continuidade da prática colonial portuguesa em Timor Leste, com o objetivo de manter o território sob a influência de Portugal, porque o governo português não estabilizou a situação provocada pelos manifestantes da UDT e pior ainda, apoiou as forças policiais portuguesas. Entretanto, a FRETILIN considerou a UDT um movimento traidor da pátria e inimigo do povo maubere, porque esse golpe representava uma luta contra a independência de

Timor Leste. Diziam: “nós que lutamos pela independência, precisamos definir os critérios para distinguir nosso amigo e nosso inimigo. Quem é contra o colonialismo português é nosso amigo, nosso aliado; quem é a favor do colonialismo português é nosso inimigo, aliado dos portugueses” (Cabral, 1983. p. 5).

Então em 15 de agosto de 1975, o Comitê Central da Frente Revolucionária Timor Leste Independente (CCF) liderado pelo Francisco Xavier do Amaral e Nicolau dos Reis Lobato, em Aileu, declaram resistência armada contra os traidores e inimigos do povo. Após a declaração da resistência armada pela CCF, o governo português pediu ao oficial militar Rogério Lobato para negociar com os líderes da FRETILIN. No final, esse oficial militar tomou uma posição contrária ao governo português. Portanto, em 20 de agosto de 1975 juntamente com a tropa de Hermigildo Alves, eles apoiam a Frente e conseguiu lançar o movimento armado, ocupando o quartel das tropas militares em local de Taibesi Dili, pois contra o golpe da UDT³⁷. Apesar de sofrer perdas iniciais, a Frente retaliou com uma contraofensiva militar por meio da Força Armada de Libertação Nacional de Timor Leste (FALINTIL), que foi estabelecida no dia 20 de agosto de 1975, rapidamente ganhando vantagem. Ao longo de um mês de guerra civil, a UDT foi decisivamente derrotada, e seus membros restantes, não mortos ou capturados, fugiram para Timor Ocidental (província indonésia de Nusa Tenggara Timur). Estima-se que entre 1.500 e 3.000 pessoas tenham perdido a vida em ambos os lados do conflito (BCIET, 1975).

Em 21 de agosto de 1975, a FALINTIL, como braço armado da Frente, iniciou um contra-golpe no município de Aileu, onde o CCF estava praticamente concentrado. Na mesma região, as tropas timorenses, que estavam no quartel militar português em Aileu, deram total apoio ao movimento pela independência, assim como as populações locais, que eram em sua maioria militantes da Frente. Em seguida, as FALINTIL avançaram em direção à capital, Dili, para combater o movimento da UDT (Entrevista com Abel Lari Sina no programa radiofônico Tuba Rai Metin, 2002). No entanto, no mesmo dia, às 09h00 da manhã, as forças da UDT iniciaram um tiroteio contra as FALINTIL, direcionando-se para um local de Palpaço na capital Dili. Em 29 de agosto, as forças da UDT recuaram para o município de Liquiça devido aos intensos ataques das FALINTIL. Posteriormente, elas continuaram a evacuar para a fronteira entre Timor Leste e a Indonésia, buscando ajuda para proteção (Entrevista a Leandro Isaac no programa radiofônico Tuba Rai Metin, 2002).

O movimento do golpe da UDT e o contra-golpe da FRETILIN transformaram-se em uma guerra civil em Timor Leste, porque esse conflito foi influenciado por interesses

³⁷ Wandita, G., Oliveira, J. L., Fernandes, H., Komasari, S., & Yuniar, D. Ghega, Livru 2: Istória Konfliktu nian. Dili: Governu Timor Leste nian, CNC no INT. (2019).

estrangeiros, como o do colonialismo português, que buscava manter a confederação, e o da Indonésia, que visava a integração do território. Jean Baptiste Duroselle (1992) afirma que a expressão “guerra civil” é geralmente usada para descrever conflitos em que ambos os lados disputam o controle total de um território. Mesmo que essas guerras envolvam intervenções estrangeiras devido a interesses externos, o objetivo comum é a conquista do poder. Já nas guerras de independência, especialmente as coloniais, os objetivos são diferentes: enquanto um lado busca preservar a soberania territorial, o outro luta pela separação de uma área específica.

A derrota do movimento da UDT na guerra civil representou a derrota do colonialismo português, que tentava manter Timor Leste sob uma confederação com Portugal. Portanto, as autoridades do governo português não assumiram suas responsabilidades como administradoras do território de Timor Leste, deixando de resolver as questões internas e a influência política externa. No fim, não concluíram o processo de descolonização em Timor Leste. Conforme Pedro Emanuel Mendes (2021) destaca que o processo de descolonização de Timor falhou devido aos choques perceptuais entre os principais atores, apesar dos interesses diversos de Portugal, Indonésia e timorenses. Isso não nega as causas estruturais, como a Guerra Fria, o anticomunismo indonésio, os interesses no Mar de Timor, a diplomacia internacional e as divisões internas timorenses, que se ampliaram durante a transição portuguesa.

Após o contra-golpe, a FRETILIN continuou a mobilizar e recrutar jovens timorenses para formar a força de reserva MIPLIN (Milícia Popular). Entre os recrutados, estava Cornélio Ximenes, mais conhecido como Mau Nana, de Lore-Lospalos. Na época, ele trabalhava como funcionário civil na sede da empresa de manutenção em Taibesi. Quando ocorreu o contra-golpe, ele foi incorporado a uma companhia comandada por Criszodio Boavida, de Gariuai, e recebeu treinamento de Gregório Lobo Dara de Carvalho, de Nunu-Malau, Uato-Lari. Ele fez parte de um pelotão liderado por José da Sá Benevides (Remexiu), atuando na segurança da fronteira antes de 28 de agosto de 1975. O pelotão estabeleceu o Comando em Tatabei, próximo à região de Loes. Leonardo Rama Hana, de Ossu, um furriel e ex-comandante militar português, liderava a Companhia Tatabei. Um pelotão de José da Sá Benevides foi destacado um local em Telimolara³⁸. A formação da força de reserva, com base na “Política de Defesa Nacional, visa assegurar a defesa do território, garantindo os direitos inalienáveis do povo de Timor Leste, promovendo a paz, reestruturação das forças armadas e recusa de estabelecimento de qualquer base militar estrangeira no território de Timor Leste” (Manual e Programa Políticos FRETILIN,

³⁸ Brochura da FRETILIN", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL. (1975). Disponível HTTP: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05008.024>

1974. p.34).

O presidente da FRETILIN, Francisco Xavier do Amaral, acompanhado do vice-presidente Nicolau dos Reis Lobato, do primeiro comandante-geral das FALINTIL, Rogério Lobato, e do segundo comandante Hermigildo Alves, dirigiu a primeira mensagem ao povo de Timor Leste após a contraofensiva vitoriosa da Frente. A alocução ocorreu em 26 de agosto de 1975, no Quartel-General das FALINTIL em Taibesi, com presença da imprensa internacional. Destacou-se a bandeira portuguesa, simbolizando o reconhecimento da FRETILIN a Portugal como potência administrante, apesar de controlar todo o território. A Frente buscava negociações com Portugal para discutir caminhos que garantissem ao povo timorense o direito à independência (Brochura da FRETILIN, 1975). Essa declaração revela a estratégia política da Frente, que, mesmo com o controle total do território, optou por reconhecer Portugal como potência administrante. Esse reconhecimento reflete uma busca por legitimidade internacional e uma tentativa de encontrar uma solução diplomática para garantir o direito à autodeterminação do povo timorense.

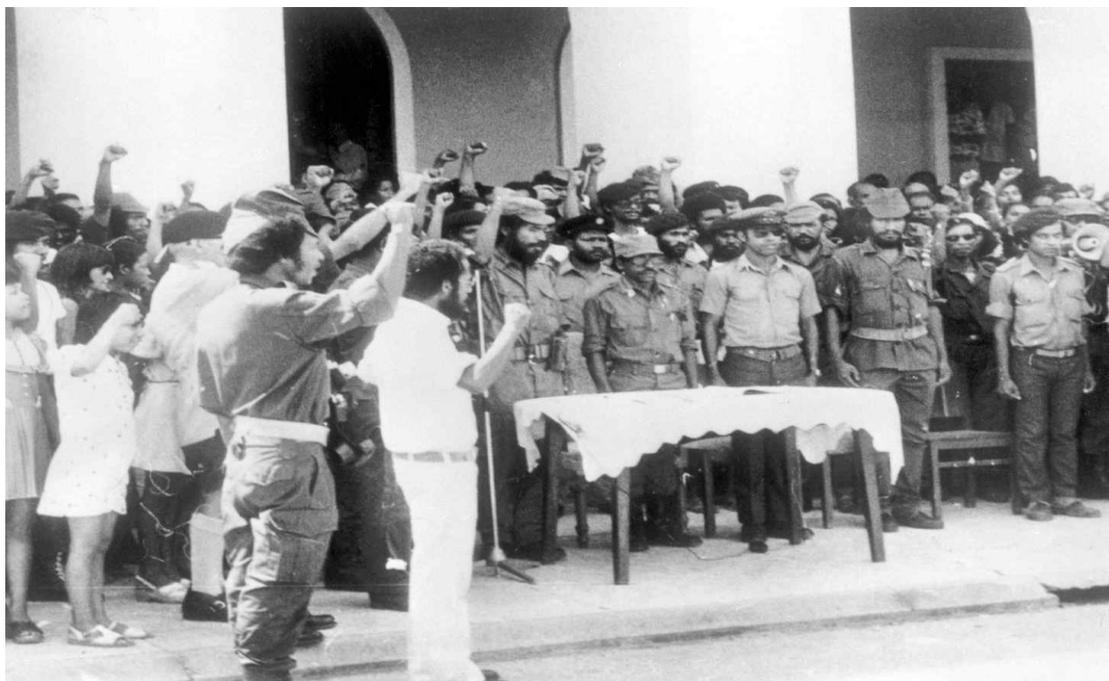
A guerra civil entre a FRETILIN e a UDT foi interpretada como uma forma de resistência aos colonialistas portugueses, uma vez que a política da UDT visava a confederação de Timor Leste com Portugal. Assim, em 28 de novembro de 1975, a FRETILIN proclamou unilateralmente a independência de Timor Leste, refletindo a capacidade de mobilização da resistência contra o colonialismo português e as pressões externas, principalmente da Indonésia (Entrevista a Lere Anan Timor no programa radiofónico Tuba Rai Metin 2002). A resistência da Frente neste contexto foi uma luta popular contra o colonialismo, com o objetivo de destruir a dominação colonial em Timor Leste e construir a independência nacional, ao mesmo tempo em que rejeitava qualquer outro tipo de dominação estrangeira. Diziam que “a resistência é uma coisa natural. Toda a força que se exerce sobre uma coisa qualquer dá lugar a uma resistência, quer dizer a uma força contrária. E a força contrária da força colonialista e imperialista é um movimento de libertação nacional. Isso só se pode resolver com trabalho político, então certas condições pode tomar a forma de luta armada, que é o nosso caso concreto” (Cabral, 1979. p.9).

Entretanto, com o fim da resistência dos timorenses, em 28 de novembro de 1975, o proclamador da República Democrática de Timor Leste, Francisco Xavier do Amaral, declara no texto de proclamação da independência que:

Encarnando a aspiração suprema do povo de Timor Leste e para salvaguarda dos seus mais legítimos direitos e interesses como nação soberana, Comité Central da Frente Revolucionária de Timor Leste Independente-FRETILIN- decreta e eu proclamo, unilateralmente, a Independência de Timor Leste que passa a ser, a partir das 00H00 de hoje, a República Democrática de Timor Leste, Anti Colonialista e Anti Imperialista. Viva a República Democrática de Timor Leste! Viva o Povo de Timor Leste Livre e

Independente! Viva a FRETILIN!³⁹.

Imagem 9- Cerimônia da proclamação unilateral da independência da RDTL em frente ao Palácio do Governador.



Fonte: Arquivo & Museu da Resistência Timorense (AMRT)

A proclamação unilateral da independência de Timor Leste pela FRETILIN foi um marco significativo, simbolizando a determinação do povo timorense em afirmar sua identidade e soberania após séculos de domínio colonial português e em meio às tensões internas e externas. Ao adotar termos como “Anti-Colonialista” e “Anti-Imperialista”, a FRETILIN associou a independência à luta contra a opressão externa e ao desejo de autoafirmação política, ideológica e social. “A exploração colonial, acompanhada pela miséria e pela fome crônica, empurrava cada vez mais os colonizados para uma luta aberta e organizada. Gradualmente e de forma quase imperceptível, a necessidade de um confronto decisivo passou a ser sentida pela maioria da população. Tensões antes inexistentes começaram a surgir e se multiplicar. Os acontecimentos internacionais, a fragmentação dos impérios coloniais e as contradições inerentes ao sistema colonialista sustentavam e fortaleciam a combatividade, promovendo e reforçando a consciência nacional” (Fanon, 1961).

Amílcar Cabral (1984) destaca que a libertação nacional se fundamenta no direito universal de todos os povos de determinar livremente seu próprio destino, com a independência nacional como objetivo principal. Nesse contexto, a proclamação da independência de Timor

³⁹ Texto da Declaração Unilateral da Independência de Timor Leste, proclamada pela FRETILIN”, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Ramos-Horta. (1975), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05000.264>

Leste representou a concretização da aspiração coletiva da população por autodeterminação e liberdade, refletindo os esforços e os sacrifícios de anos de resistência contra a exploração e a opressão colonial. Segundo entrevista de Gregório Saldanha no programa radiofônico *tuba rai metin* (2002), demonstra-se o desejo:

As populações timorenses sentiram grande alegria no momento em que a FRETILIN proclamou a independência de Timor Leste, após um longo período de opressão colonial marcado pela exploração do homem pelo homem, escravização e marginalização dos povos indígenas. Naquele momento, algumas pessoas expressaram seus sentimentos de vitória com lágrimas, visto que a independência de Timor Leste foi o resultado do sofrimento e da resistência dos timorenses.

Segundo Albert Memmi (1977) destaca que as reivindicações nacionalistas dos colonizados muitas vezes são equivocadamente vistas como xenofobia, mas, na verdade, refletem uma estratégia de união baseada em motivações emocionais. Fora os militantes ativos, sinais típicos de xenofobia, como fervor agressivo pela bandeira e canções patrióticas, são raros entre os colonizados.

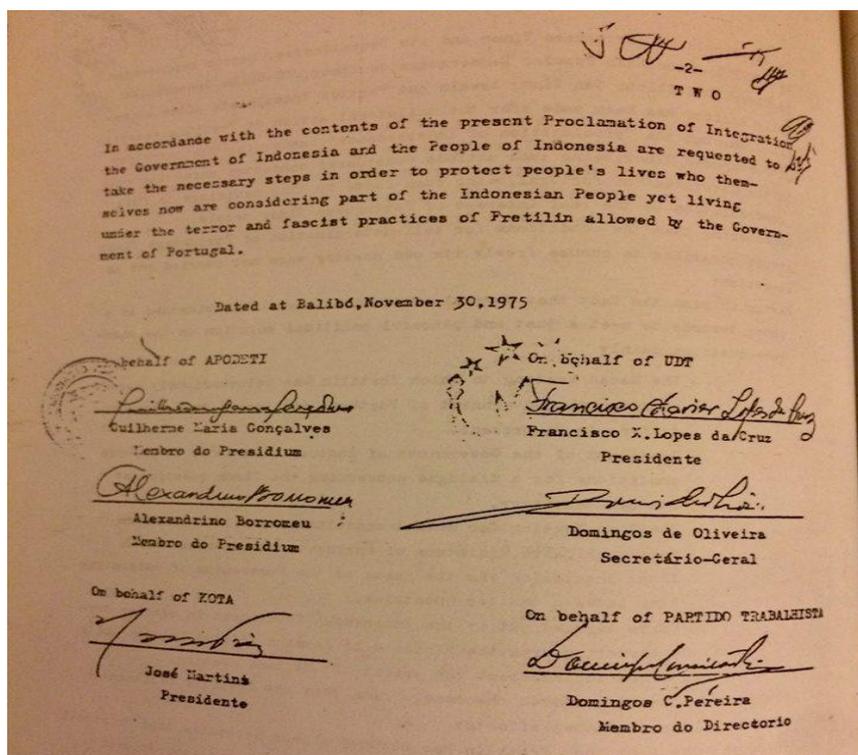
Após a proclamação unilateral da independência de Timor Leste, o Comitê Central da FRETILIN escolheu Francisco Xavier do Amaral como Presidente da República Democrática de Timor Leste (RDTL) e Nicolau Lobato como Vice-Presidente, que também assumiu a função de Primeiro-Ministro ao formar o gabinete do governo. O principal programa de prioridade do governo de facto foi estabilizar a segurança nacional após a guerra civil e melhorar a economia da população por meio de uma política de produção agrícola, considerando que Timor Leste possui um grande potencial agrícola e que, durante o período colonial português, a maioria da população era composta por agricultores ou camponeses (Entrevista a Xavier Amaral no programa radiofônico *Tuba Rai Metin*, 2002). A segurança nacional foi a maior prioridade para o governo de Timor Leste naquele período, porque garante a estabilidade do país, protegendo seus cidadãos, instituições e território contra ameaças internas e externas. Sem segurança, o progresso econômico, social e político é prejudicado. Segundo Marco Cepik (2001) destaca que a segurança nacional, enquanto uma condição ideal a ser alcançada por meio de políticas públicas, serve como a principal base para o exercício da soberania e para a exclusividade do Estado no uso legítimo da força.

Em 30 de novembro de 1975, os líderes dos movimentos UDT, APODETE e outros grupos integracionistas continuavam a mobilizar suas forças contra a independência de Timor Leste, em “Balibó”⁴⁰, por meio da proclamação oficial de integração de Timor Leste à Indonésia. O conteúdo dessa proclamação afirma que Timor Português é uma parte do território da

⁴⁰ Balibo é uma cidade do Timor Leste que se encontra a aproximadamente 10 quilômetros da fronteira com a Indonésia. Está situada no Posto administrativo de Balibo, Município de Bobonaro (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Balibo>)

Indonésia e não aceita a proclamação da independência pela FRETILIN em 28 de novembro de 1975 (Documento do roteiro de videografia do autor Agus Purwanto). Essa declaração dos integracionistas acusava a FRETILIN de bloquear uma solução pacífica e o direito à autodeterminação de Timor Português, pedindo ao governo e ao povo indonésio que protegessem as vidas dos que agora se consideravam indonésios. Os líderes integracionistas que assinam a Declaração de Balibo são Guilherme Gonçalves Alexandre Borromeu, Francisco Lopes da Cruz, Domingos Oliveira, José Martins, Domingos C. Pereira e José Martins, como se observa na imagem a seguir.

Imagem 10-Documento de assinatura dos líderes integracionistas à Declaração de Balibo.



Fontes: Comité Orientador 25 (CO25)

CAPÍTULO II: EXPERIÊNCIA E CAPACIDADE DA RESISTÊNCIA DA RDTL DURANTE A OCUPAÇÃO MILITAR INDONÉSIA

Neste capítulo, será analisada a estratégia de resistência timorense contra a ocupação indonésia, entre 1975 e 1999, um período marcado por desafios e heroísmo que moldou profundamente a identidade nacional. Serão examinadas as táticas empregadas pelos guerrilheiros, a organização da luta clandestina e o papel da população na sustentação da resistência. Além disso, será abordado o impacto da repressão indonésia e a forma como a resistência timorense conseguiu mobilizar apoio internacional, culminando no referendo de 1999 e na restauração da independência.

2.1. A capacidade e a estratégia de resistência do governo da RDTL, juntamente com a FRETILIN e as FALINTIL na base de apoio.

A invasão de Timor Leste pela Indonésia foi motivada por dois fatores principais: a guerra civil interna entre os próprios timorenses e o contexto geopolítico da Guerra Fria. O governo indonésio justificava sua intervenção ao acusar o Estado timorense, liderado pela FRETILIN, de promover ideologias comunistas na região, o que gerava preocupação entre os aliados ocidentais, especialmente os Estados Unidos e a Austrália. Nesse contexto, “em 6 de dezembro de 1975, o presidente indonésio Suharto reuniu-se em Jacarta com o presidente norte-americano Gerald Ford para discutir sua intenção de invadir Timor Leste. Durante o encontro, Suharto justificou a decisão com base em preocupações sobre o avanço do comunismo na Indonésia e nos territórios vizinhos” (Wandita, G., Oliveira et al, 2019).

Entretanto, às 4h30 da manhã do dia 7 de dezembro de 1975, as forças armadas da Indonésia, com apoio de navios de guerra, helicópteros e tropas terrestres, lançaram um ataque em larga escala contra a capital timorense, Díli. Nos dias seguintes, ofensivas semelhantes foram realizadas em outras regiões do território: em Baucau, no dia 12 de dezembro, e em Lautem, no dia 14. Segundo relatos da época, os intensos bombardeios resultaram em numerosas mortes e ferimentos entre a população civil. Diante da superioridade militar inimiga, as forças da FRETILIN recuaram para as montanhas, dando início a uma longa resistência, enquanto os militares indonésios ocuparam os principais centros urbanos⁴¹, como se observa na imagem a seguir.

⁴¹ Pequeno historial de Timor-Leste, objectivos e programa da FRETILIN", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL (1976), Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06521.004#!11>

Imagem 11- Invasão indonésia em 7 de dezembro de 1975



Fonte: Arquivo & Museu da Resistência Timorense (AMRT)

Os Estados Unidos da América e seus aliados demonstraram preocupação com o governo da República Democrática de Timor Leste, proclamado pela FRETILIN em 28 de novembro de 1975, por considerá-lo uma possível expressão do avanço do comunismo na região. Essa apreensão estava inserida no contexto da Guerra Fria, caracterizada pela rivalidade entre o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o bloco socialista, sob a liderança da União Soviética. Como destaca Laura Dias Prestes (2012), a Guerra Fria foi um período de intensa tensão global no pós-Segunda Guerra Mundial, marcado pela disputa ideológica, econômica e armamentista entre as duas superpotências. Embora não tenha havido confronto militar direto entre elas, a competição se expressava na luta por influência sobre outras nações, buscando atraí-las para seus respectivos blocos ou impedir sua adesão ao adversário.

Desde o início da invasão indonésia, marcada por intensa violência militar, a FRETILIN adotou estratégias de combate irregular em áreas montanhosas, mobilizando a população sob o lema “Pátria ou morte, venceremos”. Essa declaração revela que a resistência timorense, tanto no plano político quanto no militar, já estava preparada para enfrentar uma guerra prolongada⁴². A estratégia adotada configurou-se como uma guerra popular contra a ocupação indonésia, marcada por uma luta persistente e difícil, conduzida principalmente pela Força Armada de Libertação Nacional de Timor Leste (FALINTIL). Segundo Carl Von Clausewitz (2000) afirma que guerra não é um fenômeno isolado, mas sim um prolongamento da política, onde os objetivos do conflito são definidos por razões políticas. Ele propõe uma “fórmula da guerra” que envolve a interação entre três elementos essenciais: o “fator popular”, que diz respeito à emoção e moral das tropas e da população; o “fator militar”, que engloba as estratégias e táticas empregadas no campo de batalha; e o “fator político”, que reflete os objetivos do Estado em relação à guerra.

⁴² Comunicado do Timor Solidaritats Komitee”, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - TAPOL, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06457.009>

No processo de resistência nas áreas montanhosas, os quadros civis, políticos e militares da FRETILIN organizaram e acompanharam as populações que se refugiaram nessas regiões. O principal objetivo da resistência era apoiar o Comitê Central da FRETILIN (CCF) no controle dos avanços dos inimigos que invadiam o território de Timor Leste, bem como recolher informações sobre os mortos e capturados, tanto entre os guerrilheiros timorenses quanto entre os inimigos nas batalhas de resistência. Além disso, a resistência buscava identificar e atuar sobre as dificuldades enfrentadas pelas tropas timorenses e pela população em termos de logística, alimentação e saúde, garantindo assim uma resistência duradoura e prolongada contra os inimigos (Entrevista a Xavier Amaral no programa radiofônico Tuba Rai Metin, 2002). Essa estratégia de guerra visava criar condições políticas e econômicas para impedir o avanço dos inimigos invasores. Segundo Mao Tsé-Tung (1989) destaca que a guerra revolucionária combina as guerrilhas populares e o exército vermelho como forças complementares, funcionando como as duas mãos de um corpo. Sem as guerrilhas, o Exército seria como um guerreiro com um só braço. A força do povo armado em bases de apoio impede o avanço inimigo. Embora fatores objetivos como condições políticas, econômicas e naturais determinem o rumo da guerra, a habilidade estratégica dentro desses limites é essencial para alcançar a vitória. O exército não deve se restringir apenas ao combate; além de lutar para derrotar o inimigo, ele também precisa desempenhar funções igualmente importantes, como realizar propaganda entre o povo, mobilizar e organizar as massas, armá-las e auxiliá-las na construção do poder político revolucionário.

Imagem 12- As populações que fugiram para as áreas montanhosas nas bases de apoio



Fontes: Comitê Orientador 25 (CO25)

A capacidade de resistência timorense nas bases de apoio contra a invasão da Indonésia estruturou-se a partir das vivências concretas de dominação colonial e da mobilização política e social anterior ao conflito, o que permitiu à FRETILIN e às FALINTIL consolidarem uma luta organizada, com forte base popular, mesmo diante de um inimigo militarmente superior. Como afirma que “a classe operária não surgiu como resultado de um processo histórico predeterminado, mas foi formada através da experiência comum, das lutas compartilhadas e da

ação coletiva que os trabalhadores desenvolveram em resposta às condições de exploração que enfrentavam” (Thompson, 1987, p. 13).

Em 30 de fevereiro de 1976, Ministro de Assuntos Internos e Segurança da República Democrática de Timor Leste, Alarico Fernandes, relatou intensas atividades de guerrilha contra os acampamentos militares indonésios no país. Segundo o comunicado, as forças da Frente realizaram uma série de ataques em várias localidades, incluindo Díli, Baucau, Aileu, Maubisse e Ossu, causando pesadas baixas ao inimigo. Mais de 300 paraquedistas e fuzileiros navais javaneses foram mortos ou feridos, enquanto diversos veículos foram destruídos e oito carros blindados ficaram seriamente danificados apenas em Díli. Devido à pressão desses ataques, as forças indonésias em Maubisse e Aileu foram obrigadas a recuar. A mensagem também revelou que, nas últimas duas semanas, mais de 5.000 tropas indonésias chegaram a Díli, contradizendo a alegação do governo da Indonésia de que suas tropas estariam se retirando do território. Em vez disso, novos soldados foram enviados para substituir os mortos e reforçar os contingentes existentes⁴³.

A posição de resistência timorense contra a guerra imposta pelos invasores, o Vice-Presidente da FRETILIN e Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor Leste, Camarada Nicolau Lobato, afirmou em comunicado à imprensa, no dia 3 de março de 1976, que o povo timorense continuava resistindo com bravura ao exército neocolonial da Indonésia. Segundo ele, a guerra de libertação já se prolongava por seis meses e era marcada por intensos sacrifícios, sofrimento e mortes. Nas áreas ocupadas, o exército indonésio seguia massacrando civis indefesos, enquanto mulheres timorenses eram estupradas e violentadas por grupos de soldados inimigos⁴⁴. Entretanto, o “passeio” imaginado pelos militares agressores transformou-se em uma lenta e difícil conquista de posições. Durante a primeira fase da guerra, a FRETILIN manteve uma posição de superioridade, uma vez que o invasor conseguiu ocupar apenas os principais centros urbanos e as vias de ligação entre eles. Nesse contexto, a FRETILIN permaneceu sob total controle de cerca de 80% do território nacional e mais de 90% da população, apesar do grande potencial bélico do inimigo. Esse domínio territorial tornou-se o principal motivo para a realização da Primeira Conferência Nacional em Soibada, realizada de 15 de maio a 2 de junho de 1976⁴⁵.

⁴³ Comunicado de Imprensa de Ramos-Horta referindo o envio de mais tropas indonésias para Timor Leste e baixas no inimigo infligidas pelas forças nacionalistas”, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Ramos-Horta. (1976). <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05000.058>.

⁴⁴ Comunicado à imprensa de Nicolau Lobato”, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Ramos-Horta (1976), Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05000.059>

⁴⁵ Boletim da Comissão para os Direitos do Povo Maubere. Timor-Leste independente. FUNU. N° 1 2 - Agosto 1985

O objetivo central da conferência foi reorganizar a população e as forças de resistência dispersas nas zonas montanhosas e nas florestas, em virtude da ofensiva militar da Indonésia. Durante essa conferência, o Estado da RDTL, em articulação com o Comitê Central da FRETILIN, definiu as bases estratégicas da resistência, conhecidas como linha de orientação, estruturadas em três diretrizes principais guerra popular, guerra prolongada e assente no princípio de contar com as próprias forças. Ainda no âmbito da conferência, foram discutidas e deliberadas a organização das estruturas civis e militares, com aprofundamento dessas deliberações na segunda sessão plenária do Comitê Central da FRETILIN. Nessa sessão, decidiu-se pela criação de uma administração político-militar que abrangesse todo o território nacional, especialmente as chamadas zonas libertadas, áreas sob o controle da FRETILIN (Soares; Da Silva; et al, 2015, p.81-82). No entanto, “o ponto de vista militar, as FALINTIL passaram a reforçar sua configuração como exército regular, ao mesmo tempo em que criaram pequenas unidades as chamadas brigadas de choque com o objetivo de realizar ataques rápidos e profundos na retaguarda do inimigo. Essa estrutura implicava uma concepção militar baseada na guerra de posições. Além disso, alguns comandantes militares da FRETILIN, que haviam recebido treinamento dos portugueses, continuavam a entender o conflito dentro dos moldes clássicos, como uma guerra de posições. De fato, a presença massiva de civis nas áreas libertadas tornava quase inevitável que as FALINTIL se organizassem em posições defensivas ao redor dessas populações, como uma linha de frente. O sucesso na defesa das áreas libertadas até finais de 1977, impediu toda a diversificação maior na guerrade guerrilhas e deixou-a mal preparada para resistir às capanhas de cerco e aniquilamento” (Boletim da Comissão para os Direitos do Povo Maubere, 1985, p.4).

Segundo os autores Ana Paula Galvão, Julia Finco Faria e Thiago Nascimento Bettega (2017) destacam que a guerra de posição, entendida como a disputa por espaços políticos fundamentais para alcançar a hegemonia, é um conceito formulado por Gramsci e representa uma estratégia crucial para o processo de reconstrução desejado. Essa forma de luta ocorre tanto no âmbito da sociedade civil quanto no campo da sociedade política. No contexto início da invasão indonésia, o governo da República Democrática de Timor Leste (RDTL), liderado pela FRETILIN e apoiado pelas FALINTIL, adotou uma estratégia semelhante à guerra de movimento, tentando defender rapidamente a soberania nacional por meio da luta armada. Porém, diante da força esmagadora do inimigo, a resistência passou a adotar uma guerra de posição, marcada por uma luta prolongada nas montanhas e organização popular.

A Conferência Nacional realizada em Soibada, também foi deliberada a divisão do território em seis setores como setor Ponta Leste (a região Lautém), Centro Leste (Baucau e

Viqueque), Centro Norte (Dili, Aileu e norte de Manatuto), Centro Sul (Manufahi e sul de Manatuto) Centro Fronteira Norte (Ermera, Liquiça e Bobonarao) e Fronteira Sul (Covalima, Ainaro e sul de Bobanaro). Como se observa nos mapas a seguir:

Mapa 3-Setór Ponta Leste Período Maio 1976- Julho 1977



Fonte: Desenho de Januário Soares publicado no *Livro – Volume II*, do Comitê Orientador 25 (CO25)

Mapa 4- Setór Centro Leste Período Maio 1976- Julho 1977



Fonte: Desenho de Januário Soares publicado no *Livro – Volume II*, do Comitê Orientador 25 (CO25)

Mapa 5-Setór Centro Norte Período Maio 1976- Julho 1977



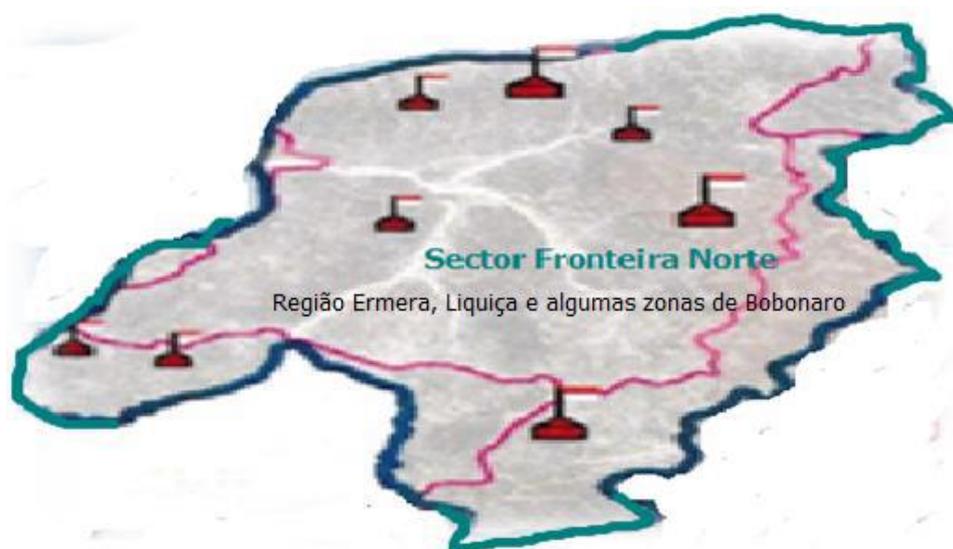
Fonte: Desenho de Januário Soares publicado no *Livro – Volume II*, do Comitê Orientador 25 (CO25)

Mapa 6- Setór Centro Sul Período Maio 1976- Julho 1977



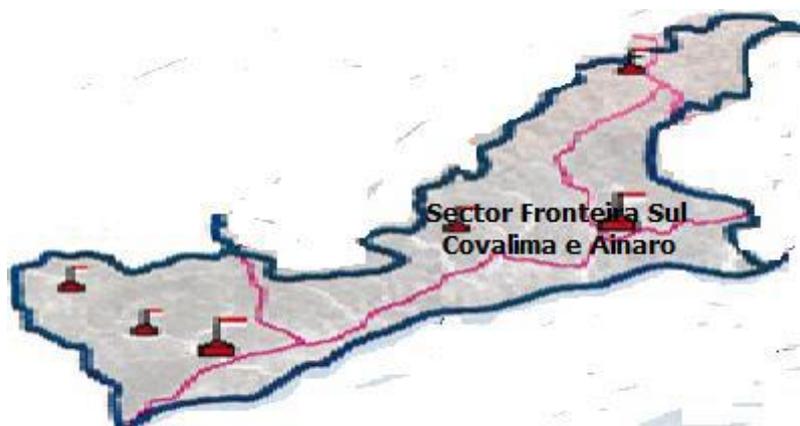
Fonte: Desenho de Januário Soares publicado no *Livro – Volume II*, do Comitê Orientador 25 (CO25)

Mapa 7-Setór Fronteira Norte Período Maio 1976- Julho 1977



Fonte: Desenho de Januário Soares publicado no *Livro – Volume II*, do Comitê Orientador 25 (CO25)

Mapa 8-Setór Fronteira Sul Período Maio 1976- Julho 1977



Desenho de Januário Soares publicado no *Livro – Volume II*, do Comitê Orientador 25 (CO25)

Esses setores foram designados como zonas libertadas, áreas sob controle da resistência liderada pela FRETILIN, que assumiu tanto a administração política quanto a organização militar dessas regiões. A liderança de cada setor foi atribuída a comissários políticos, responsáveis por coordenar as ações locais. O Setor Ponta Leste foi liderado por Juvinal Inácio Sera Key; o Setor Centro Leste, por Vicente Manuel dos Reis “Bie Kei Sahe”; o Setor Centro Norte, por João Bosco Soares; o Setor Centro Sul, por Hamis Bassarewan “Hatta” ; e o Setor Fronteira Norte por Hélio Pina “Maukruma”, Fronteira Sul por César Correia (César Mau Laka) e também foi integrado a esse esquema de comando político-militar da resistência. De acordo com as deliberações da Primeira Conferência Nacional de Soibada, o Comissário Político era a autoridade máxima de cada setor, responsável pela gestão dos assuntos civis e militares. Além de integrar o Comitê Central da FRETILIN, cabia-lhe coordenar a estrutura política do movimento em todos os níveis, setor, região e zona, articulando-se com as instâncias inferiores da organização. No campo civil, suas atribuições incluíam a criação e organização de secções de Saúde, Agricultura e Educação, bem como os núcleos das organizações de base, como a Organização Popular Juventude de Timorese (OPJT) e a Organização Popular da Mulher Timorese (OPMT). Também era de sua responsabilidade a coordenação das atividades de agitação e propaganda em diferentes níveis: regional, zona, suco e aldeia. Para a execução dessas tarefas, o Comissário Político contava com o apoio de adjuntos e assistentes políticos do setor (Soares; Da Silva; et al, 2015, p.82-83).

Os comissários políticos da Comite Central da FRETILIN tiveram um papel importante ao conectar a luta armada com a formação política dos combatentes e das comunidades. Assim, a resistência timorense uniu a força militar com a conscientização popular, dando mais sentido à luta. As organizações de base também desempenharam uma função fundamental ao conscientizar as populações locais sobre a importância de resistir e lutar contra a ocupação indonésia. Como se afirma: “Lutar com armas nas mãos exige mais do que força; é preciso ter consciência política. A arma só tem valor quando quem a empunha entende a causa que defende. Quanto maior a consciência do combatente, mais justa e forte se torna a luta” (Cabral, 1979, p. 13).

Desde a proclamação da independência em 28 de novembro de 1975, a FALINTIL foi integrada ao Ministério da Defesa Nacional, sob a liderança do Ministro Rogério Tiago Lobato, que também exercia o cargo de Comandante-Geral das FALINTIL, e do Vice-Ministro Hermenegildo Augusto Pereira Alves. Com a invasão indonésia em 7 de dezembro do mesmo ano, a estrutura da resistência foi reorganizada durante a Primeira Conferência Nacional de Soibada, em 1976. Nessa ocasião, foram criados comandos setoriais, regionais e zonais, além das Forças de Autodefesa (FADE), formadas nas aldeias. A composição da FADE variava de acordo

com a região: em algumas zonas, havia até uma companhia; em outras, duas ou até três. O armamento disponível também era desigual. A maioria dos combatentes estava desarmada, o que lhes rendeu a designação de “Branços”. Aqueles que possuíam armamento utilizavam principalmente instrumentos tradicionais, como lanças, machados e facas, embora alguns estivessem equipados com armas automáticas. Com isso, as FALINTIL passaram a operar em todo o território nacional, sob a coordenação do Estado-Maior Geral, com base na diretriz estratégica de “contar com as próprias forças”. Apesar da permanência dos comandos locais em cada zona, a articulação das ações passou a ser feita em nível regional, eliminando limites operacionais fixos e promovendo maior flexibilidade e solidariedade entre os setores de combate. A composição do Estado-Maior Geral das FALINTIL, no período 1976-1977, com seguintes Hermenegildo Augusto Pereira Alves como Vice-Comandante das FALINTIL e Vice-Ministro da Defesa; Domingos Ribeiro como Chefe do Estado-Maior e Vice-Ministro das Obras Públicas, Comunicações e Transportes; Guido Diamantino Soares (Kakeu) como Vice-Ministro da Defesa e Subchefe do Estado-Maior, além de Segundo Comandante da Brigada de Choque Nacional; José da Silva como Subchefe do Estado-Maior; Fernando de Almeida do Carmo como Subchefe do Estado-Maior e Vice-Ministro da Informação Interna e Segurança; Aníbal de Araújo Andrade, Joaquim do Nascimento e Manuel Soares (Asu Koli) como colaboradores do Estado-Maior das FALINTIL (Soares; Da Silva; et al, 2015, p.85-86).

Todos os setores considerados zonas libertadas estavam sob o controle direto das FALINTIL, o braço armado da resistência. Paralelamente, os quadros civis e políticos da FRETILIN atuavam na organização e mobilização das populações locais, incentivando sua participação ativa no esforço coletivo de resistência. Essa articulação entre forças armadas e civis configurava uma estratégia de guerra popular prolongada, baseada na união entre o povo e a luta armada contra os ocupantes, o que reforçava tanto a coesão interna quanto a sustentabilidade da resistência ao longo do tempo. Nesse contexto, a própria organização do território adquiria novos significados. Conforme argumenta Michel Foucault (2008), o território deixa de ser entendido apenas como um espaço de domínio soberano e passa a ser reorganizado segundo lógicas de segurança, circulação e utilidade, de acordo com as necessidades de gestão da população.

A perspectiva das zonas libertadas revela que esses territórios foram estruturados como espaços dinâmicos de resistência, nos quais a geografia era continuamente moldada pelas exigências da luta armada e pela gestão estratégica da vida coletiva. Nesse contexto, a articulação entre o território e a população local foi essencial para assegurar a sustentabilidade da resistência, permitindo que ações militares e civis se integrassem em uma dinâmica de

sobrevivência, mobilização e enfrentamento ao exército invasor. Como destaca Vo Nguyen Giap (2005), a mobilização de grupos-chave ocorre de forma simultânea à guerrilha, que se configura como uma estratégia voltada à conquista do poder e, em determinados contextos, recorre ao uso do terror como tática. A força da guerrilha reside não apenas em sua capacidade de movimentação e adaptação, mas principalmente no apoio ativo das comunidades locais. Desse modo, tanto a organização do território quanto o engajamento popular demonstram ser elementos centrais para a manutenção e a eficácia de uma luta prolongada pela independência.

Entretanto, nas zonas libertadas, o povo organizava-se em cooperativas de produção, já se prevenindo para uma guerra prolongada. As campanhas de alfabetização intensificaram-se, porque a conscientização política era o motor da mobilização popular. Conseguimos o que parecia mais difícil: a mobilização do povo para enfrentar uma guerra de resistência em condições extremamente adversas. No campo de luta interna, fomos forçados a contar com nossas próprias forças⁴⁶. A conscientização política implementada pela FRETILIN nas zonas libertadas teve como objetivo promover uma visão crítica da realidade colonial e neo-colonial, incentivando as populações locais a compreenderem a opressão social e política como um problema coletivo, ao mesmo tempo em que enfatizava a união dos timorenses em torno da autonomia, da justiça social e do nacionalismo. Segundo Paulo Freire (1979) afirma que a conscientização revela a realidade à medida que se aprofunda na essência dos fenômenos, não sendo apenas uma postura teórica, mas uma prática unida à reflexão, essencial para a ação transformadora do ser humano.

Além disso, em 1976, o Comitê Central da FRETILIN orientou os comissários de cada setor a estabelecer e organizar os Centros de Formação Política (CEFORPOL). O objetivo era fortalecer a estrutura interna da Frente, envolvendo principalmente os quadros médios e inferiores, que assumiam cargos obrigatórios a nível regional e zona, conforme as diretrizes do CEFORPOL. A educação política tinha como tema central a história de Timor Leste, desde o colonialismo português, além de abordar a teoria do estágio de desenvolvimento da sociedade e as filosofias do idealismo e do materialismo. Também se dava ênfase ao fortalecimento das massas populares e aos princípios de centralismo democrático, com um foco especial no empoderamento das mulheres para sua emancipação política e social. Os quadros médios e baixos eram ainda instruídos sobre a estratégia e o desenvolvimento da guerra pela libertação nacional, além de estudarem as experiências de outros processos de libertação, como os de

⁴⁶ Timor Leste: uma Luta Heróica", FRETILIN?, Lisboa, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Barbedo de Magalhães. (1976). <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05005.008>

Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, China e Vietnã. “Antônio da Costa Aitahan Matak”⁴⁷, em entrevista à CLTV, relatou que os quadros médios recebiam três meses de educação política no centro de formação, sendo que ele próprio ingressou na segunda classe do CEFORPOL, em um local chamado Akaderu Areloi Foho Builo’o. Durante esse período, os quadros médios aprendiam sobre temas como *colonialismo, neocolonialismo, liberalismo, capitalismo, divisionismo, racismo, feudalismo, dogmatismo, democracia, pequena burguesia, proletariado, imperialismo, revolução e guerrilha, além das contradições de antagonismo e não-antagonismo*. Também era abordada a unidade de direção e a unidade entre o povo. O objetivo central desse aprendizado era criar poder popular nas mãos do povo, e, após a formação, os quadros médios levavam esses conhecimentos para as populações de suas respectivas aldeias (Soares; Da Silva; et al, 2015, p. 130).

O conteúdo da educação política da FRETILIN orientava as populações a praticar a produção agrícola para sustentar a resistência contra a invasão indonésia a longo prazo. O modelo de produção da Frente promovia a agricultura familiar nas zonas libertadas, controladas pela FALINTIL, e os resultados da produção eram distribuídos aos membros das cooperativas ou produtores para sustentar suas famílias e apoiar os militares na linha de frente. Nesta atividade cooperativa, é introduzido o princípio da economia solidária para garantir a autossuficiência das populações (Entrevista a Lu Olo no programa radiofônico Tuba Rai Metin, 2002). A FRETILIN introduziu a economia solidária no início da resistência contra os invasores para garantir a continuidade da guerra, que se mostrava dura e prolongada, porque durante o período colonial, as condições sociais e econômicas da população eram problematizadas devido ao sistema colonial, orientado pelas políticas capitalistas que promovem a competição e servem aos interesses dos colonizadores. Segundo Sinival Osorio Pitaguari; Sandra Maria Almeida Cordeiro; Lúria Maria Bettiol Lanza (2012) destacam que a economia solidária foca no ser humano e em sua habilidade de criar soluções para os problemas que o impactam, de maneira democrática e participativa, substituindo o modelo hierárquico vertical pelas relações horizontais.

Entretanto, a queda de Díli e Baucau nas mãos das forças indonésias facilitou a abertura de rotas aéreas para Timor Leste e permitiu uma mobilização mais ampla com o objetivo de eliminar a resistência da RDTL e da FRETILIN. Como resultado desse avanço militar, em 17 de julho de 1976, Timor Leste foi oficialmente anexado pela Indonésia, tornando-se sua 27ª província (Documento do roteiro de videografia do autor “Agus Purwanto”⁴⁸). A anexação

⁴⁷ Antonio da Costa Aitahan Matak foi um dos quadros médios da FRETILIN e passou por um intenso processo de formação política no CEFORPOL (Centro de Formação Política)

⁴⁸ Agus Purwanto é um jornalista indonésio com uma carreira diversificada no campo da comunicação e produção audiovisual.

obrigatória ao território da Indonésia tornou-se uma violação dos princípios de soberania e autodeterminação dos povos timorenses, que defendiam a independência. Segundo Hans Kelsen (2023) destaca que a anexação forçada viola a ordem jurídica internacional, pois desafia os princípios de soberania e autodeterminação dos povos. A soberania territorial é fundamental no direito internacional, e qualquer tentativa de alterá-la por meio da força infringe essas normas essenciais. Hannah Arendt (2009) salienta que a anexação de territórios como uma forma de violência que nega a liberdade e a dignidade humana, porque elimina a pluralidade e impede a capacidade de ação dos indivíduos. Para ela, o espaço público é fundamental para a expressão da ação política, pois é nesse espaço que a liberdade e a interação entre os seres humanos podem se manifestar de forma plena.

Portanto, no finais da época seca de 1976, as FALINTIL descadearam uma contra-ofensiva em todo País destinada e reconquistar localidades estratégicas bem como a isolar os postos avançados. Assim, a FRETILIN tinha reconquistado região de Uatulari em 24 de agosto, Fatuberliu no mesmo período em 17 de setembro, Vemasse era reconquistada em 30 de setembro, Laclubar e Tutuala em 1 de outubro de 1979 (Relatório da DFCE, 1982, p. 18). Além disso, em 11 de setembro de 1977, a resistência timorense obteve uma vitória significativa durante o confronto no Monte Matebian, na região de “Quelicai”⁴⁹. Nesse embate, oito companhias inimigas, incluindo três companhias de elite do exército, conhecidas como os “berets vermelhos”, foram atraídas para a posição da FRETILIN. O confronto resultou na morte de mais de 200 soldados inimigos, com 150 baixas confirmadas. Diante da resistência, houve recuo das tropas invasoras, deixando para trás três sargentos e um cabo, que foram capturados pelas forças timorenses. Além das baixas humanas, as forças timorenses também apreenderam grandes quantidades de material de guerra, incluindo 10 metralhadoras belgas, 20 rifles automáticos, dois morteiros de 60 mm e milhares de munições. Essa batalha exemplifica a determinação e a eficácia da resistência timorense contra os invasores, destacando a capacidade do povo de Timor Leste em defender sua soberania e liberdade⁵⁰.

A par das vitórias militares alcançadas pelo povo de Timor Leste nesse período, considerando a desigualdade dos meios bélicos e humanos, outras vitórias também foram conquistadas. Assim, em 8 de março a 20 de maio de 1977, reuniram-se o Conselho Superior de Luta e o Comité Político do Comité Central da FRETILIN para debater a situação política e

⁴⁹ Quelicai é uma das divisões administrativas do município de Baucau, em Timor Leste ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Quelicai_\(posto_administrativo\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Quelicai_(posto_administrativo)))

⁵⁰ Carta do Representante Permanente de Moçambique junto às Nações Unidas dirigida ao Secretário-Geral", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Espaço por Timor. (1977), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05006.009>

militar do País. Dessa reunião saíu aprovado o documento do Departamento de Orientação Político-ideológico do CCF intitulado “ Os movimentos da libertação nacional, as manobras do imperialismo e os partidos fantoches”. Esta “reunião histórica de Laliné” tal como foi considerada mais tarde, reafirmou mais uma vez os três princípios norteadores da Revolução Maubere: guerra popular, guerra prolongada e assente no princípio de contar com as próprias forças (Relatório da DFCE, 1982, p.19).

A destruição da base de opressão das forças invasoras indonésias durante o confronto armado neste período reflete a capacidade dos guerreiros timorenses de resistir à invasão, mesmo com menos equipamentos de guerra, mas com grande capacidade estratégica nas batalhas. Os guerrilheiros timorenses nas zonas de combate sempre estudavam e se preparavam melhor antes de cada ataque, dando especial importância à localização dos inimigos. Assim, no final os ataques tinham maior efeito e melhores resultados. Segundo Amílcar Cabral (1984) destaca que estudar e se preparar da melhor forma possível para cada ataque importante, buscando extrair o máximo de efeito e resultados positivos. Como mencionado, é essencial utilizar todos os meios disponíveis para obter informações precisas e militares sobre as forças inimigas. Em cada dia e para cada ação contra o inimigo, é necessário saber quantos combatentes e quais armamentos enfrentaremos. Evitar agir de forma impulsiva, sem ter conhecimento da força inimiga. É fundamental entender, tanto sobre os quartéis quanto sobre a área em geral, o estado de espírito das forças inimigas, seu moral, capacidade e disposição para o combate.

2.2. O Período das Campanhas de Cerco e Aniquilamento pelas Forças Militares Indonésias.

Em setembro de 1977, a Indonésia alterou sua estratégia militar e lançou a primeira de uma série de campanhas de cerco e aniquilamento, inicialmente encarada com certo otimismo pela equipa dirigente. A primeira grande ofensiva decorreu entre setembro de 1977 e fevereiro de 1978, varrendo toda a zona da fronteira. Em seguida, entre maio e junho de 1978, os ataques concentraram-se na região central do território. Por fim, entre setembro de 1978 e março de 1979, a ofensiva avançou sobre a Ponta Leste, completando uma sequência de operações militares devastadoras que visavam desarticular completamente a resistência timorense (Boletim da Comissão para os Direitos do Povo Maubere, 1985, p.4).

A estratégia de cerco e aniquilamento consiste em isolar completamente o inimigo e destruí-lo por meio de ataques contínuos, impedindo sua fuga, suprimento ou capacidade de resistência. Essa lógica se fundamenta em princípios clássicos da teoria militar, como os discutidos por Carl von Clausewitz, “o objetivo da guerra é desarmar o inimigo, derrotá-lo, privá-lo de sua força de resistência”, sendo o aniquilamento do adversário e a concentração de

forças elementos essenciais da guerra decisiva (Clausewitz, 2000, p. 15). Nesse sentido, o cerco e aniquilamento durante a invasão indonésia em Timor Leste foi uma estratégia intensificada a partir de 1977, que consistia em cercar as zonas de resistência timorense, cortar alimentos, comunicações e apoio externo, além de lançar ofensivas massivas para eliminar fisicamente os guerrilheiros e a população de apoio. O objetivo central era destruir completamente a capacidade de resistência timorense.

Entertanto, em 12 de fevereiro de 1978, um comunicado do Comité Central da FRETILIN denunciava o uso intensivo, por parte das forças indonésias, de aviões Bronco OV-10 e de artilharia pesada para bombardear extensas áreas densamente povoadas, com o objetivo de massacrar a população, destruir habitações, culturas, colheitas e propriedades. O mesmo comunicado relatava a destruição causada sobre zonas produtivas e sobre o gado, alertando que a população capturada era deixada à fome ou submetida a execuções sumárias, incluindo crianças e bebês, mortos a sangue frio. Na emissão da “Rádio Maubere”⁵¹, também de 12 de fevereiro, afirmava-se que, apesar da elevada mortandade nos setores Fronteira Norte e Fronteira Sul, as FALINTIL continuavam a resistir heroicamente, registrando-se intensos combates em local de Fatululik, Fatubessi, Fatumean, Suai e Atsabe. Na mesma transmissão, informava-se que as forças da FRETILIN haviam neutralizado um grande ataque indonésio contra Fatubessi em 1º de janeiro, ao mesmo tempo em que os combates se intensificavam em local na Fatululik e nas regiões vizinhas de Díli, Remexio, Baucau, Baguia e Bazartete. Posteriormente, em 4 de março, a Rádio Maubere resumia a estratégia militar da Indonésia como sendo baseada em campanhas de cerco e aniquilamento, visando conquistar o território setor por setor, enquanto, nos demais setores, eram realizados ataques rápidos como manobras de distração. Nessa mesma emissão, informava-se ainda que as forças indonésias haviam ocupado Fatubessi em 31 de janeiro e que combates violentos prosseguiam nas zonas de Maubara, Hatolia, Ermera, Atsabe, Cailaco, Fatubessi, Fatumean, Fatululik e monte Taroman (Relatório da DFCE, 1982).

Para enfrentar a estratégia dos invasores indonésios, cada Setor, no território nacional, adaptou a tática de guerra de movimento de acordo com suas condições específicas. Apesar dessas adaptações locais, as funções e responsabilidades dos quadros políticos da FRETILIN e das FALINTIL permaneceram praticamente uniformes em todo o território no início do período de 1977 a 1978. Nesse contexto, os quadros desempenhavam tarefas fundamentais na articulação entre forças armadas e população civil: (1) A Força das FALINTIL, conhecida como Força da Companhia Concentrada (FC), atuava juntamente com chefes de aldeia, delegados

⁵¹ A Rádio Maubere foi a voz da resistência timorense, criada pela FRETILIN para informar, mobilizar e fortalecer a luta contra a ocupação indonésia, transmitindo mensagens políticas, notícias e orientações à população e à guerrilha.

comissionados e assistentes políticos no acompanhamento da população, garantindo sua mobilidade e proteção diante da intensificação dos ataques do exército indonésio; (2) A Companhia do Setor das FALINTIL era encarregada de manter o acompanhamento contínuo da população durante os deslocamentos; e (3) As forças denominadas Brichoq e Intervenção tinham a missão dupla de assegurar a segurança do líder supremo do Estado e do Governo da RDTL, bem como garantir a proteção dos comissários políticos, deputados e outros quadros da FRETILIN. Entre outubro de 1977 e dezembro de 1978, a liderança da FRETILIN, juntamente com membros do governo da RDTL, combatentes das FALINTIL e o povo timorense, passou a viver em constante deslocamento, sem mais permanecer em um local fixo, devido à necessidade de resistir às ofensivas inimigas conduzidas por terra, mar e ar (Soares, da silva, et.al. 2025, p. 279).

As FALINTIL utilizaram a guerra de movimento para manter a mobilidade das suas forças, evitar o cerco pelas tropas indonésias e proteger a liderança e a população, deslocando-se constantemente entre as montanhas e matas de Timor Leste. Segundo John Keegan (1993), destaca que a guerra de movimento caracteriza-se pela mobilidade das tropas e pela busca constante de romper as linhas inimigas por meio de deslocamentos rápidos e ofensivas decisivas, diferenciando-se das guerras de posição pela fluidez e imprevisibilidade das ações militares.

Neste período, cerca de 10.000 soldados da força aérea da indonésia bombardearam implacavelmente as montanhas e florestas, criando um ambiente de extrema brutalidade. Esse ataque massivo deixou as tropas da FRETILIN desorientadas e, após os bombardeios, as forças indonésias começaram a se espalhar e cercar as posições da resistência timorense. Está registrado que a operação militar resultou na morte de centenas de timorenses, inserindo-se em um contexto mais amplo de violência que culminou em cerca de 180 mil vítimas ao longo da ocupação. (Documento do roteiro de videografia do autor Agus Purwanto). Entretanto, em 17 de julho de 1978, o presidente da Indonésia, Suharto, havia planejado uma visita a Díli, capital de Timor Leste. Mas no dia anterior 16 de julho, as forças da FRETILIN ainda lançaram ataques contra várias posições indonésias nas montanhas ao redor da cidade, resultando na morte de seis soldados indonésios e vários feridos. Mesmo com o forte esquema de segurança montado ao redor de Díli, no próprio dia 17, as forças da Frente atacaram uma posição indonésia em Erabarak, nas proximidades da capital, por volta do meio-dia, causando a morte de um soldado indonésio e deixando outros feridos”⁵².

⁵² Discurso de José Ramos-Horta, membro do Comité Central da FRETILIN, perante o Comité Especial de Descolonização", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Espaço por Timor. (1978). <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05006.003>

No final, as forças invasoras conseguiram quebrar a resistência da FRETILIN nas montanhas, onde a guerrilha de base de apoio estava organizada. A campanha militar, que inicialmente consistia em cerco e destruição, transformou-se em uma ofensiva final de libertação. Todos os civis locais foram forçados a portar armas e a se alinhar à frente das tropas indonésias para procurar membros da Frente que ainda resistiam nas montanhas. Caso encontrassem membros da Frente, estes eram forçados a se render ou a cometer suicídio. Mesmo no final de dezembro de 1978, Nicolau Lobato, presidente de Timor Leste e comandante militar foi baleado e morto por tropas que utilizavam helicópteros. Gradualmente, essa última operação conseguiu destruir todo o exército da FRETILIN (Documento do roteiro de videografia do autor Agus Purwanto). Neste período, ocorreu o desmantelamento das bases de apoio da resistência timorense em seis setores do território de Timor Leste. A ofensiva militar indonésia, baseada na estratégia de cerco e aniquilamento, resultou na destruição de estruturas fundamentais da luta armada nas montanhas, enfraquecendo temporariamente a organização da Frente e das FALINTIL. Ainda assim, mesmo diante dessas perdas, a resistência buscou formas alternativas de reorganização e continuidade da luta pela independência.

Depois da destruição, um a um, daqueles cinco setores em operações de grande envergadura, com duração superior a um ano, o inimigo passou a ter como alvo o setor da Ponta Leste, em novembro de 1978. Contrariamente ao método de guerra adotado nos cinco setores anteriores, decidimos, no Comissariado, pela “guerra de posição”, mobilizando e reunindo mais de 90 mil pessoas no topo da montanha. Essa decisão foi influenciada pelo fato de que a Ponta Leste não possuía a mesma geografia dos outros setores, sendo uma região estreita e comprida, com o Monte Matebian no centro, o que dificultava a movimentação da população dispersa entre Tutuala, Baucau e Viqueque. Estávamos preparados para ataques terrestres, com tentativas do inimigo de subir o Matebian, mas ficou demonstrado que estávamos enganados, pois nossas armas nada podiam contra os ataques aéreos e os bombardeamentos a partir da terra e do mar, especialmente a partir das costas de Laga e de Uato-Karbau, que causaram a morte de muitos civis. Resistimos à pressão inimiga por apenas duas semanas e meia e, em consulta com o Presidente Nicolau Lobato, através da rádio *Rakal* (que ainda funcionava), fomos aconselhados a permitir que a população se rendesse ao inimigo (pois, nos outros setores, ela já havia sido toda capturada) e a retirar as forças combatentes, que seriam encaminhadas aos Centros para se juntarem às Forças Concentradas (Gusmão, Xanana, 1984, p. 10-11)

Para os invasores indonésios, a destruição da resistência da Frente nas montanhas, especialmente a última base de apoio no Monte Matebian em novembro de 1978 e a morte de

Nicolau Lobato em dezembro de 1978, foram vistas como uma vitória da estratégia militar da invasão, que marcou o fim da guerra contra a FRETILIN em Timor Leste. Mas, para a resistência dos timorenses, isso representou apenas uma paralisação temporária. “O CCF decidiu uma nova estratégia: as populações foram orientadas a se integrar aos inimigos nas vilas, enquanto as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste (FALINTIL) continuavam a resistir nas montanhas contra o imperialismo indonésio, porque já estão comprometidas com a ideia de pátria ou morte, venceremos, essa ideia sendo a motivação central da resistência. Antes de as populações se renderem e se integrarem às vilas, elas receberam uma orientação do CCF, que afirmava: seus corpos podem estar junto aos inimigos, mas seus corações devem permanecer com as FALINTIL, para continuar a luta em defesa do nosso território de Timor Leste.” (Entrevista com Lu Olo no programa radiofônico Tuba Rai Metin, 2002).

Essa nova diretriz do CCF, que orientava a população civil a permanecer nas vilas, representou uma forma de rendição condicional, imposta pela brutalidade da estratégia inimiga de cerco e aniquilamento. No entanto, essa tática não significou o fim da resistência, mas sim uma reconfiguração estratégica que permitiu à luta continuar por outras vias até a conquista da independência de Timor Leste. A lógica dessa adaptação se reflete no pensamento de Mao Tsé-Tung (1938, p. 124), ao afirmar: “Quando o inimigo avança, nós recuamos; quando o inimigo acampa, nós o perturbamos; quando ele se cansa, nós atacamos; quando ele recua, nós o perseguimos.” Essa máxima sintetiza o espírito da guerra de guerrilha adotado pela resistência timorense: flexível, paciente e profundamente enraizado na convicção de que a luta pela libertação nacional não se extingue com a perda de posições, mas se renova em cada ato de sobrevivência e reorganização.

2.3. Período de silêncio e busca de estratégias para se adaptar à nova situação em 1979-1980

Após a destruição das bases de apoio da resistência da FRETILIN em 1979, as autoridades da ocupação indonésia implementaram programas voltados ao chamado desenvolvimento regional. Entre essas iniciativas, destacaram-se os trabalhos de reaproveitamento dos terrenos baldios abandonados, que passaram a ser regularmente cultivados, bem como a construção e reabilitação de estradas em várias partes do território. Simultaneamente, o governo indonésio promoveu a edificação de escritórios administrativos, hospitais e escolas, seguindo os padrões de integração da então província mais jovem da Indonésia, Timor Leste. Com 13 distritos, 61 subdistritos e 170 aldeias, essa nova província experimentou um avanço visível em menos de um ano, especialmente nos setores de educação e infraestrutura. As ações do regime de Suharto incluíram não apenas obras físicas, mas também

investimentos na agricultura e no fortalecimento das comunidades locais (Documento do roteiro de videografia do autor Agus Purwanto). No entanto, o programa de desenvolvimento regional foi utilizado estrategicamente como uma ferramenta política da ocupação, com o objetivo de consolidar o domínio sobre Timor Leste e legitimar sua anexação.

Além da implementação de projetos de desenvolvimento, o exército indonésio adotou a tática dos campos de concentração como parte de sua estratégia de controle e repressão. Após a rendição da população, muitos civis foram levados a esses campos, onde os militares indonésios, com o apoio de aliados como o HANSIP e o PARTISAN, passaram a identificar principalmente os homens jovens para fins de recrutamento forçado. Jovens entre 12 e 14 anos eram utilizados em tarefas como coleta de água, busca de madeira seca e captura de “*gafenotu*”⁵³ para alimentar aves criadas pelos soldados. Já os homens com 15 anos ou mais eram obrigados a realizar trabalhos pesados, como derrubar e carregar árvores, cortar cordas e “*bebak*”⁵⁴, além de construir casas para os militares indonésios e para as famílias do HANSIP. O principal objetivo desses campos era a triagem da população rendida e, em alguns casos, a pena de morte. Em outubro de 1979, teve início uma nova fase de controle, conhecida como “lavagem cerebral” (*Suci Otak*). Os campos funcionavam como instrumentos de rastreio, usados para decidir se a população seria libertada, deslocada ou mantida sob vigilância. O tratamento dado variava conforme a localidade: em certos campos, após a triagem, alguns prisioneiros eram reintegrados à comunidade; em outros, eram enviados para centros de detenção prolongada, especialmente quando identificados com a ideologia da FRETILIN. Um exemplo dessa prática ocorreu com os habitantes dos sucos Guruça, Afaça, Namanei e Abafala, no posto administrativo de Quelicai, que foram levados para uma área costeira chamada Waiaka, em Laga, posteriormente renomeada pelos militares como Waiaka Kampu Mulia (Soares, da Silva, et.al. 2025, p. 290-291).

Nesse contexto, entre 1979 e 1980, após a intensificação das campanhas de cerco e aniquilamento, teve início um período de silêncio estratégico por parte da resistência. A FRETILIN e as FALINTIL, fragilizadas pelas perdas humanas, territoriais e logísticas, adotaram uma postura cautelosa, evitando confrontos diretos e priorizando a sobrevivência. Esse momento foi marcado pela busca de novas formas de reorganização interna, redefinição de estratégias e adaptação às condições impostas pela ocupação. A população civil foi orientada a infiltrar-se nas zonas controladas pelo inimigo, enquanto os combatentes remanescentes se reagruparam nas regiões montanhosas mais remotas. Esse aparente retraimento, contudo, não significou o fim da

⁵³ Gafenotu (em tétum) é um pequeno animal, semelhante a um inseto, que vive no solo ou entre folhas secas, sendo frequentemente utilizado pela população como alimento para aves.

⁵⁴ Bebak é um tipo de madeira durável usada pela população local em Timor Leste para construir ou reparar as estruturas das paredes das casas.

resistência, mas sim uma fase de reestruturação e preparação para novas formas de luta, tanto armada quanto política, rumo à restauração da independência.

Entretanto, a partir de 1979, o comando das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL) iniciou a reorganização da guerra de resistência nas montanhas por meio de uma campanha concentrada, especialmente nas regiões da ponta leste, como em Ko'oleu/Loré, no Posto Administrativo de Lospalos, Município de Lautem. No ano seguinte, em 1980, foi criada uma nova companhia de guerrilheiros do Destacamento de Ligação Nacional (DESTLIG), sob a liderança do primeiro comandante José Henrique “Co’o Suso-Rojas” e do segundo comandante Domingos “Joni-Metan”. Essa companhia foi dividida em três pelotões, comandados, respectivamente, por António Gusmão “Railakan”, Raul “Ta’iná” e Rin Besi. Essa iniciativa integrava-se à nova orientação estratégica conduzida por Xanana Gusmão, que defendia a suspensão temporária da resistência armada direta contra os militares indonésios (segundo entrevista com Pedro Cabral “Maquino”). Durante esse chamado período de silêncio, a FRETILIN e as FALINTIL adotaram uma postura de resistência silenciosa, com o objetivo de observar os movimentos do inimigo, refletir sobre os erros do passado e buscar novas estratégias para assegurar a continuidade e a eficácia da luta de libertação nacional. Segundo José Neves Jesus (2006), destaca que a chamada resistência silenciosa constituiu uma fase decisiva para a redefinição da estratégia da luta timorense, marcada pelo abandono temporário do confronto direto e pela adoção de uma postura mais reflexiva e estratégica. Esse período permitiu não apenas a reorganização das FALINTIL, mas também consolidou a centralidade da liderança de Xanana Gusmão, cuja visão passou a guiar a luta tanto no plano militar quanto político.

Nesse período, a situação tornou-se extremamente difícil para os guerrilheiros timorenses nas montanhas. Em junho de 1979, as tropas indonésias organizaram a população local no Posto Administrativo de Quelicai, no Município de Baucau, e avançaram com um ataque coordenado contra as forças das FALINTIL posicionadas em Sikilata, Tailari, Ateua-Isi e Dae-Mena. Ao final da operação, os militares indonésios conseguiram eliminar importantes comandantes guerrilheiros, como Tadeu “Salamodo”, Maublei “Uatukele”, Carlos e Duarte, além de outros combatentes em diversas regiões do território timorense (segundo entrevista com Pedro Cabral “Maquino”). Em Remexio, fomos obrigados a recuar devido ao avanço do inimigo. Contudo, posteriormente conseguimos reencontrar-nos com os comandantes “Tiga Nol Lima” e “Samba de Bazartete” e seus respectivos pelotões. O primeiro comandante do DESTLIG, Ko’o Susu, foi então enviado para o sul, onde encontrou o comandante Mer com um pelotão em Ainaro, bem como o comandante Ferraz, que estava acompanhado de quase uma companhia. Durante os encontros com a população, recebemos informações de que, nas Fronteiras e nos Centros, já não

havia mais nenhum membro da Direção Superior, tanto do CCF quanto do Governo, pois muitos haviam morrido ou se rendido. Essa realidade foi confirmada pelo vazão que encontramos no mato. Com a morte do adjunto Tchay, restamos apenas eu (Xanana) e Má Hunu como os únicos sobreviventes do CCF (Gusmão, Xanana, 1980, p. 18).

Apesar dessas perdas significativas, a resistência não foi sufocada. Entre o final de março e abril de 1980, a ofensiva militar da Indonésia atingiu uma escala sem precedentes. Mesmo diante da intensificação da repressão, as FALINTIL continuaram a resistir ativamente. No segundo dia das operações, lançaram um ataque com morteiros contra uma guarnição indonésia em Lospalos, em um confronto que durou cerca de duas horas e resultou na morte de sete soldados. No dia seguinte, um comboio militar que se deslocava de Lospalos para a vila de Tutuala, no extremo leste da ilha, foi alvo de uma emboscada meticulosamente planejada pelas FALINTIL. A ação destruiu seis caminhões de transporte e dois veículos blindados, causando a morte de pelo menos dez soldados indonésios⁵⁵. Em 10 de junho de 1980, as FALINTIL realizaram três ataques coordenados contra posições indonésias em Díli, a capital de Timor Leste. Mais de 200 combatentes das FALINTIL participaram da ação, que teve início às 22h e se estendeu até as 4h do dia seguinte. Durante o ataque, a estação de televisão local foi danificada, e uma unidade inteira do Exército Indonésio foi capturada e mantida sob controle das FALINTIL por várias horas. Além disso, uma grande quantidade de armas e munições foi apreendida, e diversos soldados indonésios foram mortos⁵⁶.

Depois de confirmar que já não havia mais membros da Direção Superior (CCF) no mato, Xanana permaneceu no Centro e, entre julho de 1980 e janeiro de 1981, sobreviveu alimentando-se de produtos locais, como *ma'ek*, *kumbili* e *kuan'*. Durante esse período, passou a preparar a I Conferência Nacional de Reorganização do País (Gusmão, Xanana, 1980, p. 19).

Entretanto, em 1º de março de 1981, teve início a Primeira Conferência Nacional de Organização do País, realizada em Maubai. Esse encontro marcou a criação formal do partido marxista-leninista/FRETILIN e se estendeu até o dia 8 do mesmo mês⁵⁷. Posteriormente, esse partido passou a integrar o Conselho da Resistência Revolucionária Nacional (CRRN), uma organização abrangente que reunia todas as formas de resistência guerrilheira nas montanhas, nas vilas e no exterior (Entrevista com Lu Olo no programa radiofônico Tuba Rai Metin, 2002). A

⁵⁵ Discurso de Ramos-Horta, membro do Comité Central da FRETILIN, Representante junto às Nações Unidas, perante o Sub-Comité de Petições, Informação e Assistência do Comité Especial de Descolonização", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Espaço por Timor. (1981). <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05006.036>

⁵⁶ Discurso de Ramos-Horta, membro do Comité Central da FRETILIN, Representante Permanente junto às Nações Unidas, proferido perante o Grupo Africano", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Espaço por Timor (1980), Disponível HTTP: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05006.027#14>

⁵⁷ DIGITISED BY CHART PROJECT: <http://timorarchives.wordpress.com>

criação do partido marxista-leninista/FRETILIN teve como objetivo aprofundar a compreensão do processo revolucionário de Timor Leste em sua especificidade histórica, ao mesmo tempo em que o inseria no contexto mais amplo das lutas de libertação nacional dos povos oprimidos e explorados em todo o mundo. Essa perspectiva articulava a luta contra o imperialismo com o compromisso de construir uma nova sociedade, fundada em princípios de justiça social, igualdade e autodeterminação. Nesse sentido, segundo Vladimir Lênin (1902), o marxismo-leninismo representa a aplicação do materialismo histórico e dialético à análise das contradições do capitalismo, destacando a luta de classes como motor da história, a necessidade da revolução proletária para derrubar o sistema capitalista e a construção da ditadura do proletariado como etapa de transição rumo ao socialismo. Lênin também ressalta o papel fundamental do partido de vanguarda, estruturado de forma centralizada e disciplinada, como instrumento essencial para conduzir a classe trabalhadora na transformação revolucionária da sociedade.

2.4. O reestendimento da luta armada em todo o território do país após a Primeira Conferência Nacional de Maubai, em 1981

Após um período de silêncio e a Reorganização do País no final de 1981, em 1982 o Comandante Kayrala Xanana Gusmão orientou um plano nacional de resistência armada, com o objetivo de manter o combate contra as forças invasoras em todo o território timorense. Essa estratégia de guerrilha armada evidenciou para as populações das vilas e para a comunidade internacional que a resistência da FRETILIN pela independência nacional ainda permanecia firme. Além disso, contrariou a propaganda dos invasores, que, tanto em nível nacional quanto internacional, afirmavam falsamente que o movimento de resistência em Timor Leste havia cessado (Entrevista com Lu Olo, programa radiofônico Tuba Rai Metin, 2002).

O plano de resistência armada das FALINTIL, que dava continuidade ao combate contra as forças inimigas da Indonésia em Timor Leste, era um ato político que respondia à guerra imposta pelos invasores como a única maneira de conquistar o direito político dos timorenses à autodeterminação. No caminho do progresso e de uma vida digna, essa resistência chamava a atenção das Nações Unidas para a luta pela independência, contribuindo para a construção da humanidade para o povo timorense. Segundo Amílcar Cabral (1997) afirma que a nossa resistência armada é por um lado, um ato político porque a guerra que travamos em nossa terra é uma resposta à agressão colonialista. Acima de tudo, representa a única forma que encontramos para conquistar nossos direitos políticos, garantir a autodeterminação do nosso povo e avançar, como outras nações no caminho do progresso.

A capacidade dos guerrilheiros das FALINTIL no processo de reestabelecimento da luta armada no território de Timor Leste permitiu a destruição de várias bases militares da Indonésia. Nos seguintes ataques das FALINTIL:

No período de 15 de dezembro de 1983 até 05 de janeiro de 1984, as Frentes, respondendo aos bombardeamentos e à concentração do arsenal bélico do inimigo nos setores centrais e costa sul, desencadearam novos ataques contra áreas onde nos últimos três anos as armas de libertação do povo Maubere tinham sido silenciadas. Com efeito, no período de Natal até ao fim do ano, as FALINTIL atacaram posições inimigas nas áreas de Talo Fatubesi (zona Cafeícola) e estenderam o seu raio de ação até Balibo (Fronteira norte)⁵⁸. Na parte dos invasores, “em agosto de 1983, as tropas indonésias realizaram execuções em grande escala na aldeia de “Kraras”⁵⁹, onde cerca de 200 cidadãos timorenses foram queimados vivos e outros 500 foram executados. No mesmo período e local, um soldado das tropas de indonésia violentou uma mulher timorense. Em resposta, as tropas das FALINTIL atacaram e mataram 16 membros do batalhão de combate das tropas de indonésia. Em 7 de setembro de 1983, o batalhão 501 das tropas indonésia realizou um ataque à aldeia de Kraras, exterminando todos os homens que ali se encontravam. Como consequência, a aldeia passou a ser conhecida como a “Aldeia das Viúvas”, em referência às inúmeras mulheres que perderam seus maridos nesse massacre” (Documento do roteiro de videografia do autor Agus Purwanto).

Em 28 de novembro de 1984, a FALINTIL celebrou unilateralmente o dia da proclamação da Independência de Timor Leste, realizando um assalto ao Posto de Lacluta, em Dilor, causando 17 baixas inimigas e capturando vários armamentos, além de pôr outros em debandada. Em 8 de dezembro de 1984, no Monte Matebian, a FALINTIL abateu 15 inimigos e capturou muito armamento. Em 9 de dezembro, em outro assalto em Atabae, guerrilheiros capturaram 5 armas ligeiras; na mesma data, em Quelicai, no Suco de Afaça, os indonésios caíram numa emboscada, resultando em 7 baixas inimigas e na captura de 7 armas ligeiras. Também, entre 5 e 9 de dezembro de 1984, durante cerca de três dias, numa demonstração de força, as FALINTIL cercaram a vila de Soibada com quatrocentos armados. Em Barique, também ocorreu o mesmo. Nos dias 23 e 24 de dezembro do mesmo ano, em Bobonaro, a FALINTIL queimaram mais de cem casas, deixando intactas apenas as escolas, a igreja e as

⁵⁸ Comunicado de Abílio Araujo", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL. (1984), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06443.031>

⁵⁹ Kraras, uma aldeia localizada no município de Viqueque, Timor Leste, tornou-se um símbolo de resistência e tragédia durante a ocupação indonésia. Em agosto de 1983, foi palco de um dos massacres mais brutais cometidos pelas forças indonésias (https://tet.wikipedia.org/wiki/Masacre_Kraras)

residências dos professores e catequistas. Na mesma data, em Viqueque, Cajularan e Luca, os guerrilheiros queimaram centenas de casas⁶⁰.

O sucesso da resistência das FALINTIL contra os militares indonésios, no período de 1985, em três regiões do território de Timor Leste, foi evidente nas seguintes áreas⁶¹:

Na região da fronteira, a resistência das FALINTIL intensificou suas ações contra as forças de ocupação indonésias em 1985. Em 5 de janeiro, dois pelotões da Segunda Companhia Autônoma atacaram o acampamento de Aucupau/Auba, na região de Bobonaro, ferindo 13 inimigos. No dia 17 do mesmo mês, essa mesma companhia da FRETILIN realizou ataques contra os acampamentos de Iliman e Sape/Aiassa, em Ainaro. Durante a perseguição aos inimigos, os guerrilheiros causaram uma morte e feriram um integrante das forças de ocupação nas áreas de Boavista, Bobonaro e Zumalai. Em 13 de fevereiro, os acampamentos de Hatupo, Purami e Atsabe foram alvos de novos ataques, resultando na morte de oito militares indonésios. Já em 20 de fevereiro, um pelotão da companhia de Atuseratelu/Manutas/Ainaro realizou uma ofensiva que culminou na morte de quatro membros das forças de segurança inimigas.

Na região central, entre Fatuberliu e Nanalubi, em 5 de janeiro de 1985, uma emboscada realizada por uma seção da Companhia Três, da Quarta Unidade, resultou na captura de dois cintos com grande quantidade de munição de um pelotão de soldados nativos armados (Ratih). Poucos dias depois, em 11 de janeiro, em Manehat, um pelotão da Companhia A, também da Quarta Unidade, enfrentou um pelotão de soldados nativos armados de Soibada, conseguindo capturar um LE, três FER e uma quantidade significativa de munição. No dia seguinte, 12 de janeiro, na estrada entre Betano e Same, duas seções da Companhia B da Quarta Unidade interceptaram um grupo de soldados nativos armados, apreendendo um RKF e dois Mausers. Já em 2 de fevereiro, um pelotão da Companhia B da Terceira Unidade combateu uma coluna do Batalhão 612 a leste de Ai-Tana, capturando dois AR15 com todos os acessórios, além de causar quatro baixas e ferir dois soldados inimigos.

Na região da ponta leste, em 8 de janeiro de 1985, em Iliomar, uma operação conjunta envolvendo dois pelotões da Companhia A da Segunda Unidade e um pelotão da Companhia A da Primeira Unidade resultou na captura de três MU2 e dois cintos das forças de segurança nativas armadas em Tirilolo, além de um AK15 no acampamento de Uat. Durante a ação, um combatente da FALINTIL foi morto, enquanto o lado inimigo sofreu a perda de 10 Hansips

⁶⁰Sem Título, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - TAPOL, (1984), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06516.001>

⁶¹ Comunicado emitido pela FRETILIN", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense, (1984), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06443.028#!1>

(conscritos timorenses). No dia 22 de janeiro, em Liarapa/Labalok/Luro, um pelotão da Companhia A da Segunda Unidade emboscou dois pelotões do Batalhão Indonésio 521, conseguindo capturar três AR15, além de diversos equipamentos e acessórios militares, e deixando seis soldados inimigos fora de combate. Poucos dias depois, em 25 de janeiro, um pelotão da Companhia D da Segunda Unidade atacou o posto militar de Samalari/Laga, apreendendo um AR15, munição e um grande número de granadas de mão, causando a morte de um soldado e ferindo outros quatro do exército inimigo. Por fim, em 4 de fevereiro, uma seção da Companhia A da Segunda Unidade emboscou uma patrulha em Ate-Uai/Quelicaí, resultando na morte de quatro soldados indonésios e quatro integrantes do grupo auxiliar de timorenses nativos, conhecido como Railakan.

No mês de abril de 1986, as FALINTIL realizaram diversas ações militares nos setores da ponta leste e central, abrangendo as regiões de Lospalos, Viqueque, Baucau e Lekidoe. As operações tiveram início no dia 4 de abril, quando, em Lospalos, um TBO (“*Tenaga Bantuan Operasi*”⁶²) chamado João matou um policial indonésio e fugiu para o mato com uma arma. No dia 9 de abril, em uma ação dos guerrilheiros em Baucau, cinco “NANGALAS”⁶³ foram mortos e duas armas AR-15 foram capturadas. Quatro dias depois, em 13 de abril, novos ataques na mesma região resultaram em seis inimigos mortos e dois feridos graves, que foram levados ao hospital. No dia 15 de abril, os guerrilheiros intensificaram as investidas em Baucau, abatendo oito soldados do Batalhão 745 e capturando oito armas automáticas, sendo cinco AR-15 e três MU2. Ainda nesse dia, dois soldados indonésios foram capturados em Viqueque e um em Lospalos. No dia seguinte, 16 de abril, em Lekidoe, um assalto noturno realizado pelos guerrilheiros resultou na morte de quatro inimigos⁶⁴.

Durante a década de 1980, especialmente entre 1980 e 1986, a luta armada timorense passou por um reestabelecimento significativo. Nesse período, a FRETILIN reorganizou suas forças na tentativa de recuperar o controle territorial perdido para as forças indonésias. Militarmente, essa reorganização levou à adoção de novas táticas, como as guerrilhas móveis, permitindo que os timorenses, embora numericamente inferiores, intensificassem os conflitos com as tropas ocupantes, resultando em maior repressão por parte da Indonésia. Socialmente, o impacto foi sentido na população civil, com o aumento dos deslocamentos e uma crise

⁶² O TBO (*Tenaga Bantuan Operasi*, que significa “Força Auxiliar Operacional”) era um grupo de auxiliares civis recrutados pelo exército indonésio (TNI) durante a ocupação de Timor Leste. Geralmente, os TBOs eram timorenses forçados a atuar como guias, carregadores, informantes e batedores para as tropas indonésias.

⁶³ Os Nangalas eram forças paramilitares auxiliares da Indonésia em Timor Leste durante a ocupação.

⁶⁴ Comunicado da FRETILIN”, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL, (1986), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06454.011>

humanitária, mas também com o fortalecimento da resistência civil, que mobilizou apoio local e internacional, e manteve viva a identidade nacional e o desejo de independência. Portanto, devemos concluir que para as forças de resistência era necessário destruir as forças inimigas em território de Timor Leste através da luta armada neste período.

2.5. Internacionalização da causa timorense e surgimento dos movimentos clandestinos durante o isolamento de Timor Leste.

Desde o início da resistência timorense contra a invasão indonésia, a FRETILIN adotou uma estratégia de luta que buscava apoio e reconhecimento no cenário internacional para fortalecer a resistência e promover a independência de Timor Leste, proclamada em 28 de novembro de 1975. Essa estratégia incluiu a mobilização de organizações internacionais, campanhas diplomáticas, participação em conferências e o uso de meios de comunicação globais para aumentar a visibilidade da situação em Timor Leste. O objetivo era conquistar aliados entre países e entidades que pudessem pressionar a Indonésia a respeitar o direito à autodeterminação do povo timorense. Entretanto, “após a proclamação unilateral da independência da República Democrática de Timor Leste, o Comitê Central da FRETILIN delegou voluntariamente alguns de seus membros, como José Ramos Horta, Marí Bin Amude Alkatiri, Abílio Araújo, Rogério Tiago Lobato, Roque Rodrigues, José Luis Guterres e Guilermina Araújo para atuar no exterior. A missão desses representantes era conduzir uma luta diplomática na comunidade internacional, buscando apoio para a causa timorense e pressionando pelo reconhecimento da independência de Timor Leste”⁶⁵. Segundo Clinton Fernandes (2021) destaca que a independência de Timor Leste resultou de uma articulação entre resistência armada, diplomacia estratégica e solidariedade internacional. Nesse processo, a diáspora timorense desempenhou um papel fundamental, mobilizando a opinião pública e estabelecendo redes globais de apoio que amplificaram a causa da autodeterminação, e pressionando governos organismos internacionais a agir em favor do povo timorense.

A resistência diplomática dos timorenses pela independência de Timor Leste enfrentou diferentes situações ao longo do conflito. No início da invasão indonésia, as autoridades da Indonésia impediram a entrada da comunidade internacional no território, dificultando o acesso a informações sobre a guerra entre os invasores e a FRETILIN. Posteriormente, em outro período, o governo indonésio passou a permitir a presença de observadores internacionais para acompanhar a situação político-militar em Timor Leste.

O regime do presidente Suharto, na Indonésia, caracterizou-se pela crueldade,

⁶⁵ Entrevista a Abel Lari Sina no programa radiofônico Tuba Rai Metin - Parte I", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – USAid. (2002). <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08023.120>

especialmente em sua decisão de invadir Timor Leste. Antes da invasão oficial, em 7 de dezembro de 1975, as tropas indonésias bloquearam o acesso ao território para a comunidade internacional, impedindo a observação externa dos acontecimentos. Entretanto, “em 16 de outubro de 1975, cinco jornalistas australianos Greg Shackleton, Gary Cunningham, Tony Stewart, Malcolm Rennie e Brian Peters foram executados pelo exército indonésio sob as ordens do coronel Dading Kalbuadi, responsável pela invasão na fronteira. No momento da execução, os jornalistas estavam gravando e filmando as operações militares indonésias que preparavam a invasão do território de Timor Leste a partir da fronteira”⁶⁶. O assassinato brutal dos cinco jornalistas australianos foi uma estratégia política e militar da Indonésia para encobrir suas violações dos direitos humanos no início da invasão de Timor Leste, evitando a exposição diante da comunidade internacional.

Além disso, em 17 de julho de 1976, o governo indonésio proclamou oficialmente Timor Leste como sua 27ª província, renomeando a região para “Timor-Timur”, em conformidade com a declaração de integração feita em 30 de novembro de 1975, em Balibo. O objetivo da anexação do território era garantir a estabilidade entre os timorenses, alegando que a integração ao país traria segurança e desenvolvimento, além de contribuir para a resolução do conflito entre a UDT e a FRETILIN. Após a anexação, o governo da Indonésia iniciou a construção de novas estradas e a reabilitação das existentes, que estavam sendo implementadas ativamente. E também, a construção de escritórios governamentais regionais, hospitais e edifícios escolares prosseguiu de acordo com o padrão de desenvolvimento regional de Timor Leste, a província mais jovem da Indonésia, como apontamos anteriormente. Com 13 regências, 61 subdistritos e 170 aldeias, a província experimentou um significativo desenvolvimento em menos de um ano, especialmente nos setores de educação e infraestrutura. As iniciativas do governo de Suharto também envolveram investimentos na agricultura e no fortalecimento das comunidades locais (Documento do roteiro de videografia do autor Agus Purwanto).

A anexação de Timor Leste pela Indonésia foi uma estratégia política do país invasor para legalizar sua ocupação e, ao mesmo tempo, isolar e ignorar a resistência timorense no cenário internacional. No entanto, essa anexação não foi reconhecida pela ONU, porque violava o direito à autodeterminação do povo timorense. Segundo Hannah Arendt (2009) considera a anexação de territórios como uma forma de violência que nega a liberdade e a dignidade humana, porque elimina a pluralidade e impede a capacidade de ação dos indivíduos. O Ray Hague (2005) salienta que a anexação forçada constitui uma violação do princípio da soberania, o qual é protegido pela Carta das Nações Unidas. Esse ato desafia as normas do direito

⁶⁶ <https://balibo5historia.blogspot.com/p/biografia.html> acesso no dia 01 de abril de 2025.

internacional, resultando em consequências jurídicas para o Estado invasor, como sanções internacionais e o não reconhecimento da anexação. Embora o uso da força para anexação seja explicitamente proibido pelo direito internacional, existem exceções em casos de legítima defesa, onde a utilização da força pode ser justificada dentro de certos limites legais.

Entretanto, em 28 de julho de 1976, durante uma intervenção em Nova Iorque, o Comitê Central da FRETILIN, representado por Marí Alkatiri, condenou veementemente a postura do governo de Suharto, que tentava legitimar, de forma ilegal, a agressão militar e o massacre cometidos contra o povo timorense. A FRETILIN considerou esse ato uma grave provocação e um desrespeito à comunidade internacional, motivado pelo desespero diante das sucessivas vitórias do movimento timorense contra as forças invasoras em todas as frentes de combate. Diante desse cenário, o Comitê Central da FRETILIN apelou à Organização das Nações Unidas na pessoa de seu Secretário-Geral, ao Conselho de Segurança e a todos os países-membros, bem como a todos os governos comprometidos com a paz e o progresso, para que condenassem a atitude do governo de Suharto e exigissem o cumprimento imediato das resoluções da ONU sobre a invasão de Timor Leste. Entre essas resoluções está a Resolução 3485, adotada na XX Sessão da Assembleia Geral da ONU em 1975, que reafirmava o direito do povo timorense à autodeterminação e independência, condenando qualquer forma de interferência estrangeira. Além disso, o Conselho de Segurança aprovou as Resoluções 384 (1975) e 389 (1976), ambas exigindo a retirada imediata das forças indonésias de Timor Leste, o respeito à integridade territorial do território e a adoção de medidas concretas pela ONU para garantir a autodeterminação do povo timorense⁶⁷.

Além disso, em Nova York, o Marí Alkatiri solicitou ao Comitê Coordenador dos Países Não Alinhados a participação de uma delegação da FRETILIN, na qualidade de observador, na cimeira realizada no Sri Lanka, em agosto de 1976. O objetivo era expor a verdadeira causa do povo de Timor Leste e buscar reconhecimento internacional para sua luta. Além disso, o Comitê Central da FRETILIN expressou sua vontade sincera de resolver o conflito com o governo da Indonésia por meios pacíficos⁶⁸. A situação política e diplomática dos timorenses na comunidade internacional enfrentava grandes dificuldades. Nesse contexto, “em 5 de dezembro de 1981, Ramos Horta relatou que o resultado da votação na Assembleia Geral da ONU sobre a questão de Timor Leste foi totalmente inesperado. Embora tudo indicasse que o

⁶⁷ Carta de Mari Alkatiri ao Secretário-Geral da ONU apelando à condenação do governo de Sohearto e ao cumprimento das Resoluções 3485, de 1975, da Assembleia Geral da ONU, e 384, de 1975 e 389, de 1976, do Conselho de Segurança", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Pascoela Barreto, (1976), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05352.002.006>

⁶⁸ Sem Título, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Ramos-Horta, (1976), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05000.003#!1>

cenário ao longo do ano seria desafiador, o fato de terem conseguido 58 votos positivos na 4ª Comissão representou um motivo de encorajamento. No entanto, o resultado final na Assembleia Geral foi uma verdadeira derrota”⁶⁹.

Em 8 de dezembro de 1981, os membros do Comitê Central da FRETILIN, José Luís Guterres e José Ramos Horta, encontraram-se com a Missão Permanente da ONU de Angola, representada por Jerónimo de Almeida; a Missão Permanente de Cabo Verde, representada por José Luís Jesus; a Missão Permanente da Guiné-Bissau, representada por Alfredo Cabral; a Missão Permanente de Moçambique, representada por Mussajy Jeichande; e a Missão Permanente de São Tomé e Príncipe, na sede das Nações Unidas, em Nova York. A reunião de trabalho teve como objetivo discutir a questão de Timor Leste. Como resultado da discussão, os delegados presentes concordaram com a análise apresentada pela delegação da FRETILIN, que destacou, entre outros fatores desfavoráveis à luta pela independência, os seguintes⁷⁰:

- a. Isolamento geográfico de Timor Leste e a situação política desfavorável na região.
- b. A deserção dos países socialistas e o pouco interesse da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na questão.
- c. A solidariedade islâmica por parte dos países árabes, com exceção da Argélia e do Iémen Democrático.
- d. A intensa ofensiva diplomática da Indonésia para eliminar a questão de Timor Leste da agenda de descolonização da ONU.
- e. O pouco interesse de Portugal, na qualidade de potência administrante, em comprometer-se seriamente com medidas concretas e eficazes para levar à descolonização do território, em conformidade com o direito internacional e as resoluções pertinentes da ONU.

Em 30 de março de 1984, o chefe da Delegação da FRETILIN em Serviço no Exterior (DFSE), Abílio Araújo, participou do Encontro Internacional de Solidariedade com Timor Leste, realizado em Lisboa. Durante o evento, ele afirmou que o encontro permitiu um debate profundo sobre a solidariedade e suas diversas formas de apoio à luta estoica e à resistência representada pela FRETILIN. Além disso, destacou a importância de planejar ações e iniciativas que contribuam para pôr fim à negação dos direitos do povo timorense, principal causa de seu sofrimento. Abílio Araújo também ressaltou a necessidade de alertar a comunidade internacional

⁶⁹ Relatório Preliminar de Ramos-Horta para Mari Alkatiri sobre Sessão da Assembleia Geral da ONU", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Ramos-Horta. (1981), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05000.088>

⁷⁰ Memorando de Ramos-Horta para os Representantes Permanentes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé Príncipe junto da ONU, acerca da Questão de Timor-Leste", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Ramos-Horta, (1981), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05000.089#!2>

de que qualquer solução para a questão de Timor Leste deve ser encontrada com a participação do povo timorense e de seu legítimo representante, a Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN)⁷¹. Em 17 de julho de 1984, governador indonésio na região de Timor Leste, Mário Viegas Carrascalão, fez uma propaganda sobre o desenvolvimento do território. Ele destacou que o progresso alcançado por Timor Leste em um período relativamente curto foi amplamente reconhecido pela população local. Atualmente, os filhos e filhas de Timor Leste têm acesso a diversas oportunidades educacionais, desde a escola primária até a universidade, e a maioria conclui seus estudos com resultados satisfatórios. Esse avanço tem um impacto positivo na formação intelectual do povo timorense. A integração ao Estado unitário da República da Indonésia, promovida como um meio de libertação da dominação colonial, foi apresentada como uma realidade concreta, proporcionando à população uma nova vida no contexto da liberdade⁷². Em 6 de dezembro de 1984, a embaixada indonésia em Bona, República Federal da Alemanha, emitiu um comunicado de imprensa afirmando que o governo da Indonésia, incluindo a administração provincial de Timor Leste, vinha realizando esforços contínuos e coordenados para acelerar o desenvolvimento da região nos campos econômico, político, social e cultural. O documento destacava que a alocação orçamentária anual per capita para Timor Leste era a maior entre todas as províncias da Indonésia, o que, segundo o governo indonésio, demonstrava sua forte determinação, juntamente com o povo timorense, em alcançar a paridade com o restante do país. Ainda de acordo com o comunicado, esses esforços já estavam gerando resultados encorajadores, sendo que, desde a integração, o governo indonésio teria investido aproximadamente 300 milhões de dólares no desenvolvimento de Timor Leste⁷³.

A propaganda dos indonésios sobre o desenvolvimento do território, nessa época, foi uma estratégia política de ação não violenta para fortalecer sua ocupação em Timor Leste e consolidar a anexação ao território da Indonésia de maneira inteligente e eficaz. Segundo Gene Sharp (2002), a ação não violenta opera de formas muito específicas, que precisam ser compreendidas para que sua técnica seja bem aplicada, avaliada de forma inteligente e utilizada com maior eficácia. Essas formas diferem significativamente das concepções comuns sobre conflito e luta, especialmente da ideia de que a violência só pode ser enfrentada de maneira eficaz com mais violência. No entanto, “em outubro de 1984, o embaixador dos EUA na Indonésia, John H.

⁷¹ Intervenção proferida por Abilio Araujo", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL, (1984), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06443.030#17>

⁷² Propaganda indonésia ao desenvolvimento de Timor-Leste", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL, (1984), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06482.006#14>

⁷³ Comunicado de imprensa da embaixada indonésia em Bona, RFA, sobre a situação vivida em Timor-Leste", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL, (1984), <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06482.005>

Holdridge, expressou a esperança de que as reportagens da imprensa estrangeira sobre a Indonésia refletissem a realidade, sem exageros. Durante seu relato sobre a situação no país e as relações entre os EUA e a Indonésia, ele afirmou não ter encontrado sinais de insatisfação entre a população das regiões em Timor Leste. Segundo ele, as denúncias estrangeiras sobre fome e violações de direitos humanos em Timor Leste eram exageradas, destacando que o governo indonésio estava investindo significativamente no desenvolvimento da região. Como parte desse esforço, os EUA foram convidados a realizar uma pesquisa agrícola em Timor Leste. O embaixador também afirmou que o governo da Indonésia não impedia a visita de organizações internacionais ao território. Além disso, enfatizou que as relações políticas entre os dois países eram positivas, sólidas e bem-sucedidas, sem qualquer obstáculo significativo⁷⁴.

Em 11 de janeiro de 1985, Abílio Araújo, chefe da Delegação Externa da FRETILIN, participou de uma reunião de Grupos de Solidariedade em Londres, onde apelou pelo reforço na divulgação da luta do povo timorense e na intensificação do apoio internacional. Mesmo diante das adversidades, a delegação externa e a liderança política da FRETILIN em Timor Leste reafirmaram seu compromisso com a continuidade da luta por uma solução justa, voltada à autodeterminação e à independência nacional⁷⁵. Entre os dias 2 e 7 de setembro de 1985, durante o Encontro Ministerial dos Países Não Alinhados em Luanda, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Mochtar Kusumaatdja, declarou que seu país se unia aos demais membros do movimento para fortalecer a unidade e a solidariedade internacional. Kusumaatdja ressaltou a necessidade de tornar o movimento mais eficaz na construção de uma nova ordem política e econômica global, fundamentada na segurança, na justiça e na prosperidade comuns⁷⁶. A política da Indonésia de fortalecer a unidade e a solidariedade entre os países não alinhados é uma estratégia diplomática para ignorar a resistência timorense pela autodeterminação e independência nacional de Timor Leste no cenário político internacional.

No dia 6 de fevereiro de 1989, o administrador apostólico de Díli, Timor Leste, Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, SDB, como responsável pela Igreja Católica no território, enviou uma carta ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuéllar, em Nova Iorque. No documento, Dom Belo solicitava a abertura de um processo de descolonização mais justo e

⁷⁴ Declaração do Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio sobre Timor-Leste e críticas do Embaixador dos EUA na Indonésia à imprensa estrangeira", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - TAPOL, (1984), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06482.008#!3>

⁷⁵ Mensagem da Delegação Externa da FRETILIN a Reunião de Grupos de Solidariedade realizada em Londres", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - TAPOL, (1985), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06516.020#!6>

⁷⁶ Comunicado contendo a declaração de Mochtar Kusumaatdja do Encontro Ministerial dos Países Não Alinhados em 1985", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - TAPOL, (1985), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06482.015#!13>

democrático para Timor Leste, por meio da realização de um referendo. Ele argumentava que a descolonização do então Timor Português ainda não havia sido resolvida pelas Nações Unidas e que não deveria cair no esquecimento. Segundo ele, o povo timorense precisava ser ouvido por meio de um plebiscito para decidir seu próprio futuro, pois, até aquele momento, não havia sido consultado. Em vez disso, outras vozes falavam em nome da população, e a Indonésia afirmava que o povo timorense já havia escolhido a integração, embora os próprios timorenses nunca tivessem feito tal declaração⁷⁷. A opção política do referendo representa a forma mais democrática para que o povo de Timor Leste possa decidir livremente seu próprio destino, de maneira consciente e responsável. Esse referendo poderia ser organizado pelas Nações Unidas, uma vez que os timorenses ainda enfrentam a condição de colônia, com seu território ocupado à força pela Indonésia. Segundo Thalita Carneiro Ary (2009) destaca que o princípio da autodeterminação dos povos foi restrito a contextos de lutas coloniais, enquanto se negou sua aplicação para a libertação de inúmeras minorias étnicas, frequentemente sujeitas a segregações raciais ou religiosas e à violação de seus direitos humanos pelos Estados aos quais estão subordinadas. A preocupação da comunidade internacional com a preservação da soberania de Estados nacionalmente consolidados prevaleceu, limitando esse princípio apenas às nações que ainda enfrentam a condição de colônia, uma situação já extinta nos tempos atuais.

O objetivo principal da resistência diplomática pela independência de Timor Leste foi buscar reconhecimento internacional para a causa timorense e pressionar a Indonésia a retirar suas tropas do território, restabelecendo a soberania nacional. No entanto, durante o período de isolamento do território em relação à comunidade internacional, a resistência diplomática enfrentou grandes dificuldades, pois o mundo não conseguia acompanhar de perto as violações dos direitos humanos cometidas pelos invasores indonésios. Além disso, a questão de Timor Leste foi frequentemente ignorada pelos atores internacionais, tornando ainda mais desafiadora a luta pela independência. Nesse contexto, “em 27 de junho de 1989, Carlos Filipe Ximenes Belo escreveu uma carta para Manuel Martins, Bispo de Setúbal, solicitando sua gentileza em obter do Secretário-Geral das Nações Unidas uma resposta à sua última correspondência, enviada em 6 de fevereiro do mesmo ano, visto que ainda não havia recebido qualquer retorno. Enquanto isso, ministros do governo indonésio fizeram críticas duras e humilhantes. Além disso, os timorenses, tanto em nível local quanto nacional, foram forçados, sob a mira de armas, a redigir e assinar uma declaração na qual afirmavam aceitar a integração e alegavam que o processo de descolonização já havia sido concluído. No entanto, a maioria da população estava plenamente

⁷⁷ Sem Título, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Ximenes Belo, (1989), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05009.002>

ciente das manobras dos militares e do governo indonésio”⁷⁸.

Além da resistência armada e da atuação político-diplomática, tanto interna quanto externamente, durante o período de isolamento de Timor Leste perante a comunidade internacional, a resistência timorense promoveu uma mudança estratégica fundamental: a consolidação das forças de resistência por meio da criação e fortalecimento da Frente Clandestina. Essa estratégia visava articular e integrar os diversos setores da luta, guerrilheiros, população civil e apoiadores no exterior, garantindo maior coordenação, eficiência e capacidade de mobilização frente à ocupação indonésia. Entretanto, após o desmantelamento da base de apoio no monte Matebian, em 1979, surgiu uma frente clandestina que estabeleceu uma ligação direta entre os membros das FALINTIL e suas famílias e parentes, os quais passaram a contribuir com diversos tipos de apoio logístico. Nesse período, os responsáveis pela direção da frente clandestina não se conheciam entre si, porque cada um mantinha contato apenas com a direção da frente armada nas montanhas, como medida de segurança. Em 1993, durante a vigência do CNRM, o comandante da luta, Xanana Gusmão, formalizou essa estrutura ao criar o Conselho da Frente Clandestina (CLFC), com o objetivo de fortalecer a organização interna e dar continuidade à luta pela independência. Essa estratégia de resistência contribuiu para a construção da unidade nacional dos timorenses. Nesse contexto, a Igreja Católica de Timor Leste passou a desempenhar um papel importante, com padres e bispo que durante as missas, utilizavam a homilia para transmitir mensagens políticas em apoio à resistência e à causa da independência (Entrevista com O Luolo no programa radiofónico Tuba Rai Metin, 2002).

Os líderes da Igreja Católica de Timor Leste envolveram-se diretamente na resistência, tanto na frente diplomática no exterior quanto nas ações clandestinas no interior do país. Essa atuação foi justificada pela necessidade de demonstrar à comunidade internacional que a FRETILIN não representava um movimento comunista, mas uma frente do povo timorense, composta majoritariamente por cristãos católicos que lutavam pela independência de Timor Leste com base no princípio da autodeterminação dos povos. “A mudança de postura da Igreja Católica no final de 1979 e ao longo da década de 1980 foi significativa, consolidando-a como uma nova força de oposição à ocupação militar indonésia. Inicialmente, essa oposição manifestou-se de forma individual por parte de membros do clero, mas com o tempo evoluiu para uma resistência institucional. Um exemplo marcante desse processo foi o encontro entre o Bispo Carlos Filipe Ximenes Belo e o líder da resistência da FRETILIN, Xanana Gusmão, realizado em abril de 1986, em Fatumaca de Baucau, com a mediação do Padre Locateli”(Soares,

⁷⁸ Sem Título, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - TAPOL, (1989), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06439.005>

Januário, 2010, p. 153).

2.6. A internacionalização da causa timorense durante o período de abertura do território de Timor Leste

A estratégia de resistência dos timorenses passou por uma mudança significativa, priorizando a promoção da unidade nacional para fortalecer a resistência clandestina no país. No entanto, em 1989, a Indonésia adotou uma nova abordagem, permitindo a entrada de delegações da comunidade internacional no território de Timor Leste. Com essa iniciativa, buscava-se construir a narrativa de que a população timorense precisava de desenvolvimento, e não da luta pela independência, na tentativa de deslegitimar a resistência timorense, que atuava em três frentes: armada, clandestina e diplomática na diáspora, onde se buscava apoio e reconhecimento internacional para a independência de Timor Leste (Entrevista a Lu Olo no programa radiofônico Tuba Rai Metin, 2002). Entretanto, “em outubro de 1989, durante o Congresso Eucarístico Internacional em Seul, na Coreia do Sul, o Papa João Paulo II realizou uma visita pastoral ao país. Após o congresso, ele seguiu para a Indonésia e, em 12 de outubro de 1989, visitou Díli, em Timor Leste. O Santo Padre decidiu visitar Timor Leste após receber informações concretas sobre a situação do país por meio do Monsenhor Martinho da Costa Lopes e do Monsenhor Carlos Filipe Ximenes Belo. Ele estava ciente de que a maioria da população timorense era católica e também das graves violações dos direitos humanos, incluindo sofrimento, mortes e abusos. Assim, sua presença em Timor Leste teve como propósito oferecer palavras de conforto, esperança e apoio moral e espiritual, contribuindo para a união dos timorenses, a consolidação da paz e a disseminação dos valores de amor, justiça e respeito. O Santo Padre não veio para defender a integração nem a independência, tampouco para apresentar soluções políticas para o problema de Timor Leste. Sua missão no mundo era servir a toda a humanidade, guiando-os pelo caminho da fraternidade, da reconciliação, do perdão e da paz”⁷⁹.

Além da presença do Santo Padre, diversas comunidades internacionais entraram em Timor Leste para acompanhar a situação político-militar em todo o território. Mesmo com a estratégia da Indonésia para tentar deslegitimar a resistência timorense, o espírito de luta pela independência nunca foi enfraquecido. Entretanto, a resistência timorense em todas as frentes continuava ativa. Na frente diplomática, “em 7 de dezembro de 1990, “Paulino Gama (Mauk Moruk Ran Nakale Lemorai Teki Timor”⁸⁰) fez uma intervenção em um simpósio em Londres, na qual apelou diretamente a cinco potências mundiais como Estados Unidos, Reino Unido,

⁷⁹ Sem Título, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL, (1989), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06435.030>

⁸⁰ Paulino Gama (Mauk Moruk Ran Nakale Lemorai Teki Timor) foi o comandante operacional das Forças Especiais de Resistência Timorenses de 1975 a 1985. Além disso, a partir de 1979, passou a atuar também como membro do comando político da resistência.

França, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e China para que respeitassem e garantissem a implementação da resolução do Conselho de Segurança que exigia a retirada total das forças armadas indonésias em Timor Leste e condenava a invasão. Em seu discurso, destacou que o povo timorense não pedia ao Conselho de Segurança a aprovação do uso da força para forçar a retirada da Indonésia, mas sim que exercesse pressão diplomática para que a saída ocorresse de forma digna. Além disso, solicitou a criação de um escritório do Serviço Jesuíta de Refugiados na região da Ásia-Pacífico, com sede em Timor Leste, como uma medida para aliviar o sofrimento da população timorense⁸¹. Em 1990, estudantes timorenses na Indonésia, como Carlito da Silva Lopes, Agapito Cardoso, Salustiano D. S. T. Carvalho e outros, enviaram uma carta ao secretário-geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, para expressar solenemente os anseios do povo de Timor Leste. No documento, rejeitavam a Proclamação de Balibo, de 30 de novembro de 1975, que declarou unilateralmente a integração de Timor Leste à Indonésia sob a pressão das forças indonésias. Além disso, exigiam, de forma unânime, a retirada de todas as forças ofensivas recém-chegadas e dos imigrantes indonésios espalhados pelo território, que atuavam como instrumentos de coerção para a consolidação do domínio indonésio. Os estudantes também manifestavam apoio ao secretário-geral da ONU para retomar imediatamente a realização de um referendo, considerado a solução mais justa e adequada para a autodeterminação do povo timorense. Por fim, solicitavam que a ONU mantivesse pressão política sobre a Indonésia devido à violação das leis fundamentais estabelecidas pela organização, ressaltando que o próprio governo indonésio reconhecia Portugal como potência administrante do território de Timor Leste⁸².

O massacre ocorreu em 12 de novembro de 1991, durante uma procissão que partiu da igreja de Motael, em Díli, com destino ao cemitério de Santa Cruz. No percurso, vários jovens timorenses ergueram faixas e entoaram gritos de ordem em defesa de um “Timor Leste livre e independente”. Ao se aproximarem do cemitério, foram brutalmente atacados pela polícia indonésia, que abriu fogo a sangue frio, encurralando os manifestantes dentro do local. O jornalista britânico Max Stahl, que estava no interior do cemitério, conseguiu filmar grande parte do massacre. Para proteger as imagens, escondeu a câmera em um dos túmulos e, dias depois, retornou para recuperá-la. A gravação, que serviu como prova das atrocidades cometidas pelo governo indonésio, foi levada para a Austrália, tornando-se um dos principais registros da

⁸¹ Intervenção de Paulino Gama num simpósio em Londres", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - TAPOL, (1990), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06439.029>

⁸² Sem Título, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – RENETIL, (1990), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09623.008#!2>

repressão contra o povo timorense⁸³. A gravação do massacre foi apresentada ao mundo pela jornalista holandesa Saskia Kouwenberg, que trabalhava como ativista dos direitos humanos, e foi exibida pela primeira vez em um canal de televisão da Holanda no dia 16 de novembro de 1991⁸⁴. A filmagem do jornalista britânico Max Stahl destacou a colaboração entre a resistência timorense e ativistas internacionais, ampliando a visibilidade do conflito e fortalecendo o apoio global à causa timorense. Segundo António Barbedo Magalhães (2001) afirma que Max Stahl não somente capturou imagens impactantes do massacre, mas também conseguiu ocultá-las e disfarçá-las para enviá-las de Timor ao mundo. Essas imagens, juntamente com os relatos de jornalistas como Allan Nairn, Ami Goodman e Saskia Kowenberg, se disseminaram globalmente, fazendo com que o drama de Timor Leste e a luta de seu povo obtivessem visibilidade internacional.

Em 4 de novembro de 1992, o Comité Ativo Não-Violência e Solidariedade Timorense, representado por Martinho R. Pereira, enviou uma carta ao presidente dos Estados Unidos da América solicitando seu empenho na solução da questão de Timor Leste. O maior desejo da juventude e do povo timorense era pôr fim ao sofrimento imposto pela ocupação indonésia, que já durava 17 anos. A opressão manifestava-se de diversas formas, tanto abertamente quanto de maneira oculta e sistemática, fato que já havia sido reconhecido e destacado por vários senadores e congressistas americanos. Além de expressar votos de boa vontade e felicitações, a mensagem buscava chamar a atenção para a grave situação política enfrentada pelo povo timorense, enfatizando a luta pela defesa dos direitos humanos e pela concretização da democracia, justiça, paz e liberdade em sua terra natal. No documento, também se ressaltava a necessidade de uma solução internacionalmente reconhecida para o impasse político do país. Por meio dessa missiva, o Comité apelava humildemente ao presidente e à sua nova administração para que demonstrassem abertura tanto ao pedido por uma solução justa para Timor Leste quanto ao reconhecimento dos esforços da resistência diplomática em fóruns internacionais, especialmente nos Estados Unidos⁸⁵.

No dia 8 de agosto de 1992, os timorenses Mariano Bonaparte Soares, Zé Roberto Seixas Miranda Jerónimo, Mário Nicolau dos Reis, Albino Lourdes, João Freitas da Câmara, Fernando de Araújo, Virgílio da Silva Guterres, Agapito Cardoso, Isidoro Martins Santos, Silvano Alberto Gomes Osório, David Dias Ximenes, Domingos Seixas e João Damacedo dos Santos,

⁸³ <https://diplomatie.org.br/o-massacre-de-santa-cruz-no-timor-leste-completa-30-anos-2/> acesso no dia 3 de novembro de 2024.

⁸⁴ <https://www.diligenteonline.com/jornalista-koalia-edicao-ii-saskia-kouwenberg/>, acesso no dia 3 de novembro de 2024.

⁸⁵ Sem Título, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - TAPOL, (1992), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06465.023>

representando a juventude de Timor Leste e, de modo geral, todo o povo timorense, enviaram uma carta ao Secretário-Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali em Nova Iorque. No documento, apelaram urgentemente para que Sua Excelência tomasse medidas preventivas contra os governos dos países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da Comunidade Econômica Europeia (CEE), na época considerados defensores da democracia, dos direitos humanos e da paz mundial. O pedido visava à revogação da venda de materiais militares e à suspensão da concessão de empréstimos financeiros, viabilizados pelo grupo consultivo da Indonésia por meio do Banco Mundial, ao governo indonésio e às suas Forças Armadas, que praticavam violações de direitos humanos contra a população civil em Timor Leste⁸⁶.

Em novembro de 1992, o embaixador da República da Indonésia em Londres divulgou um comunicado à imprensa anunciando que as forças do exército indonésio, com a suposta cooperação da população timorense, haviam rastreado e capturado Xanana Gusmão, líder da FRETILIN. Segundo o comunicado, Xanana e seus seguidores estavam detidos para interrogatório, e as autoridades garantiam que o processo ocorreria conforme a lei, sem maus-tratos, espancamentos ou tortura. Além disso, o documento classificava Xanana como líder de longa data da FRETILIN e o acusava, juntamente com um oficial militar português, de organizar uma campanha de terror e intimidação contra civis e contra líderes do movimento político majoritário, como a UDT e a APODETI. Por fim, a nota diplomática reforçava a posição oficial do governo indonésio, retratando a FRETILIN como um grupo terrorista sem apoio popular em Timor Leste⁸⁷. Além disso, o embaixador da Indonésia também emitiu um comunicado de imprensa sobre a captura de Xanana Gusmão, informando que ele havia sido detido pelas tropas indonésias na casa do governador Abílio Osório Soares, em Bali, no dia 28 de novembro daquele ano. Segundo o documento, ao longo dos 17 anos anteriores, Xanana teria afirmado ao governador que Portugal não havia prestado qualquer apoio à resistência timorense, o que teria causado grande sofrimento ao povo de Timor Leste. O comunicado ainda alegava que Xanana apelou aos demais membros da resistência para que depusessem as armas e se unissem aos timorenses no desenvolvimento do país, em cooperação com o governo indonésio, com o objetivo de construir um futuro melhor⁸⁸. A alegação do governo da Indonésia de que a FRETILIN era um grupo terrorista fazia parte de uma campanha política dos invasores contra a resistência timorense na diáspora. Essa declaração tinha o objetivo de desacreditar a luta da

⁸⁶ Sem Título, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - TAPOL, (1992), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06465.081#!1>

⁸⁷ Captura de Xanana Gusmão. Embaixada da Indonésia em Londres.", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL, (1992), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06462.020>

⁸⁸ Xanana Gusmão. Integração. Timor-Leste, Indonésia.", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - TAPOL, (1992), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06462.021>

FRETILIN pela independência de Timor Leste ao longo dos anos, apresentando-a como ilegítima e sem reconhecimento internacional, incluindo pela ONU.

Entretanto, nos dias 25, 26 e 30 de março de 1993, reuniram-se em Sydney as delegações da UDT e da FRETILIN, chefiadas, respectivamente, por João Viegas Carrascalão, vice-presidente da UDT, e Marí Alkatiri, vice-chefe da Delegação Externa e Secretário para as Relações Externas da FRETILIN. Durante o encontro, as partes analisaram a situação político-militar em Timor Leste, bem como o contexto internacional em torno da questão timorense. Ambas as delegações constataram que a situação continuava extremamente grave, marcada por flagrantes violações dos direitos humanos, como consequência direta da ocupação ilegal do território pela Indonésia. No que diz respeito ao julgamento do comandante Xanana Gusmão, as duas partes reafirmaram sua posição de não reconhecer qualquer legitimidade dos tribunais ou de outros órgãos representativos da soberania indonésia para prender e julgar Xanana Gusmão ou qualquer outro cidadão timorense. Diante disso, exigiram sua libertação imediata e incondicional, assim como a de todos os timorenses presos pelo regime indonésio⁸⁹. O encontro entre os líderes da UDT e da FRETILIN na diáspora teve como objetivo analisar a situação político-militar em Timor Leste, considerando a invasão da Indonésia como ilegal no território timorense. Essa iniciativa representou uma estratégia de resistência contra o governo indonésio, que classificava a FRETILIN como um grupo terrorista. A unidade entre os líderes desse movimento foi impulsionada pela experiência histórica de flagrantes violações dos direitos humanos cometidas pelas tropas indonésias, reforçando a necessidade de uma frente unificada na luta pela independência de Timor Leste. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2019) destaca que uma reunião ou conferência reuniu diversas correntes de um mesmo movimento de libertação, cada uma em diferentes estágios de desenvolvimento e inseridas em países com regimes políticos distintos, que variavam da monarquia ao socialismo. Esse encontro representou a primeira tentativa de estabelecer uma estratégia alinhada ao sistema social mundial preferido, ao mesmo tempo em que propunha uma forma alternativa de globalismo e fortalecia uma rede solidária distinta.

De acordo com a estratégia de resistência timorense unificada na luta pela independência de Timor Leste, em 8 de agosto de 1993, o Conselho Central da Delegação Externa da FRETILIN, liderado por Marí Alkatiri, Roque Rodrigues, José Luís Guterres e Alfredo B. Ferreira, em Portugal, apelou às mulheres, aos jovens e aos trabalhadores timorenses na diáspora para que desenvolvessem seu trabalho em estruturas unificadas. O objetivo era garantir a defesa

⁸⁹ Declaração de Sidney assinada pelas Delegações da FRETILIN e da UDT", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Pascoela Barreto, (1993), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05001.025>

de seus interesses específicos enquanto mulheres, jovens e trabalhadores, dentro do contexto mais amplo da luta pelo direito inalienável do povo timorense à autodeterminação e independência. Além disso, o Conselho Central orientou os militantes e simpatizantes da FRETILIN pertencentes a esses grupos sociais a participarem na construção de estruturas unificadas que pudessem representar seus interesses específicos, sem prejuízo de sua integração nas estruturas gerais da organização⁹⁰.

Segundo a posição da Indonésia, “em 1993, o Consulado da República da Indonésia nos Estados Unidos divulgou um comunicado à imprensa sobre o julgamento de Xanana Gusmão. No documento, destacou-se que Xanana Gusmão foi condenado à prisão perpétua pelo Tribunal Distrital de Díli em 21 de maio de 1993, sendo considerado culpado com base nos artigos 106, 108 e 110 do Código Penal. Ele foi acusado de liderar uma rebelião armada contra o governo indonésio, perturbar a estabilidade nacional e portar ilegalmente armas de fogo. Ainda de acordo com o comunicado, o julgamento foi conduzido dentro das leis e regulamentos da Indonésia, assegurando a Gusmão assistência jurídica e serviços de intérpretes juramentados ao longo do processo. O consulado afirmou que ele teve acesso ao devido processo legal e foi julgado de maneira compatível com os direitos previstos na legislação vigente, além de possuir o direito de apelar a uma instância superior para solicitar clemência. O documento também ressaltou que, durante sua detenção e julgamento, Gusmão foi tratado conforme os padrões internacionais, tendo recebido a visita do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e da enviada pessoal do Secretário-Geral das Nações Unidas, Senhor Amos Waco. O julgamento foi aberto ao público e acompanhado por diplomatas, jornalistas estrangeiros, representantes da organização Asia Watch e da Comissão Internacional de Juristas, além de enviados do Secretário-Geral da ONU”⁹¹.

Por sua vez, em 3 de dezembro de 1993, o Departamento de Relações Exteriores da República da Indonésia, por meio de sua Missão Permanente nas Nações Unidas, lamentou profundamente que, apesar do entendimento alcançado no último encontro entre os Ministros das Relações Exteriores da Indonésia e de Portugal, realizado em Nova York em 17 de setembro de 1993 sob o patrocínio do Secretário-Geral da ONU, o governo português continuasse a fazer acusações infundadas contra a Indonésia e a distorcer os fatos relacionados à questão de Timor-Leste. Segundo o departamento, tais declarações, sem respaldo em fatos ou relatos de observadores imparciais, apenas minavam o diálogo em curso entre os dois países, cujo objetivo

⁹⁰ Apelo do Conselho Central da Delegação Externa da FRETILIN Mulheres, Jovens e Trabalhadores na diáspora para que desenvolvam o seu trabalho em estruturas unificadas”, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Pascoela Barreto, (1993), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05001.043>

⁹¹ Julgamento de Xanana Gusmão. Indonésia.", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL, (1993), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06483.012>

era alcançar uma solução justa, abrangente e internacionalmente aceitável para a questão timorense. Além disso, a Indonésia questionou a sinceridade de Portugal no cumprimento de seus compromissos dentro do processo de negociação. Como exemplo dessa suposta má-fé, o governo indonésio citou o uso deliberado do termo “massacre” pelo Ministério das Relações Exteriores de Portugal para descrever o incidente ocorrido em 12 de novembro de 1991 no cemitério de Santa Cruz, em Díli, Timor Leste. Segundo a Indonésia, o governo português estava vinculado à Declaração do Presidente da Comissão de Direitos Humanos da ONU de 1992, a qual empregava especificamente o termo “incidente”, um termo acordado pelas partes envolvidas⁹².

De acordo com a posição da Indonésia, que ainda não demonstrava boa vontade em relação à questão de Timor Leste, “em 11 de março de 1994, José Ramos Horta escreveu uma carta ao presidente indonésio Suharto buscando uma solução justa para o conflito entre os dois povos. Na carta, ele pediu maior transparência por parte da Indonésia e lamentou a contínua exclusão dos timorenses das negociações em curso entre Portugal e Indonésia. Como proposta para resolver a questão, Ramos Horta sugeriu diversas medidas, entre elas: um cessar imediato de todas as atividades militares em Timor Leste; a libertação incondicional dos prisioneiros políticos timorenses; uma redução significativa do contingente militar indonésio no território; a transferência de todo o armamento pesado, incluindo peças de artilharia de longo alcance e equipamentos de transporte militar; a expansão da presença e das atividades do Comitê Internacional da Cruz Vermelha em todos os distritos de Timor Leste, em estrita observância às Convenções de Genebra; a redução do número de funcionários civis indonésios no território; a realização de um recenseamento populacional sob responsabilidade de um órgão competente das Nações Unidas; o acesso de agências especializadas da ONU como a FAO, UNDP, UNICEF e WHO ao território; a restauração dos direitos humanos básicos; o fim de restrições ao uso e ensino das línguas portuguesa e tétum; o estabelecimento de uma comissão independente de direitos humanos em Díli; e a nomeação de um representante residente do Secretário-Geral da ONU em Timor Leste. Essas medidas visavam preparar o caminho para um referendo de autodeterminação, no qual os timorenses poderiam escolher entre a integração com a Indonésia ou a independência de Timor Leste”⁹³.

Entretanto, em 26 de agosto de 1994, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da

⁹² Missão Permanente da Indonésia nas Nações Unidas. Departamento dos Negócios Estrangeiros da República da Indonésia. Timor-Leste.", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL, (1993), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06509.015#!1>

⁹³ Carta de Ramos-Horta para Soeharto pedindo uma solução para o conflito em Timor-Leste", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Konis Santana, (1994), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05010.097#!3>

República da Indonésia emitiu uma declaração sobre a questão de Timor Leste. O Ministro das Relações Exteriores comentou sobre notícias recentemente divulgadas por alguns meios de comunicação estrangeiros, que insinuavam a existência de esforços para estabelecer negociações entre a Indonésia e ativistas da FRETILIN, como José Ramos Horta. Além disso, também circulavam informações de que outras iniciativas estavam sendo conduzidas por figuras como o Bispo Belo. Em resposta, o ministro expressou perplexidade diante dessas alegações, classificando-as como ilógicas e atribuindo-as a uma tática de desinformação promovida por grupos anti-indonésios. Ele enfatizou que o único meio legítimo de negociação ou diálogo formal para uma solução definitiva da questão de Timor Leste, no âmbito internacional, era e continuava sendo o diálogo tripartite entre os Ministros das Relações Exteriores da Indonésia e de Portugal, sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU. Além disso, reforçou que não havia qualquer plano para a abertura de novos fóruns de negociação⁹⁴.

Em 1995, um grupo de jovens timorenses da Frente Clandestina enviou uma carta ao Secretário-Geral da ONU, defendendo a realização de um referendo como única solução para a questão de Timor Leste, em conformidade com as próprias normas da organização. Na carta, eles também reafirmaram sua confiança no papel do Secretário-Geral na mediação do conflito. A Indonésia, no entanto, rejeitava a ideia de um referendo porque temia seu resultado. Desde o início da invasão, o governo indonésio reconhecia ainda que implicitamente ter cometido um grave erro estratégico. Se esperava ser recebido pelo povo timorense com festejos e honras, enganou-se completamente. Apenas após três anos de intensa resistência, as forças invasoras conseguiram capturar grande parte da população, impondo um regime de repressão que resultou na morte de mais de 15 mil timorenses. Dois anos depois, com a população sob controle, massacres coletivos ceifaram dezenas de milhares de vidas. Estima-se que um terço da população timorense tenha sido dizimado, incluindo cidadãos de países irmãos, como consequência da resistência à anexação forçada da pátria⁹⁵. Ao contrário de outros timorenses, naquele ano, Abílio José Osório Soares foi nomeado governador de Timor Leste pelas autoridades indonésias. Durante a cerimônia de comemoração do 19º ano de integração de Timor Leste à Indonésia, em 17 de julho de 1995, ele fez um discurso no qual defendeu a aceitação do domínio indonésio e a necessidade de olhar para o futuro. Em sua declaração, afirmou que era essencial deixar o passado para trás e fortalecer a determinação de construir Timor Leste como parte inseparável do Estado unitário da República da Indonésia. Além disso, destacou que a

⁹⁴ Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Indonésia. Timor-Leste.", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - TAPOL, (1994), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06520.026>

⁹⁵ Sem Título, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Ramos-Horta, (1995), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05000.214#13>

integração era a escolha mais realista e objetiva para salvar o povo timorense da destruição. O governador também enfatizou a importância de fortalecer a fraternidade entre os timorenses e os indonésios para criar um clima favorável à resolução dos problemas existentes. Ele incentivou a participação da população timorense no desenvolvimento local e ressaltou a necessidade de valorizar os resultados do trabalho realizado. Por fim, defendeu a implementação do movimento de disciplina nacional como um fator essencial para o sucesso do desenvolvimento da região de Timor Leste⁹⁶.

Em 1996, durante uma reunião dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) em Maputo, no contexto da constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), um representante da Frente Diplomática timorense fez um discurso no qual apelou veementemente aos Ministros das Relações Exteriores de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe para que exercessem uma pressão conjunta e contínua contra a Indonésia. O objetivo era, simultaneamente, fortalecer as iniciativas do Secretário-Geral da ONU e abrir novos canais de diálogo para acelerar o processo de negociação. O representante destacou a necessidade de combinar pressão diplomática, política, comercial e econômica sempre que fosse possível e necessário, além de aproveitar os canais diplomáticos existentes ou a serem criados com Jacarta para facilitar o avanço do diálogo. Também foi enfatizada a importância de pressionar pela libertação total e incondicional de Xanana Gusmão e de todos os prisioneiros políticos e de guerra timorenses. Além disso, argumentou-se que era essencial demonstrar à Indonésia as vantagens de uma solução política para a questão de Timor Leste no curto prazo, contribuindo para a construção da paz por meio da eliminação de focos de tensão e da prevenção de conflitos⁹⁷. Além disso, em 24 de setembro de 1997, José Ramos-Horta fez um apelo à comunidade internacional, incluindo a ONU, os Estados Unidos, a União Europeia e, em particular ao presidente Nelson Mandela, da África do Sul, para que continuassem seus esforços no sentido de pôr fim à ocupação de Timor Leste, que já durava vinte e dois anos. Ele destacou que os timorenses deveriam demonstrar apreço e boa-fé por esses esforços, abstenendo-se de qualquer ato que fosse inconsistente com o espírito de diálogo e cooperação⁹⁸.

A luta diplomática ativa dos timorenses na frente externa, articulada com a mobilização

⁹⁶ Discurso de Abílio José Osório Soares na cerimónia de comemoração do 19º ano de integração de Timor-Leste na Indonésia", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Pascoela Barreto, (1995), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05352.002.032#!12>

⁹⁷ Discurso de um representante da Frente Diplomática no âmbito da constituição da CPLP", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Konis Santana, (1996), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06228.076#!3>

⁹⁸ José Ramos-Horta, violência em Timor-leste, apelo.", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL, (1997), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06514.008#!2>

da sociedade civil global, constituiu uma forma de diplomacia baseada na humanidade em favor da independência de Timor Leste. Por meio de ações estratégicas, denúncias sistemáticas das violações de direitos humanos e pressão constante sobre organismos internacionais, essa mobilização desempenhou um papel crucial no isolamento político da Indonésia no cenário global. Como resultado dessa intensa articulação, a realização do referendo de 1999 permitiu ao povo timorense expressar livremente sua vontade pela autodeterminação, marcando um passo decisivo rumo à restauração da soberania nacional, oficialmente concretizada em 2002. Segundo Maria Filomena Dias Falé (2022) destaca que a diplomacia orientada por princípios humanitários representa uma via concreta para fortalecer a defesa dos que mais sofrem com os efeitos da guerra, da fome e da crescente crise energética. Entretanto, José Ramos Horta (1987) afirma que a luta pela independência de Timor Leste representou, acima de tudo, uma busca por dignidade humana e justiça. Nesse contexto, a diplomacia destacou-se como a ferramenta mais eficaz contra a opressão indonésia, possibilitando que a causa timorense ganhasse visibilidade e apoio nos mais altos círculos de poder internacional, contribuindo de forma decisiva para a conquista da liberdade.

2.7. A capacidade da guerrilha urbana contra o invasor

Em 1987, o exército indonésio lançou uma campanha de repovoamento em todos os territórios estratégicos utilizados pela FALINTIL como base de resistência guerrilheira desde o início da invasão de Timor Leste. Os invasores reassentaram populações locais nessas áreas para exercer controle e empregaram a tática de “terra arrasada” como estratégia para enfraquecer a resistência dos guerrilheiros da FALINTIL, dificultando sua movimentação e continuidade da luta. Além disso, abriram estradas nas aldeias, queimaram plantações e destruíram recursos essenciais como alimentos e água, com o objetivo de aniquilar os guerrilheiros da FALINTIL nas montanhas. Essa estratégia impôs uma situação extremamente difícil para os combatentes da resistência, resultando na morte e no ferimento de muitos comandantes e soldados dos guerrilheiros (Entrevista a Lu Olo no programa radiofônico Tuba Rai Metin (2002). Essa situação na região da Ponta Leste permitiu que o exército da Indonésia ferisse a tiros o Comandante da Companhia da FALINTIL António Maucalo, além de outros combatentes. Muitos guerrilheiros também sofreram diversas doenças devido à escassez de alimentos e água nas montanhas “Lalini e Perdido”⁹⁹. Além disso, os guerrilheiros Bedoko e Elik foram capturados pelo exército indonésio” (entrevista o Pedro Cabral “Maquino”).

Entretanto, a resistência liderada pela FRETILIN e pela FALINTIL conseguiu fortalecer

⁹⁹ As montanhas Lalini e Perdido, localizadas em Timor Leste, foram áreas estratégicas durante a resistência contra a ocupação indonésia. Devido à sua geografia acidentada e de difícil acesso, essas regiões serviram como refúgio natural e base de operações para os guerrilheiros da FALINTIL.

a política de unidade nacional, unindo todos os nacionalistas timorenses na luta contra a estratégia do inimigo indonésio. De acordo com essa mudança de resistência, Frente Clandestina iniciou a “política de indonização”¹⁰⁰ para quebrar a estratégia militar do inimigo (Entrevista a Lu Olo no programa radiofônico Tuba Rai Metin (2002). O fortalecimento da unidade nacional dos timorenses foi uma estratégia política de guerrilha urbana para combater e resistir aos invasores em Timor Leste, além de unificar nacionalistas de diferentes ideologias políticas que se opunham à FRETILIN, visando orientar o caminho para a independência do país. “Fazemos a unidade nacional com um objetivo certo: combater o inimigo, lutar contra o inimigo, mas também ao mesmo tempo lutar contra todos os factores negativo do nosso meio” (Amílcar, 1979, p.15).

A estratégia de indonização foi combatida por ações de guerrilha urbana com apoio da Frente Clandestina. Em abril e maio de 1987, a resistência em Díli, sob orientação de Xanana Gusmão, distribuiu panfletos sobre a Unidade Nacional e a convergência UDT/FRETILIN em casas, repartições e eventos públicos. A resistência armada, conduzida pela FRETILIN, continua a operar em todo o território, mais acentuadamente na zona leste do país, nos municípios de Lospalos, Baucau e Viqueque; no centro, em Laclubar; e na costa oposta, em Ainaro, Same, Zumalai e Bobonaro, na região fronteira. No caso da contra guerrilha dos invasores “tem feito várias capturadas e baixas aos guerrilheiros das FALINTIL durante este anos que pasou”¹⁰¹. Essa estratégia de guerrilha urbana, aliada à clandestinidade, promovia a difusão de propaganda para espalhar mensagens de resistência e conscientizar as populações locais sobre a luta pela independência. Além disso, desempenhava um papel fundamental na manutenção da resistência, mesmo diante da repressão brutal do exército indonésio em Timor Leste. Enquanto os guerrilheiros enfrentavam diretamente as tropas invasoras, a rede clandestina garantia apoio, comunicação e mobilização popular dentro das cidades, porque a guerra de guerrilha timorense contra o invasor era uma guerra do povo e uma luta popular. Segundo Ernesto Che Guevara (1928-1967) afirma que a guerra de guerrilha é um conflito conduzido pelo povo e sustentado pela participação das massas. Tentar travar esse tipo de guerra sem o apoio popular leva, inevitavelmente, ao fracasso. A guerrilha atua como a vanguarda combativa da população, posicionada estrategicamente em uma região específica, armada e preparada para conduzir uma série de ações militares com um único objetivo estratégico: a conquista do poder.

¹⁰⁰ O movimento clandestino era o elo entre o povo e as guerrilhas da FRETILIN e das FALINTIL na floresta, relação que pode ser comparada à da água com os peixes: o povo é a água, e os guerrilheiros, os peixes — sem o povo, eles não sobreviveriam. Iniciado por um pequeno grupo (Núcleo), o movimento cresceu gradualmente, apoiando tanto a luta armada na floresta quanto a frente diplomática no exterior (Soares, 2010, p.72)

¹⁰¹ Sem Título, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL. (1987), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06454.033>

A estratégia do exército da Indonésia continuava a pressionar e torturar as populações civis nas vilas, com o objetivo de impedir a atuação da frente clandestina que apoiava a resistência da FALINTIL e evitar a mobilização popular nas cidades, incluindo o bloqueio da realização de propaganda sobre a independência de Timor Leste. Entretanto, “em outubro de 1986, o exército indonésio capturou e pressionou Celestino Freitas no Município de Baucau. Em agosto do mesmo ano, também capturou Egídio Freitas e Patrício da Luz. No dia 19 de outubro, interrogou Teresa da Costa Freitas e em 22 de outubro capturam José Maria e Patrício Varela. Além disso, ocorreram abusos e violência sexual contra Joana Soares e Domingas Pinto, em Caibada-Baucau”¹⁰². “Em 4 de setembro de 1986, o exército indonésio do batalhão Nangala capturou e torturou Júlio Sarmiento, no Município de Ainaro. Em 5 de janeiro de 1987, o exército indonésio assassinou Florinda e Vai Leve no Município de Lautém. Além disso, em março do mesmo ano, também em Lautém, Jaime da Costa foi assassinado, e António Campus foi capturado”¹⁰³. Em fevereiro de 1987, foram capturadas populações da frente clandestina que apoiavam a resistência da FALINTIL no Posto Administrativo de Quelicai, Município de Baucau, entre elas Alcino, Duarte e Evaristo. Além disso, em Mehara-Lospalos, a operação militar do exército indonésio, juntamente com o 1º Batalhão de Nangala, exerceu forte pressão psicológica sobre a população que apoiava a FALINTIL. Em Dili, os agentes de inteligência da Indonésia cercaram a casa de Vicente de Sousa, que prestava serviço na paróquia da Igreja Católica em Motael, E também no Posto Administrativo de Turiscaí, Município de Same, o exército indonésio capturou Manuel Luís membro da frente clandestina¹⁰⁴.

O presidente indonésio Suharto visitou Timor Leste nos dias 1 e 2 de novembro de 1988. Antes de sua chegada, aproximadamente 3.000 timorenses foram presos pelas tropas indonésias, e cerca de 5.000 foram colocados em uma *lista negra*. Três timorenses Lucas da Costa, Lázaro e Filomeno Gomes foram acusados por oficiais militares indonésios de liderar uma organização clandestina no território. Eles foram torturados e mantidos presos, sem o direito de receber visitas de seus familiares ou assistência da Cruz Vermelha. Enquanto isso, outros três timorenses Júlio, Luís da Cruz e Carlos, do município de Viqueque foram executados por soldados indonésios em um posto militar em Lacluta. Ainda em Viqueque, sete timorenses Domingos Mesquita, Alarico, Cândido da Cruz, Gregório Amaral, Gaspar Fernandes, Manuel Gaspar e Mateus Doutel Sarmiento foram detidos pelo comando distrital indonésio (KODIM 1630) em

¹⁰² Violação dos Direitos Humanos em Timor-Leste", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL, (1987), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06438.018#!4>

¹⁰³ Relatório sobre a violação de Direitos Humanos e guerrilha em Timor-Leste", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL, (1987), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06454.024#!13>

¹⁰⁴ Sem Título, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - TAPOL, (1987), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06454.013>

novembro de 1988¹⁰⁵.

Além da resistência das populações civis nas cidades contra os invasores indonésios, os guerrilheiros das FALINTIL continuavam a combater militarmente o exército da Indonésia em várias áreas montanhosas. “Entre janeiro e abril de 1987, intensos confrontos entre as FALINTIL e o exército indonésio resultaram na morte de cerca de 300 soldados indonésios e na perda de 15 guerrilheiros das FALINTIL”. As baixas foram especialmente elevadas nas áreas de Lospalos e Viqueque, no leste de Timor Leste. “Em Lospalos, 49 soldados indonésios foram mortos, o que levou as tropas indonésias a prenderem 26 civis como represália, executando 10 deles. Já em Viqueque, 66 soldados indonésios foram mortos e 8 ficaram feridos, enquanto a FRETILIN perdeu dois combatentes, e outros dois feridos, foram capturados pelo exército indonésio”¹⁰⁶. No dia 22 de dezembro de 1987, em Bubur-laran, guerrilheiros emboscaram duas viaturas militares indonésias que transportavam tropas na região de Barique, no setor centro-leste de Timor Leste. As viaturas foram destruídas por granadas de mão, e durante a ação, os guerrilheiros capturaram 20 armas junto com suas respectivas munições. Os soldados feridos foram encaminhados para tratamento no hospital militar indonésia Gatot Soebroto, em Jacarta¹⁰⁷.

A experiência histórica das torturas e dos abusos sexuais cometidos pelos exércitos indonésios contra as populações civis durante esse período fortaleceu a unificação entre alguns líderes e membros da UDT e da FRETILIN na defesa do direito à liberdade e à dignidade dos timorenses, sistematicamente violados pelos invasores. Essa união foi essencial para superar os obstáculos da guerra contra a ocupação e lutar conjuntamente pelo objetivo político da independência de Timor Leste. Nesse contexto, “as FALINTIL reafirmaram e fortaleceram a vontade política e o compromisso das Forças Armadas em contribuir continuamente para a estabilidade do país”. Com apenas dois membros do Comitê Central da FRETILIN permanecendo no interior do país, enquanto a maioria se encontra no exterior, e com o comando da luta sob a responsabilidade direta das FALINTIL, a resistência política e armada no interior deixa de ser vista como uma ação exclusivamente promovida e garantida pela FRETILIN cuja idoneidade. Nesse contexto, em dezembro de 1988, foi criado o Conselho Nacional de Resistência Maubere (CNRM), que substituiu o Conselho da Resistência Revolucionária Nacional (CRRN), com o objetivo de fortalecer e maximizar a resistência clandestina no país¹⁰⁸.

¹⁰⁵ Comunicado da FRETILIN-GIF e notícias da mesma proveniência”, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL, (1989), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06438.065#11>

¹⁰⁶ FRETILIN. Situação de Timor Leste.”, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL, (1978), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06454.040>

¹⁰⁷ Dois comunicados da FRETILIN”, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL, (1988), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06438.068#12>

¹⁰⁸ Mensagem para os estudantes timorenses na Indonésia”, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL. (1988), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06438.030>

O movimento de resistência da frente clandestina timorense, caracterizado como uma guerra irregular, consistia em uma guerrilha que promovia distúrbios e revoltas contra o governo indonésio em Timor Leste. Suas ações incluíam sabotagens, mobilização política, divulgação de informações contrárias à ocupação e apoio à guerrilha para a realização de ataques militares e assassinatos de invasores em todo o território do país, com o objetivo de continuar a luta pela independência. Segundo Fernando D'Eça Lea (2011) destaca que guerra irregular consiste na combinação de diversas táticas não convencionais, como guerrilha, subversão, incitação à motins e distúrbios, revoltas contra governos hostis, sabotagem econômica, política e industrial, assassinatos militares, guerra psicológica, entre outras ações que fogem ao padrão das batalhas convencionais. Essas operações desestabilizam a estrutura de guerra do inimigo, enfraquecendo sua capacidade militar e minando sua determinação de continuar o combate. Esse tipo de guerra é conduzido na retaguarda dos exércitos e nas zonas interiores, onde se concentram os recursos bélicos, a força política, militar e industrial.

Na parte dos invasores, “em 4 de novembro, as tropas indonésias lançaram uma grande ofensiva militar na parte oriental do território, com o objetivo de assassinar o líder timorense Xanana Gusmão e garantir a segurança da região para a amplamente divulgada abertura de Timor Leste a estrangeiros. No entanto, as forças da FRETILIN reagiram em 31 de dezembro de 1989, lançando ataques contra posições militares indonésias em Díli na parte local de Lahane e Taibesi. Também atacaram de local em Balibar localizada a três quilômetros da capital. No sul do território houve confrontos, e alguns soldados do Batalhão Indonésio 745 fugiram para a floresta nas montanhas, juntando-se à guerrilha da FRETILIN. Ainda em 31 de dezembro, os guerrilheiros da FRETILIN atacaram e destruíram um posto militar indonésio em Vemasse, na parte oriental do território, resultando na morte de sete soldados indonésios e na captura de equipamento militar”¹⁰⁹.

Além de atacar militarmente por meio da FALINTIL para enfraquecer e dividir a concentração das forças dos invasores em Timor Leste, a frente clandestina timorense mobilizava as populações locais, que realizavam manifestações pacíficas contra as autoridades do governo da Indonésia como parte de uma estratégia de guerrilha urbana contra os invasores.

¹⁰⁹ FRETILIN. Ataque ao Exército Indonésio em Díli.", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL. (1989), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06435.031#!2>

Imagem 13- Manifestação dos jovens clandestinos na missa em Tasi Tolu, Díli, em 1989



Fonte: Arquivo & Museu da Resistência Timorense (AMRT)

Entretanto, “em 12 de outubro de 1989, os jovens timorenses da frente clandestina realizaram uma grande manifestação pacífica durante a missa em Tasi Tolu, Díli, Timor Leste, na presença do Papa João Paulo II. Essa manifestação foi a primeira ação popular pacífica contra a invasão ilegal da Indonésia e conseguiu cobertura pela mídia internacional” (Galuh Wandita, et al, 2019). O efeito dessa manifestação conseguiu atrair a atenção da comunidade internacional sobre a resistência dos timorenses, devido à visita do Papa João Paulo II, uma figura de grande influência global. Por outro lado, “as tropas da Indonésia capturaram e torturaram os jovens timorenses que organizaram a manifestação, entre eles José Manuel, Donanciano Gomes, Alfredo de Jesus, Francisco de Sousa, Clementino Faria, António Pereira Lopes, Guilherme Pereira e Amaro Carvalho”¹¹⁰.

Imagem 14-Manifestação em frente ao Hotel Turismo, em Dili, durante a visita do embaixador dos EUA, John Monjo



Fontes: Arquivo & Museu da Resistência Timorense (AMRT)

Em 17 de janeiro de 1990, cerca de 100 jovens realizaram uma nova manifestação pacífica ao redor do Hotel Turismo, na capital Díli, Timor Leste, durante a visita do embaixador dos EUA na Indonésia, senhor John Monjo. Essa manifestação foi severamente reprimida e dispersada com extrema violência, resultando na morte de pelo menos um timorense, possivelmente três, além de deixar muitos outros feridos¹¹¹.

¹¹⁰ Vários relatos de repressão contra jovens timorenses em Díli”, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL, (1989), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06439.009>

¹¹¹ Sem Título, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL. (1990),

No dia 12 de novembro de 1991, celebrou-se uma missa em sufrágio da alma do jovem independentista Sebastião Gomes, morto em 28 de outubro de 1991, durante a visita de Peter Koojmans, relator especial da ONU sobre a tortura (Durand, 2009, p. 139). Entretanto, “após a cerimônia na Igreja de Motael, em Díli, às 07h00, cerca de 500 manifestantes timorenses deixaram o local exibindo cartazes com a imagem de Xanana Gusmão, líder do movimento pró-independência de Timor Leste. Enquanto caminhavam, entoavam em voz alta: “Timor Leste! Timor Leste!”. A manifestação percorreu aproximadamente quatro quilômetros até o cemitério de Santa Cruz, onde Sebastião Gomes havia sido sepultado. Ao chegarem ao cemitério, soldados indonésios abriram fogo contra a multidão. O tiroteio, que durou vários minutos com rajadas de espingardas automáticas, foi seguido pela perseguição e brutal agressão aos manifestantes, deixando feridos e corpos espalhados pelo cemitério. No fim, organizações de direitos humanos divulgaram um relatório apontando 271 mortos, 382 feridos e 250 desaparecidos”¹¹². Esse massacre representou um trauma profundo para os timorenses que lutavam pela independência.

Imagem 15- Manifestação em 12 de novembro de 1991, no Cemitério de Santa Cruz, em Díli



Fontes: Arquivo & Museu da Resistência Timorense (AMRT)

Além disso, “Xanana Gusmão foi capturado pelo Exército da Indonésia às 04:00 da manhã do dia 20 de novembro de 1992, numa casa em Lahane, Díli, que servia como seu esconderijo. A captura foi filmada e divulgada pela imprensa indonésia. Após sua prisão, os militares indonésios o mantiveram em detenção incomunicável por 17 dias antes de permitir que o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) o visitasse. Durante esse período, ele foi constantemente transferido de um local para outro até ser levado para a sede da Polícia Nacional (Mabes Polri), em Jacarta, onde foi interrogado e submetido a maus-tratos”¹¹³.

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06439.058#12>

¹¹² Max Stahl Montagem Motion Creator, Lda Imagens cedidas pela RTP e Presidência da República Democrática de Timor-Leste. "Massacre do Cemitério de Santa Cruz", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense / Fundação Mário Soares, (1991), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10131.005>

¹¹³ <https://www.facebook.com/CentroNacionalChega/posts/kapturasaun-xanana-gusm%C3%A3oist%C3%B3ria-pasadu-husi-relat%C3%B3riu-chega-xanana-gusm%C3%A3o-kaptu/751835098518672/>, acesso dia 24 de março de 2025.

Imagem 16- Captura Xanana Gusmão numa casa em Lahane, Díli



Fonte: Arquivo & Museu da Resistência Timorese (AMRT)

Além das atividades de guerrilha urbana no território nacional de Timor Leste, os nacionalistas timorenses que estudavam na Indonésia também desempenharam um papel significativo na luta pela independência.

Imagem 17– Manifestação de estudantes timorenses em frente ao Ministério das Relações Exteriores da Indonésia, em Jacarta



Fontes: <https://www.youtube.com/watch?v=KYtQBsl7wXE>

No entanto, “em 12 de junho de 1998, aproximadamente 1.800 estudantes, membros da organização de resistência Ikatán Mahasiswa, Pemuda, dan Pelajar Timor Timur (IMPETTU), organizaram uma grande manifestação pacífica em frente ao edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Jacarta. O protesto tinha como principal objetivo reivindicar o direito à autodeterminação do povo timorense. Ao final, essa manifestação conseguiu interromper e paralisar o funcionamento do ministério durante todo o dia. Entretanto, as forças de segurança indonésias responderam com repressão, resultando na prisão de vários manifestantes. Muitos dos estudantes detidos foram levados para a prisão de Cipinang, em Jacarta, onde já se encontrava

detido Xanana Gusmão, líder da resistência timorense”¹¹⁴.

Em 1998, as Forças Armadas da Indonésia mantinham 12 batalhões em Timor Leste, totalizando cerca de 9.600 militares, compostos por tropas de infantaria e unidades de atiradores especiais Brimob. Informações indicavam que as forças indonésias planejavam uma ofensiva surpresa contra as posições da FALINTIL, com operações previstas entre 28 de outubro e 11 de novembro de 1998. Este ataque visava reprimir as atividades da resistência timorense durante um período crítico de mobilização e resistência¹¹⁵. Entretanto, em 10 de outubro de 1998, a frente clandestina organizou uma greve geral que paralisou todas as atividades econômicas e o transporte público em Dili. No dia seguinte, milhares de timorenses organizaram uma manifestação em frente ao escritório do governador Abílio José Osório Soares para protestar contra sua declaração, que exigia o apoio dos funcionários públicos à opção de autonomia da Indonésia na consulta popular. Além disso, em Liquiça, cerca de 7.000 pessoas também protestaram em solidariedade aos funcionários públicos ameaçados. O objetivo dessa manifestação era enfraquecer e impedir o plano do Exército da Indonésia de lançar uma ofensiva militar contra os guerrilheiros das FALINTIL, que resistiam em todo o território de Timor Leste¹¹⁶.

Além disso, em 12 de outubro de 1998, também uma marcha pacífica começou em Baucau, reunindo cerca de 10.000 moradores dos Posto Administrativo de Baucau Vila, Baguia, Laga, Quelicai, Venilale e Vemasse. Participaram homens, mulheres, jovens e crianças, que se dirigiram ao Conselho Regional de Representantes do Povo (DPRD), liderados por Mauricio Freitas. O objetivo era protestar contra o aumento das tropas indonésias em Timor Leste, apesar da promessa de redução, e contra a declaração do governador Abílio José Osório Soares, que ameaçava demitir funcionários públicos que não apoiassem a autonomia. As manifestações realizadas naquele momento foram uma estratégia de resistência para bloquear o plano do inimigo indonésio, que preparava um ataque surpresa contra todas as posições da FALINTIL, programado para ocorrer de 28 de outubro a 11 de novembro de 1998¹¹⁷.

A partir das reflexões de Carlos Marighella (2003), podemos associar os timorenses da frente clandestina na guerrilha urbana como guerrilheiros habilidosos e corajosos na luta contra os invasores. Mesmo sem armamento militar, nunca desistiram de enfrentar o Exército

¹¹⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=KYtQBsI7wXE>, acesso no dia 24 de março de 2025.

¹¹⁵ Informação sobre a situação político-militar em Timor Leste", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL. (1998), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06500.032>

¹¹⁶ Manifestações, Timor-Leste, Comissão pela Paz, Igreja.", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - TAPOL, (1998), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06500.025>

¹¹⁷ Manifestações, Baucau, Igreja.", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - TAPOL, (1998), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06500.024>

indonésio, que estava altamente equipado com armas. O autor destaca que o guerrilheiro urbano distingue-se por sua coragem, capacidade de decisão e habilidades estratégicas. Para superar a escassez de armas, munições e equipamentos, ele precisa ser altamente preparado e um líder eficiente. Enquanto os militares e a polícia dispõem de armamento moderno, transporte e liberdade de movimento, o guerrilheiro urbano vive na clandestinidade, muitas vezes como um fugitivo ou sob liberdade condicional, recorrendo ao uso de documentos falsos para garantir sua sobrevivência.

As manifestações pacíficas de resistência timorense contra os invasores, tanto em Timor Leste quanto na Indonésia, adotaram uma estratégia não violenta para enfrentar a superioridade militar do exército indonésio. Os invasores possuíam um grande arsenal bélico, muito mais poderoso em comparação com as FALINTIL, além de uma influência diplomática significativa em diversos países ao redor do mundo. Segundo Gene Sharp (2006) afirma que a ação não violenta funciona de maneiras muito específicas, que precisam ser compreendidas para que sua técnica seja bem entendida, avaliada de forma inteligente e aplicada com maior eficácia. Essas formas diferem bastante das suposições comuns sobre conflito e luta, especialmente da ideia de que a violência só pode ser enfrentada de maneira eficaz com mais violência. A ação não violenta é estruturada para atuar contra adversários que possuem capacidade e disposição para utilizar medidas violentas.

Durante o período de retaliação militar do inimigo indonésio, as FALINTIL adotaram a estratégia de guerrilha urbana, contando com o máximo apoio da Frente Clandestina. Nesse contexto, além de enfrentar o inimigo indonésio em combate e eliminar espões em Timor Leste, também promoviam agitação política entre as populações locais sobre a importância da unidade nacional, com o objetivo de alcançar a independência de Timor Leste. Segundo Vladimir Lênin (1969), uma das condições essenciais para a necessária expansão da agitação política é organizar as revelações políticas em todos os aspectos. Somente essas revelações podem formar a consciência política e estimular a atividade revolucionária das massas. Por isso, essa atividade é uma das funções mais importantes de toda a social-democracia internacional, já que, mesmo com a liberdade política, as revelações não deixam de ser essenciais, apenas mudam ligeiramente sua direção.

Em abril de 1998, pouco antes da mudança política interna na Indonésia, e seguindo as diretrizes de Xanana Gusmão, que estava preso em Jacarta, os líderes timorenses no exterior expandiram a frente comum e enfatizaram sua posição nacionalista e democrática com a criação do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT). Xanana Gusmão tornou-se o presidente do CNRT, enquanto Mário Carrascalão, fundador da UDT e ex-governador indonésio,

e José Ramos-Horta assumiram as vice-presidências (Carlos, 2004). A organização do Conselho Nacional da Resistência Timorese (CNRT) substituiu o Conselho Nacional de Resistência Maubere (CNRM), com o objetivo de unificar diferentes grupos da resistência, incluindo a FALINTIL como braço armado, a Frente Clandestina e representantes políticos no exílio, além de mobilizar apoio da comunidade internacional para pressionar a Indonésia e buscar uma solução pacífica para a autodeterminação de Timor Leste.

CAPÍTULO III: “ÚLTIMA” RESISTÊNCIA E A CONQUISTA DE UMA NAÇÃO SOBERANA E INDEPENDENTE

Neste capítulo, analisa-se a resistência timorense no período que vai do referendo de 1999 até a proclamação da restauração da independência de Timor Leste, em 20 de maio de 2002. Trata-se de uma fase crucial na luta pela soberania do país, marcada por uma complexa interação entre a experiência histórica vivida pelo povo timorense, as estratégias políticas adotadas, as táticas de mobilização desenvolvidas e a atuação decisiva dos diversos agentes políticos envolvidos no processo. A vivência da brutalidade imposta durante a ocupação indonésia (1975-1999) gerou um profundo aprendizado coletivo e alimentou uma memória de resistência que fortaleceu o desejo de liberdade, contribuindo para a coesão e a determinação do povo timorense em sua busca pela autodeterminação. Sob a liderança de Kay Rala Xanana Gusmão, adotaram-se estratégias centradas na diplomacia internacional e na mobilização popular, evidenciando o papel fundamental das manifestações civis e da pressão externa. As táticas de resistência foram adaptadas ao novo contexto, com uma transição da luta armada para ações não violentas, como protestos pacíficos, campanhas de conscientização e uso de mídias sociais para sensibilizar a opinião pública global. A política timorense foi, nesse período, orientada pela busca incessante da independência e pela construção de um Estado soberano. Internamente, isso significou o fortalecimento da unidade nacional e a implementação de reformas fundamentais para preparar o país para a autodeterminação efetiva.

3.1. Legitimidade política da resistência

A resistência do povo timorense durante mais de duas décadas foi uma luta revolucionária e antagonista contra os invasores da Indonésia. O resultado desse processo de resistência culminou em uma solução mais pacífica e democrática, com a autodeterminação popular dos timorenses. Segundo Karl Marx (1818-1883) afirma que a revolução não é o nosso fim, mas apenas o meio que as circunstâncias nos impõem para alcançá-lo. Não propomos a implantação, por meio de atos de violência, de uma forma social que planejamos mentalmente. Os revolucionários não escolhem suas armas, assim como não escolhem o dia da revolução. Neste ponto, sua preocupação será apenas com a eficácia das armas, não com sua natureza. Sem dúvida, para assegurar as chances de vitória, suas armas devem ser superiores às de seus adversários, e, portanto, devem utilizar todos os recursos que a ciência coloca à disposição daqueles que têm algo a destruir. Isso significa que a revolução não é vista como um objetivo final em si mesma, mas sim como um meio necessário para alcançar um fim desejado, provavelmente a mudança social ou política. Assim, a resistência timorense inseriu-se em uma conjuntura política tanto nacional quanto internacional, marcada por pressões diplomáticas,

solidariedade internacional e mobilização interna. Esse processo culminou na realização do referendo de 1999, que representou não apenas o fim de uma longa luta, mas também a legitimação política da resistência timorense na conquista da independência nacional.

Segundo Hurst Hannum (1990) destaca que de acordo com o princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, consagrado na Carta das Nações Unidas, todos os povos têm o direito de determinar livremente, sem interferência externa, o seu status político, bem como de buscar seu desenvolvimento econômico, social e cultural. A Carta também estabelece que cada Estado tem a obrigação de respeitar esse direito e de promovê-lo, em conformidade com seus preceitos. Nesse sentido, os Estados devem envidar esforços para: (a) fortalecer as relações amistosas e a cooperação entre as nações; e (b) assegurar o fim rápido do colonialismo, respeitando a vontade livremente expressa pelos povos envolvidos. A sujeição de um povo à subjugação, dominação ou exploração estrangeira representa uma violação do princípio da autodeterminação, nega direitos humanos fundamentais e contraria os princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas. Entretanto, segundo Márcio Gagliato (2008), em 27 de janeiro de 1999, foi proposta uma consulta popular em Timor Leste sobre a integração à Indonésia, por meio de um referendo de autodeterminação, com a supervisão de observadores da ONU. O então presidente da Indonésia, B. J. Habibie, declarou que aceitaria a independência de Timor Leste caso essa fosse a vontade do povo.

Após um longo processo de negociações diplomáticas, Portugal e Indonésia concluíram, no dia 5 de maio de 1999, três acordos em Nova Iorque sob a mediação do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan. Os documentos firmados foram: o Acordo entre a República da Indonésia e a República Portuguesa sobre a questão de Timor Leste; o Acordo relativo às modalidades da Consulta Popular ao povo timorense por meio de votação direta; e o Acordo sobre segurança para a realização da Consulta Popular em Timor Leste. Portugal foi representado por Jaime Gama, Ministro dos Negócios Estrangeiros, e a Indonésia por Ali Alatas, também Ministro dos Negócios Estrangeiros. Os dois governos confiaram às Nações Unidas, por meio do Secretário-Geral, a responsabilidade de organizar e conduzir a Consulta Popular, com o objetivo de apurar se o povo timorense aceitava ou rejeitava a proposta de autonomia especial de Timor Leste dentro da República da Indonésia unitária¹¹⁸. Para garantir o processo de consulta popular com base no acordo firmado, “em 18 de junho de 1999, o Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT) e a Força Armada de Libertação Nacional de Timor Leste (FALINTIL), liderados por Xanana Gusmão e Leandro Isaac, assinaram, em Jacarta, na

¹¹⁸ https://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2019/08/cronologia-consulta-popular_PT.pdf, acesso no dia 16 de dezembro de 2024.

Indonésia, uma declaração conjunta com a facção pró-integração, representada por Domingos Soares e João da Silva Tavares. No contexto da consulta popular em Timor Leste, as partes concordaram com os seguintes pontos¹¹⁹:

- a. A chave para o sucesso da consulta popular em Timor Leste é o reconhecimento, por ambas as partes, dos direitos e responsabilidades iguais que cada uma possui em relação à determinação do futuro do povo timorense.
- b. Concordam em apoiar a criação de condições de segurança, ordem e paz em todo o território de Timor Leste.
- c. Reconhecem sua responsabilidade de apelar aos seus seguidores, o CNRT e a FALINTIL, no caso da facção pró-independência, e todas as forças pró-integração, no caso da facção pró-integração, para que entreguem todas as armas (armas de fogo, granadas, explosivos, armas caseiras e armas tradicionais, como lanças e flechas) às autoridades competentes, conforme previsto no acordo assinado entre Indonésia, Portugal e ONU, em 5 de maio, no que se refere à regulamentação das condições de segurança.
- d. Concordam em pôr fim a todos os atos de hostilidade, violência e outros atos ilegais contra indivíduos ou grupos, de acordo com as leis e regulamentos vigentes.
- e. Comprometem-se a incentivar seus seguidores a participarem ativamente de todas as etapas do processo que conduz à consulta popular, desde o registro de eleitores, o período de campanha, a trégua até o dia da votação, conforme os direitos e responsabilidades já estabelecidos.
- f. Todos os custos logísticos e demais despesas relacionadas às atividades acima mencionadas são de responsabilidade das duas partes, podendo as autoridades governamentais distritais prestar auxílio conforme suas capacidades e os regulamentos existentes.
- g. As violações deste acordo serão avaliadas pela *Komisi Perdamaian dan Stabilitas* (KPS) e encaminhadas por ela às autoridades competentes.

Entretanto, em 23 de junho de 1999, Xanana Gusmão, em nome do Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT), manifestou, em Salemba, na Indonésia, um voto de confiança na missão da ONU, representada pela United Nations Mission in East Timor (UNAMET), bem como no Secretário-Geral das Nações Unidas. Na ocasião, reafirmou o compromisso com a implementação dos acordos firmados e declarou a disposição do CNRT em cooperar com todas as partes envolvidas no processo. Xanana Gusmão também parabenizou a realização dos

¹¹⁹ Declaração conjunta do CNRM, FALINTIL e facções pró-integracionistas, no âmbito do referendo em Timor-Leste", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL, (1999), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06491.007#!2>

encontros de diálogo e reconciliação em Jacarta, destacando os esforços empreendidos pelos diplomatas indonésios e pelos representantes da Igreja Católica em Timor Leste, especialmente o Bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo e Dom Basílio do Nascimento”¹²⁰.

De acordo com os autores Galuh Wandita, Jose Luis de Oliveira de *et. al* (2019) afirmam que em maio de 1999 a presença da ONU através da United Nations Mission in East Timor (UNAMET) que liderado pelo Ian Martins foi enviada para restaurar a paz e facilitar a transição para a independência com a sua missão de organizar o evento da consulta popular. Então, o Dewan Solidaritas Mahasiswa, Pemuda Pemudi Timor Leste (DSMPPTL) começou a realizar a educação dos eleitores em todo o território de Timor Leste sobre a independência, e também o Presidium da Juventude Lorico Aswain Timor Lorosa’e organizou milhares de jovens timorenses para fazer a campanha política do CNRT, que escolheu a independência de Timor Leste. Em 16 de Junho no mesmo ano, ONU registou os votantes timorenses total 451.792 que têm o direito de votar, ou seja, participar a consulta popular no dia 30 de agosto de 1999. A situação durante o tempo de consulta popular estava relativamente insegura, entretanto quase 98.6% votantes do registado conseguiram participar. Em 4 setembro de 1999, a ONU anunciou o resultado de consulta popular em que dos votantes, 78.5 % rejeita autonomia da indonésia e escolhem a independência para Timor Leste.

Imagem 18- Consulta popular em 30 de agosto de 1999



Fontes: Google.com

O resultado da consulta popular, no qual a maioria da população timorense escolheu a opção pela independência de Timor Leste, representa a legitimidade política da resistência timorense ao longo de sua história. Para os timorenses, nesse contexto, a independência é uma atitude política dinâmica e multidimensional, além de uma conquista coletiva. A avaliação da liderança do Timor Leste é de que essa conquista não pertence a um partido, a uma organização,

¹²⁰ CNRT, Xanana Gusmão, Salemba, UNAMET, Acordos de 5 de Maio, Ximenes Belo, Basílio Nascimento, encontro de diálogo e reconciliação.", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - TAPOL, (1999), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06491.004>

a um grupo político, a uma geração específica, a um líder ou muito menos a um indivíduo. “Todos os componentes da sociedade timorense são parte fundamental dessa vitória histórica”. Nesse sentido, o Relatório da CAVR (2005) destaca que a autodeterminação, entendida como o direito coletivo de um povo decidir seu próprio destino, foi o eixo central do período analisado pela Comissão. Esse processo teve início em 1974, quando a potência colonial finalmente reconheceu tal direito, após 24 anos de resistência timorense, e se concluiu em 1999, com o tardio reconhecimento por parte da potência ocupante, após mais 24 anos de negação. Ao longo desse intervalo, “o povo de Timor Leste enfrentou sacrifícios imensuráveis para conquistar esse direito, considerado essencial para sua sobrevivência, identidade e futuro”.

A legitimidade política da resistência timorense, que conquistou a independência de Timor Leste por meio do referendo, foi reconhecida pelas Nações Unidas, através da United Nations Mission in East Timor (UNAMET). Diante desse reconhecimento internacional, a parte favorável à integração com a Indonésia teve de aceitar e respeitar o resultado da consulta popular, que refletia a vontade soberana do povo timorense. Segundo Larissa Liz Odreski Ramina (2010), destaca que no âmbito do direito internacional, os povos são definidos pelos direitos e obrigações que lhes são atribuídos, os quais podem variar conforme a situação específica, conferindo ao princípio um caráter mutável. Quando se trata de povos inseridos em Estados democráticos, a autodeterminação tende a ser interpretada como uma “autodeterminação interna” ou “direito à democracia”. Em contextos de coexistência de múltiplos povos em um mesmo Estado, o foco recai sobre o reconhecimento dos direitos das minorias. No entanto, a chamada “autodeterminação externa”, que implica secessão, entra em tensão com o princípio da integridade territorial dos Estados. Apenas em casos de “povos subjugados por dominação ou ocupação estrangeira”, conforme estabelece a Resolução 1514 da Assembleia Geral da ONU, é reconhecido o direito à autodeterminação externa frente a Estados já constituídos.

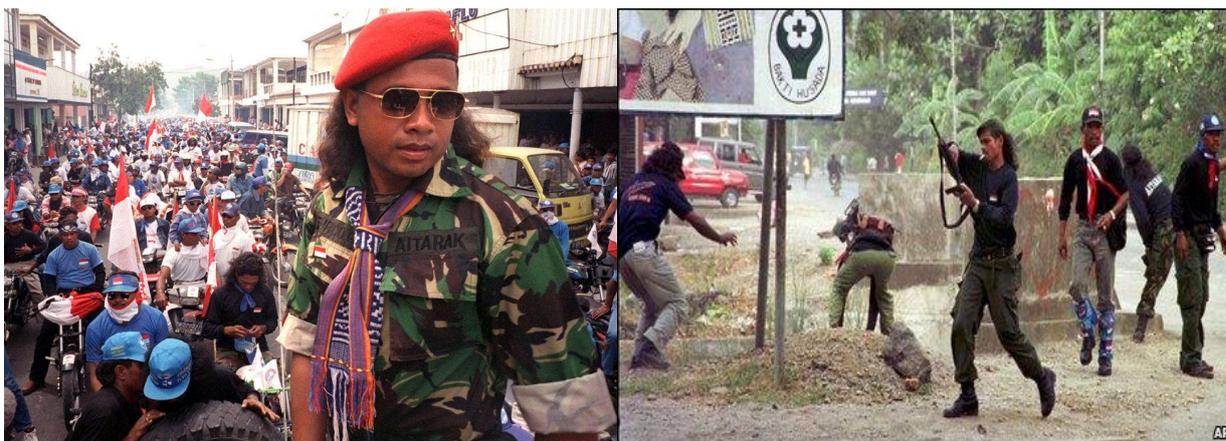
3.2. As implicações sociais e legais dos invasores

Após o referendo de 1999, onde a maioria dos timorenses votou pela independência da Indonésia, Timor Leste foi tomado por uma onda de violência extrema. Milícias pró-Indonésia, apoiadas por elementos das forças armadas indonésias, desencadearam ataques contra civis, resultando em milhares de mortes e feridos. A infraestrutura do país foi severamente danificada, com a destruição de edifícios públicos, escolas e hospitais, culminando em um evento final de brutalidade realizado pelo invasor¹²¹. As violações contra a humanidade e a destruição da infraestrutura do país, praticadas pelas milícias pró-Indonésia, ocorreram nesse período como

¹²¹ Côrtes, Fernanda da Costa. Entre colonialismos e autonomia nacional: reflexões sobre a construção da identidade nacional de Timor-Leste. 2011.

resultado do medo e da frustração diante da derrota da opção de autonomia proposta pela Indonésia na consulta popular. Esse clima de violência sistemática gerou um profundo sentimento de insegurança e vulnerabilidade entre a população timorense. Nesse sentido, Margarita Rosa Gaviria (2008) destaca que, à medida que a violência se intensifica, os indivíduos passam a se perceber como possíveis alvos de crimes contra a vida e o patrimônio, o que contribui para o crescimento generalizado de sentimentos de medo e insegurança.

Imagem 19– A brutalidade do grupo de milícia pró-integração, liderado por Eurico Guterres, em 1999



Fontes: Google.com

Entretanto, a onda de violência que se espalhou por todo o território de Timor Leste após a consulta popular prolongou-se por cerca de duas semanas. Como resultado, aproximadamente 300.000 timorenses foram forçados a evacuar suas vilas e buscar refúgio nas montanhas, enquanto outros 250.000 se deslocaram para o Timor Ocidental, especificamente em Atambua e Kupang, na Indonésia. Até o final de outubro de 1999, quase 1.400 pessoas haviam sido mortas pelas milícias pró-integração e pelas tropas indonésias. Além disso, cerca de 70% das casas e da infraestrutura do país foram destruídas, incluindo episódios brutais como os massacres ocorridos em igrejas nas localidades de Suai, Maliana, Lospalos, entre outras regiões do território timorense (Wandita; Oliveira de *et. al.* 2019). O “Eurico Barros Gomes Guterres”¹²² declarou que as milícias pró-Indonésia estiveram envolvidas em diversos massacres em Timor Leste, assim como na destruição da capital, Díli. Segundo ele, as milícias desconfiavam que o resultado da consulta popular teria sido fruto de uma conspiração política internacional, além de acreditarem na existência de manipulações no processo de contagem dos votos. Isso porque, na época, parte dos grupos pró-integração com a Indonésia não acompanhou diretamente a

¹²² Eurico Barros Gomes Guterres foi um miliciano pró-Indonésia e conhecido por sua postura antitimorense. Recrutado pelos militares indonésios durante o processo de independência de TimorLeste, entre 1999 e 2000, ele liderou a milícia Aitarak, uma das mais violentas da época (https://pt.wikipedia.org/wiki/Eurico_Guterres)

contagem, e acabaram responsabilizando os membros da UNAMET pelo resultado. A desconfiança aumentou quando os resultados, inicialmente previstos para serem divulgados em 7 de setembro, foram antecipados e anunciados em 4 de setembro de 1999. Diante da frustração com a vitória da opção pela independência, as milícias pró-Indonésia promoveram a destruição de edifícios e infraestruturas em Díli e em outros distritos, como forma de retaliação simbólica. Justificavam esses atos alegando que as obras e os investimentos haviam sido realizados pela Indonésia e, portanto, não pertenciam aos timorenses independentistas. Para as milícias, esses bens simbolizavam a presença e os interesses indonésios em Timor Leste, e sua destruição representava uma forma de expressar revolta contra o resultado da consulta popular¹²³.

As violações contra a humanidade cometidas pelas milícias pró-Indonésia em 1999, evidenciam a complexidade da justiça transicional. Fundamentados em princípios do direito internacional, os esforços empreendidos buscaram responsabilizar os culpados e proporcionar justiça às vítimas, enfrentando os desafios de reconstruir uma sociedade marcada por traumas profundos e pela impunidade histórica. No entanto, “em 20 de abril de 2001, o relatório da ONU sobre os eventos de setembro de 1999 recomendou que fossem tomadas medidas para responsabilizar os autores das graves violações dos direitos humanos ocorridas durante aquele período, com seguintes”¹²⁴:

- Esforços devem ser intensificados para estabelecer a culpa daqueles que são os responsáveis finais, ou que têm responsabilidade compartilhada, pelos crimes cometidos em 1999 e iniciar ações para levá-los à justiça.
- Deve-se dar atenção especial à investigação dos papéis desempenhados pelos comandantes militares indonésios. Mudanças estruturais devem ser feitas nas investigações da ONU em Timor Leste.
- Os julgamentos das milícias encarceradas em Díli devem ser acelerados.
- Um tribunal internacional deve ser criado imediatamente se a Indonésia não levar à justiça os responsáveis pelos crimes em Timor Leste.
- A ONU deve colocar na sua agenda com a Indonésia a questão das reparações, ou algum tipo de compensação, pela destruição maciça de abrigos e edifícios e pelo roubo extensivo de propriedades em Timor Leste.

¹²³ Entrevista com Eurico Barros Gomes Guterres no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=CFv0fwybyas>, acesso no dia 14 de abril de 2025.

¹²⁴ Sydney Morning Herald, Joryo Indonesian News, Radio Nederland, Amnistía Internacional, RAND, BBC, The Jakarta Post, The International Herald Tribune, Sinar Harapan, Assotiated Press, The Weekend Australian, The Age, Reuters.", Abril de 2001 - Dezembro de 2001, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL. (2001), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06488.014>

- As agências da ONU precisam de um apoio mundial mais forte para ajudar os refugiados timorenses em Timor Ocidental.
- Uma investigação completa deve ser conduzida sobre o que ocorreu e quem foi responsável. Os crimes mais graves são de tal magnitude que devem ser considerados de preocupação mundial.

Entretanto, em 28 de setembro de 1999, o representante português na ONU enviou uma carta ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (UNHRC), relembrando o Acordo de 5 de Maio de 1999, firmado entre os Governos da Indonésia e de Portugal, bem como o Acordo de Segurança relativo ao referendo e a Resolução 1264 do Conselho de Segurança, de 15 de setembro de 1999. A carta também fazia referência à declaração do presidente do UNHRC de 23 de abril de 1998. Portugal expressou congratulações pelos resultados do referendo e pelo anúncio do Governo indonésio de respeitar a vontade do povo timorense, destacando ainda os esforços das Nações Unidas, a contribuição da comunidade internacional e o estabelecimento de uma comissão para averiguar as violações dos direitos humanos. No entanto, condenou veementemente as violações do direito humanitário internacional, em particular as ações violentas praticadas por milícias pró-indonésias. Demonstrou profunda preocupação com a situação dos refugiados, a deterioração das condições humanitárias e os ataques direcionados a organizações internacionais. Por fim, apelou à cooperação das autoridades indonésias para garantir a segurança e o respeito pelos direitos humanos, defendendo a criação de uma comissão internacional encarregada de investigar os crimes contra a humanidade cometidos em Timor Leste¹²⁵.

Enquanto isso, Eurico Barros Gomes Guterres foi condenado, em 2002, a dez anos de prisão na Indonésia pelo seu envolvimento na violência contra os apoiantes da independência timorense. À época, liderava não apenas a milícia Aitarak, em Díli, como também comandava a milícia da juventude indonésia. Guterres é suspeito de estar ligado ao massacre de Liquiçá, ocorrido em 6 de abril de 1999, e de ter incitado, durante uma manifestação transmitida pela rádio e televisão em Díli, o massacre que se seguiu na casa da família Carrascalão, em 17 de abril. Foi acusado à revelia pelo Painel de Crimes Especiais do Tribunal Distrital de Díli, em 18 de fevereiro de 2002. Segundo a acusação, o chefe da Aitarak estava presente na residência dos João Viera Carrascalão em Díli no momento em que os corpos das vítimas eram atirados para o poço no jardim. Além desses episódios, Guterres esteve envolvido em diversas outras ações violentas que resultaram em mortes nos meses seguintes. Em 26 de agosto de 1999, quatro dias

¹²⁵ Carta do representante português na ONU à UNHRC", Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - TAPOL, (199), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06488.002#12>

antes do referendo, ameaçou num comício que Díli se tornaria “um mar de fogo” caso os timorenses votassem pela independência. Após o anúncio da vitória da opção independentista, as milícias pró-Indonésia, como a Aitarak, controlaram a cidade e lideraram a destruição generalizada que se seguiu. No entanto, o Eurico Barros Gomes Guterres entrou na prisão em 2006, mas, ao final de abril de 2008, foi absolvido pelo Supremo Tribunal indonésio, devendo ser libertado nos dias seguintes, o que deixou em liberdade um dos principais responsáveis pela violência em Timor Leste¹²⁶.

Em 2001, o governo da Indonésia concluiu o registro dos refugiados timorenses em Atambua e Kupang, a fim de determinar quem retornaria ao Timor Leste e quem permaneceria na Indonésia. Durante o processo de registro, que durou dois dias, 105.843 pessoas participaram. Deste total, 103.537 indivíduos dos refugiados equivalente a 98% manifestaram o desejo de permanecer na Indonésia. Apenas 1.495 pessoas, ou 1,4%, expressaram a intenção de retornar às suas aldeias em Timor Leste. Outras 795 se abstiveram e 296 votos foram considerados inválidos. Após essa etapa, iniciou-se o processo de realocação para moradias permanentes daqueles que decidiram permanecer na Indonésia, enquanto os que optaram pelo retorno seriam encaminhados de volta a Timor Leste. Contudo, o desafio relacionado aos refugiados que decidiram ficar na Indonésia ainda estava longe de ser resolvido. A logística envolvida no deslocamento de dezenas de milhares de pessoas, aliada à necessidade de garantir meios de subsistência para que possam reconstruir suas vidas, torna essa missão extremamente complexa. Além disso, o país de Indonésia enfrenta sérias dificuldades econômicas e lida com crises internas provocadas por conflitos sociais, como os ocorridos em Maluku e Kalimantan na Indonésia, bem como confrontos entre as Forças Armadas indonésio e grupos insurgentes em Aceh. Consciente dessa realidade, Xanana Gusmão apelou ao governo indonésio para que tratasse com dignidade os timorenses que optaram por permanecer, reforçando que as portas de Timor Leste continuam abertas para aqueles que, mesmo tendo escolhido a cidadania indonésia, desejarem retornar no futuro¹²⁷.

O apelo de Xanana Gusmão ao governo da Indonésia, para que trate com dignidade os refugiados timorenses que permaneceram em Atambua e Kupang, foi acompanhado da reafirmação de que o território de Timor Leste continua aberto àqueles que desejarem retornar. Essa postura representa não apenas um gesto humanitário, mas também uma opção estratégica de redistribuição econômica, reconhecimento social e inclusão política dos timorenses que, por

¹²⁶https://expresso.pt/dossies/dossiest_atualidade/CriseemTimorLeste/supremo-indonesio-absolve-eurico-guterres=f285667, acesso no dia 24 de abril de 2025.

¹²⁷ Direito", nº 18, Segunda, 25 de Junho de 2001, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL. (2001), <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11028.014>

diversas razões, permaneceram fora do país após o referendo de independência. Conforme, os autores José Henrique de Faria, Elaine Cristina Schmitt Ragnini, Camila Brüning (2021) destacam que a justiça social no contexto dos migrantes não deve ser compreendida unicamente como uma demanda por reconhecimento social, mas também como uma reivindicação por uma distribuição justa da riqueza material produzida e por uma participação equitativa nos espaços de tomada de decisão.

3.3. O árduo caminho de Timor Leste após o referendo

Segundo Fábio de Souza Rocha (2022) afirma que, no contexto da construção da paz segundo diretrizes econômicas liberais, surgem desafios para a concretização de uma paz positiva e duradoura, especialmente devido à criação de estruturas que promovem a dependência econômica, por meio de mecanismos de transferência de valor. Embora a vitória da resistência timorense tenha sido significativa, o país enfrentou consideráveis desafios, como a infraestrutura devastada, a pobreza e a fragilidade institucional. A reconstrução exigiu esforços intensivos do povo timorense e apoio internacional, enquanto estruturas de dependência dificultavam a obtenção de uma paz duradoura.

Diante do agravamento da situação de segurança em Timor Leste após o referendo de autodeterminação, “o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, declarou em 10 de setembro de 1999 que era inaceitável aquela cumplicidade evidente do exército indonésio com a violência no território. Dois dias depois, em resposta à crescente pressão internacional, o presidente indonésio, Bacharuddin Jusuf Habibie, aceitou o envio de uma força internacional de interposição. Assim, foi criada a Força Internacional para o Timor Leste (INTERFET), colocada sob comando australiano, que desembarcou em Díli no dia 20 de setembro de 1999. A atuação da INTERFET foi fundamental para o restabelecimento da segurança no território, permitindo encerrar sua missão no início de outubro de 1999 (Durand, 2009, p.147). Criada com o objetivo de restaurar a paz, apoiar a Missão das Nações Unidas em Timor Leste (UNAMET) e facilitar as operações de assistência humanitária, a INTERFET foi composta por tropas de diversos países e liderada pela Austrália. O Brasil participou dessa missão internacional enviando um Pelotão de Polícia do Exército, demonstrando seu compromisso com os esforços de estabilização e proteção da população timorense¹²⁸.

O apoio à presença de uma força internacional de interposição revelou-se uma estratégia de estabilização mais eficaz na busca por uma solução para o conflito ocorrido em Timor Leste durante o período de transição rumo à independência. Essa atuação contribuiu significativamente para a contenção da violência, o restabelecimento da ordem e a criação de condições mínimas

¹²⁸ <https://batalhaosuez.com.br/antigo/ForcasDePazTimorLesteIntroducao.htm> acesso no dia 16 de abril de 2025

para o processo de reconstrução do país. Segundo Leticia Carvalho e Geraldine M. M. B. Rosas Duarte (2022) destacam que o intenso envolvimento em operações militares, o suporte às autoridades governamentais e a tentativa de alcançar a estabilização por meio da força comprometem a eficácia da assistência humanitária e colocam em segundo plano a busca por uma solução genuína para o conflito, que acaba sendo ofuscada pelos sucessos militares.

Em 25 de outubro de 1999, o Conselho de Segurança das Nações Unidas estabeleceu oficialmente a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET) que liderado pelo “Sérgio Vieira de Mello”¹²⁹, por meio da Resolução 1272. De acordo com essa resolução, a UNTAET foi incumbida não apenas da administração geral do território, mas também da manutenção da ordem pública, da criação de uma administração eficaz, do desenvolvimento dos serviços civis e sociais, da coordenação da ajuda humanitária e da promoção do autogoverno. Além disso, a missão deveria contribuir para o desenvolvimento sustentável da economia local, colaborando com os timorenses na construção das bases de um Estado independente e funcional¹³⁰. Esse apoio internacional no processo de estabilização de Timor Leste, no período pós-referendo, representou uma importante demonstração da capacidade da comunidade internacional de assegurar os direitos sociais do povo timorense. Em um contexto marcado por violência e instabilidade, a atuação coordenada de forças internacionais e organizações multilaterais contribuiu não apenas para o restabelecimento da ordem, mas também para a proteção da população civil e a garantia de condições mínimas de dignidade e segurança. Assim, o envolvimento internacional destacou a relevância dos mecanismos de solidariedade global na defesa dos direitos humanos em cenários de crise. Nesse sentido, como destaca Eda Castro Lucas de Souza (2002), a construção de um Estado preparado para o século XXI exige a presença de componentes essenciais, como eficiência, democratização, responsabilidade, resultados concretos e gestores comprometidos com o interesse público e com o cidadão. Tais elementos são fundamentais para garantir a efetivação dos direitos sociais em um mundo cada vez mais interdependente e globalizado.

Para garantir o progresso da missão do governo transitório, “em dezembro de 1999, Sérgio Vieira de Mello estabeleceu o Conselho Nacional Consultivo (CNC), por meio do regulamento UNTAET REG 1999/2. Inicialmente presidido por Xanana Gusmão e, a partir de abril de 2001, por Manuel Carrascalão, o Conselho era composto por quinze membros e tinha como principal objetivo auxiliar a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste

¹²⁹ Sérgio Vieira de Mello foi um diplomata e filósofo brasileiro, funcionário da Organização das Nações Unidas (ONU) por 34 anos, tendo assumido o cargo de Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos em 2002.

¹³⁰ https://pt.wikipedia.org/wiki/Administra%C3%A7%C3%A3o_Transit%C3%B3ria_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas_em_Timor-Leste acessou o dia 19 de Junho de 2024

(UNTAET) na condução do processo de transição para a independência. Entre suas funções estavam prestar consultoria e aconselhamento à UNTAET, facilitar a comunicação entre a sociedade civil timorense, promover a participação popular na construção do Estado, contribuir para a formulação de políticas públicas e monitorar o progresso do processo de transição. Dessa forma, o Conselho Nacional Consultivo (CNC) desempenhou um papel crucial na construção de um Estado inclusivo, representativo e pacífico¹³¹. A política de participação popular na construção do Estado em Timor Leste representou um processo essencial por meio do qual o povo timorense buscou edificar um novo Estado fundamentado nos princípios democráticos e na vontade popular. Essa participação foi crucial para assegurar os Direitos Humanos em todas as esferas da vida civil, política, social, econômica e cultural consolidando, assim, uma base sólida para a justiça, a inclusão e a dignidade de todos os cidadãos. Segundo José Bernardo Toro A, Nisia Maria Duarte Werneck (2004) afirmam que a democracia representa a escolha coletiva de uma sociedade em edificar e sustentar uma ordem social que garanta os Direitos Humanos e uma vida digna para todos.

Os pesquisadores Gabriela Picinini da Silva, Isabela Marcon Ciceri et. al (2021) destacam que o mandato da UNTAET incluiu temas fundamentais para orientar a missão, como os aspectos político-administrativos e de segurança relacionados à administração transitória em Timor Leste. Nesse contexto, destacou-se a importância de ajudar na capacitação dos timorenses para o autogoverno, estabelecer uma administração eficaz no país e apoiar o desenvolvimento de serviços civis e sociais. Entretanto, segundo Ronaldo Barcellos Ferreira de Araujo (2016) salienta que o mandato foi estabelecido conforme a Resolução N° 1272, de 25 de outubro de 1999, e previa, basicamente, responsabilizar-se pela administração do Timor Leste e tinha o poder de exercer total autoridade, inclusive da administração da Justiça. É justo lembrar que, com a retirada das autoridades indonésias, não havia qualquer estrutura de estado estabelecida. A UNTAET tinha as seguintes missões:

- Prover a segurança e manter a lei e a ordem em todo o território do Timor Leste;
- Estabelecer uma administração efetiva;
- Auxiliar no desenvolvimento dos serviços sociais e civis;
- Assegurar a coordenação e a prestação de assistência humanitária e reabilitação;
- Apoiar a criação de uma estrutura local autogovernável e
- Auxiliar no estabelecimento das condições de um desenvolvimento autossustentável.

Através da Directiva da UNTAET n.º 3/2001, de 31 de Março, foram criadas treze comissões constitucionais (uma por cada distrito administrativo), compostas inteiramente por

¹³¹ https://en.wikipedia.org/wiki/United_Nations_Administered_East_Timor, acesso no dia 19 de Junho de 2024

timorenses (em número de 5 a 7) assessorados por peritos nacionais e internacionais, para, funcionando entre 1 de Abril e 15 de Julho de 2001, recolherem opiniões do povo sobre as questões essenciais da futura Constituição do País, elaborando e apresentando relatórios escritos, não vinculativos, ao Administrador Transitório e à Assembleia Constituinte¹³². Entretanto, no dia 30 de agosto de 2001, realizou-se uma eleição por sufrágio direto e universal, na qual a FRETILIN venceu, obtendo 57,4% dos votos para a Assembleia Constituinte. A principal missão da Assembleia era elaborar a Constituição do novo país. Após o cumprimento dessa tarefa, a Assembleia Constituinte foi transformada no primeiro Parlamento Nacional de Timor Leste, assumindo as funções legislativas e inaugurando a estrutura de governança do Estado recém-independente. Em 14 de abril de 2002, ocorreu a eleição presidencial, na qual Kay Rala Xanana Gusmão foi eleito presidente da República Democrática de Timor Leste (RDTL) com mais de 82% dos votos. Em seguida, nomeou Marí Alkatiri como primeiro-ministro (DURAND, 2009, p.149).

3.4. Legitimação internacional da independência

Segundo James Crawford (2006) afirma que o reconhecimento de um Estado é um ato político influenciado por interesses internacionais e, embora não obrigatório para sua existência jurídica, é crucial para sua funcionalidade no sistema internacional. A legitimação da independência nacional baseia-se no direito à autodeterminação, limitado pelo respeito à integridade territorial dos Estados existentes. O direito à secessão ocorre em contextos como colapsos estatais ou opressão, exigindo controle efetivo e reconhecimento internacional. O autor Napoleão Miranda (2004) salienta que a soberania expressa a capacidade do Estado de manter a ordem interna e lidar com outros Estados no plano internacional. Internamente, ela se traduz na supremacia sobre as demais forças sociais; externamente, baseia-se em um equilíbrio sempre instável entre os Estados, com a guerra como instrumento regulado por tratados de Direito Internacional, que asseguram uma igualdade formal entre eles na ordem jurídica global. Entretanto, “a Assembleia Constituinte de Timor Leste recomendou que o dia 20 de maio de 2002 fosse oficialmente estabelecido como a data para a transferência dos poderes de soberania ao governo do país. A proposta recebeu apoio internacional e, em 31 de outubro de 2001, o Conselho de Segurança da ONU elogiou os avanços políticos em Timor Leste, apoiando a recomendação da Assembleia para a proclamação da independência nessa data”¹³³.

Isso significa que o processo de restauração da independência de Timor Leste foi reconhecido por outros Estados, uma vez que a existência de sua soberania atendia aos critérios

¹³² <https://timor-leste.gov.tl/?cat=25&lang=pt> acesso no dia 19 de Junho de 2024

¹³³ <file:///C:/Users/service%20sam/Downloads/bf783748-5fda-498f-a8bc-8d92f31378c2.pdf>, acesso no dia 24 de junho de 2024

fundamentais estabelecidos pelo direito internacional. Entre esses critérios estão a presença de uma população permanente, um governo definido e a capacidade de estabelecer e manter relações com outros Estados. Segundo John Dugard (1987) destaca que no direito internacional, o reconhecimento de Estados é interpretado a partir de duas principais teorias: a declarativa e a constitutiva. A teoria declarativa sustenta que um Estado existe juridicamente independentemente de ser reconhecido por outros, desde que atenda a critérios fundamentais, como a existência de um território definido, uma população permanente, um governo efetivo e a capacidade de manter relações internacionais. Em contrapartida, a teoria constitutiva argumenta que o reconhecimento por outros Estados é indispensável para que um ente seja considerado sujeito de direito internacional.

Imagem 20 – Secretário-Geral da ONU, acompanhado pelo presidente da RDTL, Xanana Gusmão, discursa na cerimônia de restauração da independência de Timor Leste, em 20 de maio de 2002.



Fontes: <https://www.youtube.com/watch?v=Hmk8GZsyISU>

No dia 20 de maio de 2002, Timor Leste declarou oficialmente sua independência e empossou seu primeiro presidente, o ex-guerrilheiro Xanana Gusmão, em uma cerimônia realizada em Tasi Tolu, na capital Díli. O evento contou com a presença de representantes de mais de 90 países, incluindo a presidente da Indonésia, Megawati Sukarnoputri, o ex-presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, e o secretário-geral da ONU, Kofi Annan. Ao som da canção “Ó, Liberdade”, cerca de 100 mil pessoas muitas vestidas de branco e segurando velas acompanharam emocionadas o hasteamento da bandeira do mais novo Estado do mundo, nas cores vermelho, preto e amarelo, com uma estrela branca. Em seu discurso de posse, Xanana Gusmão afirmou que o passado “não deve continuar a manchar nossos espíritos e impedir nossas atitudes e nossa conduta”, referindo-se aos 24 anos de ocupação indonésia. Em língua indonésio, acrescentou: “Poderei perdoar, mas não esquecer”. Ele mais destacou que ainda a situação de extrema pobreza do país, um dos mais pobres do mundo, e declarou: “Nossa independência não terá nenhum valor se o povo de Timor Leste continuar a passar todo tipo de dificuldade”. E

concluiu com firmeza “Conseguimos nossa independência para melhorar nossas vidas”¹³⁴.

Isso significa que, politicamente, Timor Leste já conquistou sua independência e se afirma como uma nação soberana. No entanto, ainda enfrenta desafios significativos para libertar seu povo nos aspectos econômico, social e cultural, devido ao legado deixado pelo período colonial e pela ocupação indonésia, que mantiveram grande parte da população em condições de miséria e fome endêmica. Nesse sentido, como afirma Amílcar Cabral (1974), a luta de libertação não deve se restringir à conquista do poder político, mas deve estender-se aos domínios econômico, cultural e social. A verdadeira independência só é alcançada quando o povo assume o controle sobre seus próprios recursos, valoriza sua cultura e transforma suas condições de vida. Isso implica não apenas a expulsão do colonizador, mas também o rompimento com as estruturas de dominação impostas, visando à construção de um projeto nacional baseado na justiça social, na valorização da identidade cultural e na participação ativa das massas populares.

Além disso, o então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, destacou em seu discurso que, em 20 de maio, com a proclamação da independência de Timor Leste, um governo e um parlamento experientes já estavam estabelecidos. No entanto, ressaltou que essa conquista representava apenas o início de grandes desafios para o novo Estado. Segundo ele, a comunidade internacional não poderia abandonar Timor Leste nesse momento decisivo, devendo oferecer apoio efetivo para garantir que os primeiros anos de independência fossem marcados por estabilidade e progresso. Para isso, uma nova missão de paz das Nações Unidas daria suporte em áreas essenciais, como administração pública, segurança interna e justiça, com previsão de retirada gradual em dois anos. Kofi Annan também enfatizou a importância da manutenção de boas relações com os países vizinhos, especialmente com a Indonésia, para resolver questões pendentes como a definição das fronteiras, a situação dos refugiados em Timor Ocidental e a responsabilização pelos crimes cometidos em 1999. Por fim, reafirmou o compromisso da ONU com o futuro de Timor Leste, afirmando que aquele momento marcava não um fim, mas um novo começo para a jovem nação¹³⁵.

A cerimônia de restauração da independência de Timor Leste, realizada no dia 20 de maio de 2002, diante do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, e de representantes da comunidade internacional, representou a legitimação da independência do país no cenário internacional. Esse momento marcou o reconhecimento de Timor Leste como um Estado soberano, com autoridade legítima estabelecida pelas suas próprias leis e pela Constituição,

¹³⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2005200208.htm>, acesso no dia 25 de junho de 2024

¹³⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1905200212.htm>, acesso no dia 25 de junho de 2024

dentro dos limites do seu território nacional. Segundo Jorge Vieira da Silva (2002), afirma que o poder do Estado está, contudo, limitado ao seu próprio território. Sua autoridade é legitimada pelas leis e pela Constituição, sendo o espaço nacional o âmbito de sua atuação. A soberania estatal não ultrapassa essas fronteiras territoriais. Do ponto de vista formal, os direitos de cidadania são exercidos dentro desses limites. Quando cidadãos se encontram em outros países, as garantias a eles oferecidas dependem de acordos diplomáticos ou do uso da força, seja por meio de intervenção militar, seja por pressões ou sanções econômicas.

Entretanto, “no dia 23 de maio de 2002, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, após examinar o pedido formal da República Democrática de Timor Leste para sua admissão (S/2002/558), recomendou à Assembleia Geral que o país fosse aceito como membro pleno da organização. Essa recomendação representou um passo decisivo para a consolidação do reconhecimento internacional da soberania timorense e sua integração oficial à comunidade das nações”¹³⁶. O Thiago Carvalho Borges (2004) salienta que juridicamente, a soberania é um princípio fundamental para a existência do Estado, representando tanto um poder emanado do povo quanto uma diretriz normativa para o exercício do poder estatal. Contudo, não pode mais ser vista como um poder absoluto e inquestionável. Na era da globalização, a soberania assegura a independência do Estado na ordem internacional, mas exige a aceitação de concessões necessárias para promover um relacionamento harmonioso com outros Estados soberanos.

¹³⁶<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/UNMembers%20SRES1414.pdf>, acesso no dia 26 de junho de 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho inicia-se com a lembrança da experiência histórica do colonialismo e da resistência vivida pela minha família: pais, tios e tantos outros timorenses pobres, oprimidos e nacionalistas que participaram ativamente do processo de independência de Timor Leste, tanto no final do período colonial quanto durante a ocupação indonésia. Suas experiências representam a luta coletiva de um povo por liberdade, dignidade e autodeterminação. A trajetória pela independência foi marcada por inúmeros desafios, enfrentados por homens e mulheres que, mesmo sob repressão e exclusão, mantiveram viva a esperança de um país soberano.

Partindo desse contexto vivencial, a pesquisa fundamenta-se no entendimento de que a experiência histórica compreendida como o modo pelo qual os sujeitos vivenciaram, resistiram e interpretaram os acontecimentos históricos foi essencial para a formação de uma consciência nacional e para o fortalecimento da identidade coletiva timorense. Assim, este trabalho busca evidenciar como as vivências concretas de opressão, violência e exploração, tanto durante o colonialismo português quanto na ocupação indonésia, não resultaram apenas em sofrimento, mas também impulsionaram respostas organizadas, estratégias de resistência e a construção de esperanças compartilhadas, fundamentais para a conquista da independência e para a afirmação da soberania nacional.

No entanto, a experiência histórica do período de colonização portuguesa em Timor Leste foi uma das principais causas que motivaram os timorenses a lutar pela independência, especialmente no contexto da Revolução dos Cravos 25 de abril de 1974 em Portugal, que criou uma oportunidade para que os timorenses decidissem o futuro político de Timor Leste. Ao fim desse processo, em 28 de novembro de 1975, a FRETILIN proclamou unilateralmente a independência de Timor Leste.

No dia 7 de dezembro de 1975, a Indonésia invadiu Timor Leste, utilizando como justificativa o contexto da guerra civil entre a União Democrática Timorense (UDT) e a FRETILIN, ocorrida no mesmo ano. Além disso, a invasão foi influenciada pela geopolítica da Guerra Fria, marcada pela rivalidade entre o bloco de esquerda e o bloco de direita. Naquele momento, a Indonésia acusou a FRETILIN de ser um movimento comunista e de promover a propagação do comunismo no Sudeste Asiático, alegando que isso gerava instabilidade na região. Com base nesse argumento, países como os Estados Unidos da América, a Austrália e o Reino Unido apoiaram a Indonésia, tanto no aspecto logístico-militar quanto político, durante a ocupação forçada do território de Timor Leste.

No início da invasão indonésia a Timor Leste, em 7 de dezembro de 1975, foi lançada a Operação SEROJA, comandada pelo general Benny Moerdani. Essa ofensiva contou com o uso

massivo de equipamentos militares modernos, como aviões de combate, navios de guerra, paraquedistas, tanques e armas automáticas, numa tentativa de rápida ocupação do território. Em resposta, o recém-proclamado governo da República Democrática de Timor Leste (RDTL), com o apoio da FRETILIN e das FALINTIL, organizou uma resistência armada baseada em estratégias e táticas de guerra convencional, tanto ofensivas quanto defensivas. Essas estratégias e táticas foram adaptadas à realidade do território timorense e às capacidades da resistência popular, conforme as circunstâncias políticas e militares da época. Nesse sentido, o segundo Samora Machel (1975) destaca que a luta armada de libertação nacional exigia o domínio tanto de estratégias defensivas quanto ofensivas, ajustadas à realidade do território e à capacidade das forças populares, sobretudo nas fases em que o movimento revolucionário já havia consolidado zonas libertadas e buscava ampliar seu controle político e militar.

Em setembro de 1977, a Indonésia alterou sua estratégia militar e lançou a primeira de uma série de campanhas de cerco e aniquilamento, que inicialmente foi recebida com certo otimismo pela equipa dirigente timorense. As forças indonésias utilizaram aviões Bronco OV-10 e artilharia pesada para bombardear extensas áreas densamente povoadas, com o objetivo de massacrar a população civil, destruir habitações, plantações, colheitas e propriedades, visando enfraquecer a resistência e controlar o território. A destruição nas zonas produtivas e a perda do gado provocaram uma grave crise humanitária, pois a população capturada era deixada à fome ou submetida a execuções sumárias, incluindo crianças e bebês mortos a sangue frio. Em contrapartida, as FALINTIL adotaram a guerra de movimento para manter a mobilidade de suas forças, evitar o cerco das tropas indonésias e proteger tanto a liderança quanto a população, deslocando-se constantemente pelas montanhas e matas de Timor Leste. Segundo Amílcar Cabral (1974) destaca que a guerra de libertação exige a manutenção da mobilidade das forças armadas para evitar o cerco inimigo, garantir a sobrevivência dos combatentes e preservar o apoio popular, adotando estratégias de guerra de movimento adaptadas às condições do território.

Para os indonésios, a queda do Monte Matebian e a morte de Nicolau Lobato, em dezembro de 1978, representaram a vitória militar sobre a FRETILIN e o suposto fim da resistência organizada. No entanto, para os timorenses, esse episódio marcou apenas uma pausa estratégica. As FALINTIL continuaram a luta armada nas montanhas, enquanto a população civil foi orientada pelo CCF a integrar-se às vilas controladas pelos indonésios, como forma de preservar vidas e garantir a continuidade da resistência. Essa nova diretriz representou uma rendição condicional, imposta pela brutalidade da estratégia de cerco e aniquilamento levada a

cabo pelas forças invasoras. Ainda assim, o compromisso com a independência permaneceu vivo entre os combatentes e a população, reafirmado pelo lema: “pátria ou morte, venceremos”.

Após a destruição das bases de apoio da resistência da FRETILIN em 1979, as autoridades da ocupação indonésia passaram a implementar programas voltados ao chamado “desenvolvimento regional”. Esse programa foi utilizado estrategicamente como uma ferramenta política da ocupação, com o objetivo de consolidar o domínio sobre Timor Leste e legitimar sua anexação junto à população e à comunidade internacional. Paralelamente à promoção desses projetos, o exército indonésio adotou a tática dos campos de concentração como parte de sua estratégia de controle e repressão. O principal objetivo desses campos era a triagem da população rendida, frequentemente acompanhada de castigos severos e, em alguns casos, da execução sumária. “A política indonésia de transferir grandes números de civis das montanhas para zonas sob controle militar visava separar a população da resistência armada, permitindo às forças indonésias maior liberdade de ação para perseguir e destruir os guerrilheiros. Estas transferências deram origem aos chamados ‘campos de realojamento’, caracterizados por superlotação, escassez de alimentos, vigilância constante, trabalho forçado e punições severas, sendo parte de uma estratégia deliberada de controle e repressão da população” (CAVR, 2005, p. 93).

Nesse contexto, entre 1979 e 1980, após a intensificação das campanhas de cerco e aniquilamento, a resistência timorense entrou em um período de silêncio estratégico. A FRETILIN e as FALINTIL, enfraquecidas por grandes perdas, evitaram confrontos diretos e priorizaram a sobrevivência, concentrando-se na reorganização interna e na adaptação às novas condições impostas pela ocupação indonésia. Entretanto, em 1979, o comando das FALINTIL iniciou a retomada da resistência nas montanhas, destacando-se as ações na ponta leste, como em Ko’oleu/Loré, no Posto Administrativo de Lospalos. Em 1980, foi criada uma nova companhia do Destacamento de Ligação Nacional (DESTLIG), sob a liderança de José Henrique “Co’o Suso-Rojas” e Domingos “Joni-Metan”. Durante esse período de silêncio, a FRETILIN e as FALINTIL adotaram uma postura de resistência silenciosa, com o objetivo de observar os movimentos do inimigo, refletir sobre os erros do passado e buscar novas estratégias para garantir a continuidade e a eficácia da luta de libertação nacional.

Após um período de silêncio e reorganização no final de 1981, em 1982 o Comandante Kayrala Xanana Gusmão lançou um plano nacional de resistência armada com o objetivo de manter o combate contra as forças invasoras em todo o território timorense. Essa estratégia de guerrilha evidenciou para as populações das vilas e para a comunidade internacional que a luta da FRETILIN pela independência nacional continuava firme. A resistência das FALINTIL, baseada na retomada da luta armada por todo o país, perdurou até 1986. Durante esse período, a

guerra prolongada foi marcada pela reorganização das forças de resistência, que buscavam recuperar o controle dos territórios dominados pelas tropas indonésias. No plano militar, essa reorganização resultou na adoção de novas táticas, como o uso de guerrilhas móveis, permitindo que os combatentes timorenses, apesar da inferioridade numérica, intensificassem os confrontos e provocassem uma repressão ainda mais violenta por parte da Indonésia. No plano social, os impactos foram profundos: a população civil sofreu deslocamentos forçados e uma grave crise humanitária. Contudo, esse contexto também fortaleceu a resistência civil, que mobilizou apoio local e internacional, mantendo viva a identidade nacional e o anseio pela independência.

Desde o início da invasão indonésia, a FRETILIN adotou uma estratégia de resistência que buscava apoio internacional para legitimar a independência proclamada em 28 de novembro de 1975. Essa atuação incluiu ações diplomáticas, participação em conferências e uso da mídia global. Para isso, delegou representantes ao exterior, como José Ramos-Horta, Marí Alkatiri e outros líderes timorenses. A resistência diplomática, no período de 1975 a 1989, enfrentou diversos obstáculos, como o bloqueio inicial à presença internacional em Timor, seguido por uma abertura controlada à observação externa por parte do governo indonésio.

Além da resistência armada e diplomática, a luta timorense ganhou força com a criação da Frente Clandestina, que articulava guerrilheiros, civis e apoiadores externos. Em 1993, sob a liderança de Xanana Gusmão, foi criado o Conselho da Frente Clandestina (CLFC) para fortalecer a organização interna e dar continuidade à luta. Essa estratégia contribuiu para a unidade nacional. Nesse contexto, a Igreja Católica de Timor Leste passou a ter um papel fundamental, com padres e o bispo usando as homilias para apoiar a resistência e a causa da independência.

A estratégia de resistência dos timorenses passou por uma mudança significativa, priorizando a promoção da unidade nacional como forma de fortalecer a resistência clandestina no interior do país. No entanto, em outubro de 1989, a Indonésia adotou uma nova abordagem estratégica, permitindo a entrada de delegações da comunidade internacional em Timor Leste. Essa abertura, inicialmente pensada como uma vantagem para a ocupação, acabou sendo aproveitada pela resistência timorense como uma oportunidade na frente diplomática. A presença internacional no território permitiu a mobilização da sociedade civil global e fortaleceu uma diplomacia baseada em princípios humanitários em favor da independência. Por meio de denúncias sistemáticas das violações de direitos humanos e da pressão sobre organismos internacionais, a resistência contribuiu para o crescente isolamento político da Indonésia.

Entretanto, em abril de 1998, os líderes timorenses no exterior ampliaram a frente comum e reforçaram sua posição nacionalista e democrática com a criação do Conselho Nacional da

Resistência Timorese (CNRT). O objetivo era unificar diferentes grupos da resistência, incluindo a FALINTIL como braço armado, a Frente Clandestina e os representantes políticos no exílio, além de mobilizar o apoio da comunidade internacional para pressionar a Indonésia e buscar uma solução pacífica para a autodeterminação de Timor Leste. Como resultado desse esforço articulado, o referendo de 1999 possibilitou ao povo timorense decidir livremente pela autodeterminação, culminando com a restauração da soberania nacional em 2002.

A promoção da unidade nacional dos timorenses foi uma estratégia essencial para unir todos os nacionalistas timorenses na luta contra a ocupação indonésia. Nesse contexto, a Frente Clandestina adotou a chamada “política de indonização” como forma de enfraquecer a estratégia militar do inimigo. O fortalecimento dessa unidade visava integrar timorenses de diferentes ideologias políticas, inclusive aqueles que inicialmente se opunham à FRETILIN, com o objetivo comum de alcançar a independência. Como parte dessa estratégia, a guerrilha urbana tornou-se uma tática importante, composta por ações clandestinas lideradas principalmente por jovens nas cidades. Essas ações incluíam a distribuição de panfletos, organização de protestos, sabotagens e coleta de informações para apoiar a luta armada nas montanhas. Atuando em redes discretas, esses grupos foram fundamentais para manter viva a resistência em meio à intensa vigilância e repressão imposta pelo exército indonésio.

O resultado da consulta popular foi anunciado pelo Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, em 4 de setembro de 1999, confirmando que a maioria da população timorense escolheu a independência de Timor Leste, rejeitando a proposta de autonomia sob a administração da Indonésia. Esse resultado representou uma vitória histórica da resistência timorense, que lutou durante 24 anos pela autodeterminação. No entanto, grupos pró-Indonésia, como as milícias apoiadas pelo exército indonésio, reagiram com violência, promovendo massacres contra a população civil e destruindo infraestruturas em diversas regiões do território timorense, como forma de retaliação por terem perdido no referendo. Como consequência, muitos timorenses foram forçados a se refugiar nas regiões de Kupang e Atambua, na Indonésia. Diante da grave situação, a ONU intensificou a pressão sobre o governo indonésio, e o então presidente Bacharuddin Jusuf Habibie aceitou o envio de uma força internacional de paz. Assim, a Força Internacional para o Timor Leste (INTERFET), sob comando australiano, desembarcou em Díli em 20 de setembro de 1999. A atuação da INTERFET foi decisiva para o restabelecimento da segurança no território, especialmente até o início de outubro daquele ano.

Em 25 de outubro de 1999, o Conselho de Segurança das Nações Unidas estabeleceu oficialmente a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET), por meio da Resolução 1272, tendo como líder o diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello.

Conforme essa resolução, a UNTAET foi incumbida não apenas da administração geral do território, mas também da manutenção da ordem pública, da criação de uma administração eficaz, do desenvolvimento dos serviços civis e sociais, da coordenação da ajuda humanitária e da promoção do autogoverno. Além dessas funções, cabia à missão contribuir para o desenvolvimento sustentável da economia local, colaborando com a população timorense na construção das bases de um Estado independente e funcional. Nesse contexto, a UNTAET desempenhou um papel fundamental ao facilitar a comunicação entre os diferentes setores da sociedade civil, promovendo a participação popular no processo de construção de um Estado inclusivo, representativo e pacífico, alicerçado em princípios democráticos e na vontade soberana do povo timorense.

Em 31 de outubro de 2001, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, por meio da declaração presidencial S/PRST/2001/32, acolheu a recomendação da Assembleia Constituinte de Timor Leste para a restauração da sua independência. No dia 20 de maio de 2002, Timor Leste declarou oficialmente sua independência e empossou seu primeiro presidente, o ex-guerrilheiro Xanana Gusmão, em uma cerimônia realizada em Tasi Tolu, na capital Díli. O evento contou com a presença de representantes de mais de 90 países, incluindo a presidente da Indonésia, Megawati Sukarnoputri, o ex-presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, e o secretário-geral da ONU, Kofi Annan. Poucos dias depois, em 23 de maio de 2002, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, após examinar o pedido formal da recém-proclamada República Democrática de Timor Leste para sua admissão (S/2002/558), recomendou à Assembleia Geral que o país fosse aceito como membro pleno da organização. Essa recomendação representou um passo decisivo para a consolidação do reconhecimento internacional da soberania timorense e sua integração oficial à comunidade das nações.

Após concluir este trabalho, tenho plena consciência de que ainda há muito a se dizer, considerando que os dados dos objetos da minha pesquisa ainda não foram devidamente armazenados na base de dados do Arquivo e Museu da Resistência Timorense (AMRT). Além disso, enfrentei dificuldades relacionadas ao tempo e a limitações financeiras, que impediram uma investigação mais aprofundada em fontes orais no campo de pesquisa em Timor Leste.

No entanto, mesmo diante das limitações, acredito que recuperamos os eventos em torno do processo de independência do Timor Leste, assegurando maior reflexão para as lutas de resistência que atravessaram o período colonial e de invasão da Indonésia.

BIBLIOGRAFIA

- Aguilar, Sérgio Luiz Cruz. *O Conflito e Aconstrução do Estado no Timor Leste*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019.
- Almeida, Miguel Vale de. *Timor-Leste e a catarse pós-colonial portuguesa*. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 55, p. 7-26, 1999.
- Amorim, Fernando de Oliveira. *Uma experiência de mobilização e resistência dos movimentos sociais no processo de planejamento urbano: o Projeto Nova Luz em São Paulo*. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- Apoema, K. *De aprendiz a mestre da palavra: tornar-se lia-na'in nos anos de luta e restauração da independência em Timor Leste (1975-2002)*. 2020.
- Araujo, Ronaldo Barcellos Ferreira de. *Timor-Leste, uma missão de sucesso: contribuições do Brasil para esse sucesso*. 2016.
- Arendt, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- Borges, Thiago Carvalho. *Curso de direito internacional público*. 2004.
- Cabral, Amílcar. *A arma da teoria*. Portugal: Execução Gráfica de Editorial “Avante”, 1984
- Cabral, Amílcar. *A Cultura Nacional. Edição do Departamento de Informação, Propaganda e Cultura do C. C. do PAIGC*. Avante, SARL, Portugal, 1984.
- Cabral, Amílcar. *Análise de Alguns Tipos de Resistência*. Edição do do PAIGC. Imprensa Nacional, Bolama, 1979.
- Cabral, Amílcar. *Libertação nacional e cultura. Malhasqueos Impérios tecem. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais, Edições*, v. 70, p. 355-375, 2011
- Cabral, Amílcar. *Princípios do Partido e a Prática Política*. Execução gráfica de Editorial « Avante », SARL, Portugal, 1983
- Cabral, Amílcar. *Unidade e luta: textos escolhidos*. Lisboa: Seara Nova, 1974.
- Carneiro, João Yerab Moura; Gallo, Carlos Artur. *A colonização portuguesa em Timor-Leste: uma aproximação*. XXXII Congresso de Iniciação Científica, 2023.
- Carvalho, Letícia; Duarte, Geraldine Rosas. *Consequências indesejadas das operações de paz de estabilização: estudo da atuação da MONUSCO na RDC*. **Conjuntura Austral**, v. 13, n. 62, p. 110-126, 2022.
- Che Guevara, E.** *Obras escolhidas (1928-1967)*. Traduzido por Gabriel Borges. Edições Monoel Lisboa, (2022).
- Ciceri, Isabela Marcon et al. *A Abrangência dos Mandatos para as Missões de Administração Transitória Expedidos pelo CSNU: os Casos da UNTAES e da UNTAET*. **Revista Perspectiva:**

reflexões sobre a temática internacional, v. 14, n. 27, 2021.

Clausewitz, Carl von. *Da Guerra*. Tradução de José Augusto de Aguiar. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

Coelho, João Paulo Borges. *África, os Portugueses e a Modernidade*. Lisboa: Vega, 2002.

Correia, Z. D. *Papel centro Pilotu Nú. 3 Bazartete ba kaderizaun quadros politiku FRETILIN hodi kontribui ba luta libertasaun nacional Timor-Leste período 1975-1978 iha base de apoio*. DDC-FCS-UNTL, 2023. Monografia-Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, Dili. 2023.

Crawford, James. *The Creation of States in International Law*. Oxford: Clarendon Press, 2006

Cunha, João Jolano Carneiro da. *a Questão de Timor-Leste: Origem e Evolução*. Brasília:FUNAG/IRBr.2001.

Da Fonseca, Danilo Ferreira. *Colonialismo, independência e revolução em Frantz Fanon*. 2015.

De Almeida, Fábio Chang. *A direita radical em Portugal: da Revolução dos Cravos à era da internet*. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 41, n. 1, p. 98-125, 2015.

De Luca Tania Regina. *Práticas de Pesquisa em História*. 1.ed. 3ª reimpressão. São Paulo. Contexto, 2023.

De Sousa Santos, Boaventura. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Autêntica, 2019.

De Sousa, Domingos Francisco de Jesus. *A Ocupação Indonésia e a Resistência Timorese (1975-2002)*. 2018. Tese de Doutorado. ISCTE-Instituto Universitario de Lisboa (Portugal).

De Souza, Eda Castro Lucas. *A capacitação administrativa e a formação de gestores governamentais*. **Revista de administração pública**, v. 36, n. 1, p. 73 a 88-73 a 88, 2002.

Dos Santos Freitas, Bendito. *O processo do desenvolvimento da educação em Timor-Leste. Visão retrospectiva e perspectivas futuras*. **Povos e Culturas**, n. 19, p. 499-512, 2015.

Duarte, António Paulo. *Estratégia: origem e fundamento*. **Nação e Defesa**, 2013.

Dugard, John. *Recognition and the United Nations*. Cambridge: Grotius Publications, 1987.

Durand, F. *História de Timor Leste: da pré-história à atualidade*. Lisboa: Lidel Edições Técnicas, 2009.

Durand, Frédéric; Doyon, Stéphane. *Cronica de uma anexação hesitante: a invasão do Timor Português pela Indonésia, 1974-1976*. **Timor-Leste: Colonialismo, Descolonização, Lusotopia**, n. 117, p. 329-351, 2016.

Duroselle, Jean Baptiste. *Todo império perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília: Impresso no Brasil, 1992.

Engels, Friedrich. *origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução de Leandro Conder. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A.1984.

- Falé, Maria Filomena Dias. *O desbravador de caminhos (a diplomacia de Amílcar Cabral aplicada à diplomacia pela humanidade)*. 2022. Dissertação de Mestrado. ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (Portugal).
- Fanon, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Tradução de Eduardo D. de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- Faria, José Henrique De; Ragnini, Elaine Cristina Schmitt; Brüning, Camila. *Deslocamento humano e reconhecimento social: relações e condições de trabalho de refugiados e migrantes no Brasil*. **Cadernos Ebape. BR**, v. 19, p. 278-291, 2021.
- Feijó, Rui Graça. *Os bastidores da Lei de Descolonização de Timor. Interação entre Portugal e os movimentos nacionalistas timorenses*. **Ler História**, n. 80, p. 17-40, 2022.
- Fernandes, Clinton. *The independence of east Timor: Multi-dimensional perspectives-occupation, resistance, and international political activism*. 2021.
- Figueiredo, Fernando Augusto. *Da descolonização inacabada ao limiar da independência*. **Povos e Culturas**, n. 19, p. 275-298, 2015.
- Finatto, Roberto Antônio; Salamoni, Giancarla. *Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS*. **Sociedade & Natureza**, v. 20, p. 199-217, 2008.
- Foucault, Michel. *Segurança, Território, População: curso no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- Freire, Paulo. *Conscientização*. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1921
- Freire, Paulo**. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. Tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- Gagliato, Márcio. *Timor-Leste e a ocupação Indonésia: a religião como operador de resistência*. 2008.
- Gahyva, Helga. *Notas Sobre o Conservadorismo: elementos para a definição de um conceito*. **Política & Sociedade**, v. 16, n. 35, p. 299–320-299–320, 2017.
- Galvão, Ana Paula; Faria, Julia Finco; Bettega, Thiago Nascimento. *Guerra de posição e novas juridicidades*. **Cadernos de iniciação científica**, v. 2, n. 1, 2017.
- Gaspar, Carlos. *Democracia e a independência de Timor-Leste*. **Povos e Culturas**, n. 19, p. 299-321, 2015.
- Ghon, Maria da Glória; Bringel, Breno. *Movimentos sociais na era global*. Brasil: Editora Vozes, 2012.
- Giap, Vo Nguyen. *Manual de estratégia subversiva*. **Edições Sílabo**, 2005.

- Gramsci, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques e Carlos Nelson Coutinho. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 6 v
- Graziano, Valéria Teixeira. *Construção do estado e identidades em Timor-Leste: uma contribuição para o debate sobre a atuação da comunidade internacional nos contextos de pós-conflito armado*. 2014.
- Grosfoguel, Ramón. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.
- Guevara, Ernesto Che. *A guerra de guerrilhas*. 2. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009
- Hagemeyer, Rafael Rosa. *A Internacional: sentidos dissonantes no Hino dos Trabalhadores durante a Guerra Civil Espanhola*. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 36, 2008.
- Hague, Ray. *International law and the use of force*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- Jesus, José Neves. *Timor-Leste: da guerra à construção da paz*. Lisboa: Edições Colibri, 2006.
- Keegan, John. *Uma história da guerra*. Tradução de Leonel Vallandro. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- Kelsen, Hans. *Teoria geral do direito e do Estado*. Tradução de Maria Celina D'Araújo. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- Lamarca, Cláudia. *A política externa australiana para o Timor Leste (1975-1999)*. **PUC-RIO: Rio de Janeiro**, 2003.
- Leal, Fernando DEça. *A guerra irregular—a conspiração do silêncio no século XXI*. **Revista Militar**, p. 1.579-1.611, 2011.
- Lenin, V. *Que Fazer?: As Questões*. Paris: Editions Socialis, 1969
- Lênin, Vladimir Ilitch**. *O que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. Tradução de Nicanor Coelho. São Paulo: Hucitec, 1988.
- Luiz, Felipe. *O conceito de estratégia em Michel Foucault: a genealogia do poder*. **Outramargem: revista de Filosofia**, v. 7, n. 10, 2020.
- Machel, Samora. *Nós armaremos o povo*. Lisboa: Edições 70, 1975
- Magalhães, António Barbedo. *O movimento pró-democracia indonésio e a solidariedade internacional: sua importância para a autodeterminação de Timor Leste*. **Povos e Culturas**, n. 7, p. 73-115, 2001
- Magnus, Bianca Obetina. *Independência ou morte: articulações internacionais da FRETILIN na luta pela independência de Timor-Leste (1974-1975)*. 2023.

- Maia, Hélio José Santos; De Oliveira, Urânia Auxiliadora Santos Maia. *Visitando obras historiográficas do Império Lusitano na Oceania: Um recorte da história de Timor-Leste*. **Maracanan**, n. 25, p. 213-229, 2020.
- Mao Tse-Tung**. *A guerra de guerrilhas*. Traduzido por Samuel B. Griffith. Marine Corps: Washington, 1989.
- Mao, Tsé-Tung. *Sobre a guerra prolongada*. Pequim: Edições em Línguas Estrangeiras, 1938.
- Mao, Tsé-Tung. *Sobre a prática: sobre a contradição*. 1967. Tradução de José Maurício Gradel. Rio de Janeiro: Centauro, 2008.
- Margarita Rosa Gaviria, M. *Controle social expresso em representações sociais de violência, insegurança e medo*. **Sociologias**, p. 72-107, 2008.
- Marighella, Carlos. *Manual do guerrilheiro urbano*. **Digitalizado em**, 2003
- Mário Baptista “Bersama” *ocupação, as falintil na resistência à.; de restauração, indonésia no processo; da independência, de timor-leste*. Instituto universitário militar departamento de estudos pós-graduados. Pedrouços. 2024
- Marx, K. (1818-1883). *Das Kapital*. Rio de Janeiro: Ediouro S.A., 1999.
- Marx, Karl**. *Manifesto do Partido Comunista* (1849). Tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: Coleção L&PM Pocket, 2001.
- Mendes, Pedro Emanuel. *Os choques perceptivos do falhado processo de descolonização do Timor (1974-1975)*. **Revista Brasileira de História**, v. 41, p. 255-279, 2021.
- Miranda, Napoleão. *Globalização, soberania nacional e direito internacional*. **Revista Cej**, v. 8, n. 27, p. 86-94, 2004.
- Monteiro, Fátima. *Timor—as lições da história*. **O Mundo em Português. Lisboa: IEEI-Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais**,(33), p. 15-18, 2002
- Nogueira, Marco Aurélio. *Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, p. 185-202, 2003.
- Paulino, V. *A situação política em Timor entre 1974 e 1975*. *Diálogos*, v. 7, p. 11-43, 2022
- Paulo Duarte, A. (2024). *Estratégia: Origem e Fundamento*. *Nação e Defesa*; N.º 136 (2013): *Estratégia*; p. 34-65 ; 2183-9662 ; 0870-757X. <https://revistas.rcaap.pt/nacao/article/view/38341>
- Pitaguari, Sinival Osório et al. *A sustentabilidade da economia solidária: contribuições multidisciplinares*. Cordeiro. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012.
- Prestes, Laura. *Timor-Leste e a Invasão Indonésia*. 2012.
- Pureza, José Manuel. *Quem salvou Timor Leste? Novas referências para o internacionalismo solidário*. 2001.
- Ramina, Larissa Liz Odreski. *O Princípio da Autodeterminação dos Povos e seus Paradoxos: A Aplicação na Guerra do Cáucaso de 2008*. **Anais do XIX encontro Nacional do CONPEDI**, p.

3692-3704, 2010.

Ramos-Horta, José. *Funu: The Unfinished Saga of East Timor*. Trenton: Red Sea Press, 1987.

Romão, José Estácio; Gadotti, Moacir. *Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

Santos, Aurora, Pereira Zélia. *Portugal, as Nações Unidas e a autodeterminação de Timor-Leste, 1974-1982*. **Ler História**, n. 80, p. 65-89, 2022.

Santos, Boaventura Sousa. *O fim do império Cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul*. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

Secco, Lincoln Ferreira. *A crise do império colonial português: economias, espaços e tomadas de consciência (1961-1975)*. 2003. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Secco, Lincoln. *A Revolução dos Cravos: a dinâmica militar*. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 47, 2013.

Sharp, Gene. *The Politics of Nonviolent Action*. Boston: Albert Einstein Institution, 2006

Silva, Danilo Geraldo. *A educação libertadora de Paulo Freire*. **Revista Tecnica**, v. 3, n. 2, p. 172-184, 2018.

Silva, Jorge Vieira da. *A verdadeira paz: desafio do Estado democrático*. **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, p. 36-43, 2002.

Sousa, Rafael Lopes; De Arruda Campos, Alzira Lobo; Dias, Luiz Antonio. *Hino da Terceira Internacional em Rituais Revolucionários no Brasil: Revolucionários no Brasil*. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 77, p. 263-298, 2023.

Tarrow, Sidney. *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Teles, Miguel Galvão. Timor Leste. *Separata do II Suplemento do Dicionário Jurídico da Administração Pública*, p. 568-674, 1999.

Thompson, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Thompson, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. 1978. Tradução de Waltensir Andere. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Tsé-Tung, Mao. *O livro vermelho*. 1989. **São Paulo: Martin-Claret**, 2002:

Urban, Samuel Penteado. *Paulo Freire e a educação popular em Timor Leste: uma história de libertação*. 2017.

Varela, Raquel et al. *A revolução dos Cravos: revolução e democracia, um debate*. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 11, n. 17, 2014.

Vasconcelos, Pedro Carlos Bacelar de et al. *Constituição anotada da república democrática de timor-leste*. 2011.

Waldman, Maurício. *Geografia do Timor-Leste*. **Dili-Timor Leste**, 2003.

Wandita, G., Oliveira, J. L., Fernandes, H., Komasari, S., & Yuniar, D. Ghega, Livru 2: *Istória Konflitu nian*. *Dili: Governu Timor Leste nian*, CNC no INT. (2019).

Werneck, Nisia Maria Duarte et al. ***Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação***. Autêntica Editora, 2004.